

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

DANIELA BASSO POLETTO

**O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2018

DANIELA BASSO POLETTO

**O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado Acadêmico em Administração apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sidinei Rocha de Oliveira

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Poletto, Daniela Basso

O processo de inserção profissional dos egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul / Daniela Basso Poletto. -- 2018.

155 f.

Orientador: Sidinei Rocha de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Inserção profissional. 2. Ensino superior. 3. Mercado de trabalho. I. Rocha de Oliveira, Sidinei, orient. II. Título.

DANIELA BASSO POLETTO**O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de mestrado acadêmico em Administração apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Dissertação defendida e aprovada em: 23 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Francielle Molon da Silva - UFPEL

Prof^a. Dr^a. Bibiana Volkmer Martins – UNISINOS

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Rodrigues - UFRGS

Prof. Dr. Sidinei Rocha de Oliveira – UFRGS (Orientador)

AGRADECIMENTOS

Hoje encerro um ciclo na minha vida. Sinto uma mistura de felicidade e estranhamento. Há trinta meses eu embarcava em uma aventura chamada “mestrado”. Como não cheguei aqui sozinha, quero expressar minha gratidão a todos que fizeram parte desta conquista.

Agradeço, primeiramente, a minha família, base de tudo, por estarem sempre ao meu lado, por ficarem felizes e se orgulharem de mim, mesmo sem entender direito o que eu estava fazendo, entenderam a minha ausência. Obrigada pelo amor em forma de potes de feijão, bolo para levar na viagem e caronas para rodoviária.

Ao meu esposo, por acreditar em mim muito mais do que eu acreditava e ter me incentivado a fazer o processo seletivo. Obrigada pelo apoio diário, pela casa e roupa limpa, por me esperar para dormir, independente da hora que fosse.

Ao meu orientador, por ser exemplo, por saber conduzir, por respeitar minhas limitações de tempo, trabalho e deslocamento. Por incentivar e cobrar na hora e medida certa. Por toda contribuição ao trabalho e ao meu desenvolvimento durante o mestrado.

Aos meus amigos que souberam entender as ausências e, às vezes, esperar meses para um encontro.

Aos colegas do PPGA, que fizeram com que esta trajetória fosse mais leve e divertida. Obrigada por compartilharem experiências e conhecimento. Obrigada pela parceria e compreensão.

As queridas amigas, Claudia, minha parceira de disciplinas e Gabi, minha parceira de dissertação quanti, vocês foram um presente do mestrado.

Aos professores do PPGA, que muito contribuíram neste processo, cada um do seu jeito. Todos vocês foram especiais. As professoras da minha banca, obrigada pelas contribuições.

A Betina, que me mostrou todos os caminhos para entrar no PPGA. Obrigada pelo apoio durante todo o processo seletivo. Tuas dicas foram fundamentais.

Ao meu colega Geraldo, que mesmo sabendo que não seria fácil ficar sozinho, não pensou duas vezes em autorizar minha redução de carga horária para que eu pudesse cursar as disciplinas. Obrigada pelo troca-troca semestral de horários e por apoiar minha qualificação.

A Jaque, que me esperava chegar de viagem para tomar chá e contar “causos” engraçados. Obrigada por dividir comigo seu apartamento e sua alegria. Tenho muitas saudades deste tempo bom.

A Alexandra, que gentilmente disponibilizou os dados para que eu pudesse sistematizar e analisar. Obrigada pelas dicas e por aquela tabela maravilhosa de egressos que compartilhou comigo.

Aos colegas da Uergs que ajudaram a divulgar a pesquisa. Vocês foram muito importantes neste processo.

Aos egressos que responderam ao questionário. Muito obrigada! Aqueles que me escreveram parabenizando, agradecendo, contando suas histórias, como é bom ter este retorno e carinho de vocês.

A Lurdinha, por toda a ajuda no cruzamento dos dados. Pela disponibilidade e paciência de me ensinar a trabalhar com o SPSS.

A Bibiana, pelas sugestões durante todo o processo de construção da dissertação. Fiquei muito feliz em ter você na minha banca!

RESUMO

Nas duas últimas décadas, a sociedade vivenciou importantes transformações econômicas e sociais. A expansão e diversificação do ensino superior trouxeram ganhos para a população e também, como qualquer outro fenômeno, consequências não esperadas. Associado a isso, tem-se um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e que passou por momentos de pleno emprego e crise. Diante deste contexto, objetivou-se analisar os elementos que interferem na inserção profissional dos egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Para subsidiar a discussão teórica foram abordados três grandes temas: ensino superior, mercado de trabalho e inserção profissional, além de dados históricos e estatísticos. Considerando o problema e o objetivo deste estudo, optou-se por uma pesquisa dividida em duas etapas: uma exploratória e outra descritiva quantitativa. A etapa exploratória teve como objetivo conhecer o histórico da Uergs e sistematizar dados dos ingressantes, matriculados e egressos, desde o início de suas atividades, em 2002 até 2017. Os resultados mostraram que a Uergs foi diversas vezes afetada por elementos sócio-históricos e institucionais que influenciaram o ingresso e permanência dos alunos. Na segunda etapa, a amostra foi composta por 456 egressos com o cuidado para que representassem as três modalidades de curso (bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia), as três áreas (humanas, exatas e engenharias e vida e meio ambiente) e as cinco mesorregiões do Rio Grande do Sul onde a Uergs está inserida. Em linhas gerais, a inserção dos egressos é qualificante (CORDEIRO, 2002) e existe uma mobilidade intergeracional educacional e ocupacional ascendente entre pais e filhos. Porém, fica claro neste trabalho que o tipo de diploma (modalidade, área e mesorregião) influencia no retorno financeiro e social no mercado de trabalho. Os egressos da modalidade bacharelado, da área das exatas e engenharias e da mesorregião metropolitana de Porto Alegre são os que se concentram nas maiores faixas salariais. A modalidade que mais percebe o rebaixamento social e econômico é dos tecnólogos. O ensino superior se torna cada vez mais necessário, mas ter o diploma não dá garantias. Os indivíduos são influenciados o tempo todo, mesmo que não percebam, por elementos como origem familiar, sexo, contexto econômico, desigualdades regionais, etc. e sobre os quais não tem nenhum controle. A meritocracia é apenas uma variável no meio deste grande contexto permeado por elementos muitas vezes invisíveis.

Palavras-chave: Inserção profissional. Ensino superior. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

In the last two decades, society has undergone important economic and social transformations. The expansion and diversification of higher education brought gains for the population and, like any other phenomenon, had unintended consequences. Associated with this, the labor market is increasingly dynamic and had moments of full employment and crisis. In this context, the objective was to analyze the elements that interfere in the professional insertion of college graduate students of the State University of Rio Grande do Sul. In order to subsidize the theoretical discussion, three major themes were approached: higher education, labor market and professional insertion, as well as historical and statistical data. Considering the problem and the objective of this study, the research was divided into two stages: one exploratory and the other one quantitative descriptive. The exploratory phase aimed at Uergs' history and systematizing data on enrollment of new students, registered ones and leavers, from the beginning of their activities, from 2002 to 2017. The results showed that Uergs was affected several times by socio-historical and institutional elements that influenced the students' enrollment and staying at University. In the second stage, the sample consisted of 456 college graduate students representing the three modalities of courses (bachelor, licentiate and higher technology), the three main areas of knowledge (Humanities, Math and Engineering and Life and Environment) and the five mesoregions of Rio Grande do Sul where Uergs is inserted. In general terms, the insertion of the college graduate students is qualified (CORDEIRO, 2002) and there is an intergenerational educational and occupational mobility ascending between parents and children. However, it is clear in this paper that the kind of diploma (modality, area of knowledge and mesoregion) influences the financial and social return in the labor market. The college graduate students of bachelor's modality of the area of Math and Engineering from the metropolitan mesoregion of Porto Alegre are the ones concentrated in the higher salary ranges. The modality that most perceives social and economic downgrading is the technologists. Higher education becomes more and more necessary, but having a diploma does not guarantee anything. Individuals are influenced all the time, even if they do not realize it, by elements such as family origin, gender, economic context, regional inequalities, etc. and over which they have no control. Meritocracy is only one variable in the midst of this great context permeated by often invisible elements.

Key words: Professional insertion. Higher education. Labor market.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Variáveis que interferem no processo de inserção profissional do indivíduo.....	32
Figura 2- Mercado de trabalho flexível.....	43
Figura 3- Mesorregiões do RS e as 24 Unidades da Uergs.....	66
Figura 4- Os 15 municípios com maior PIB do RS em 2010.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Principais autores e conceitos de inserção profissional na perspectiva econômica e sociológica.....	26
Quadro 2- Inserção qualificante e inserção não qualificante.....	31
Quadro 3- O conceito de inserção profissional e as variáveis individuais utilizadas na pesquisa.....	51
Quadro 4- O conceito de inserção profissional e as variáveis institucionais utilizadas na pesquisa.....	52
Quadro 5- O conceito de inserção profissional e as variáveis sócio-históricas utilizadas na pesquisa.....	53
Quadro 6- Estratos ocupacionais utilizados nas questões 28,78 e 79 e estratos ocupacionais dos egressos geral e por modalidade.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Expansão do número de matrículas em ensino superior no Brasil, de 1980 a 2016, nas redes pública e privada.....	37
Gráfico 2- Evolução das matrículas na educação superior por modalidade de ensino, no Brasil, de 2006 a 2016.....	38
Gráfico 3- Evolução da matrícula na graduação, por modalidade de curso, no Brasil, entre 2006 a 2016.....	38
Gráfico 4- Número de concluintes em cursos de graduação, por modalidade de curso, no Brasil, de 2006 a 2016.....	39
Gráfico 5- Nº de matrículas em cursos de licenciatura por modalidade de ensino e categoria – Brasil 2006-2016.....	41
Gráfico 6- Nº de respondentes por períodos de 10 dias.....	57
Gráfico 7 - Nº de ingressantes na Uergs, de 2002 a 2017, por modalidade de curso.....	69
Gráfico 8- Nº de egressos na Uergs, de 2002 a 2017, por modalidade de curso.....	74
Gráfico 9- Nº de ingressantes e egressos por modalidade de curso, na Uergs, de 2002 a 2017.....	75
Gráfico 10- Nº de ingressantes e egressos por área de conhecimento, na Uergs, de 2002 a 2017.....	76
Gráfico 11- Nº de ingressantes e egressos por mesorregião do RS, na Uergs, de 2002 a 2017.....	77
Gráfico 12- Nº de egressos respondentes por ano e por modalidade.....	79
Gráfico 13- Distribuição percentual das pessoas com 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por grupo de idade que começou a trabalhar, segundo o sexo, a cor e os grupos de idade no Brasil em 2016.....	85
Gráfico 14- Egressos por modalidade e mesorregião.....	91
Gráfico 15- PIB Brasil-RS de 2003 a 2017.....	96
Gráfico 16- A variação da população brasileira ocupada por nível de instrução.....	100

Gráfico 17- Distribuição percentual da população de 16 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência, segundo a participação das categorias que compõem o trabalho formal no Brasil de 2012 a 2016.....	111
Gráfico 18- Oferta relativa de mão de obra por diferentes níveis de qualificação...	134
Gráfico 19- Retorno (salário) por nível de escolaridade.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Valor do rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, coeficiente de variação e variação do rendimento nas mesorregiões e no Rio Grande do Sul – 2000 e 2010.....	49
Tabela 2- Unidade em que realizou o curso (transformada em mesorregião).....	58
Tabela 3- Modalidade do curso.....	58
Tabela 4- Área do curso.....	59
Tabela 5- Ano de conclusão do curso.....	59
Tabela 6- Nº de alunos ingressantes por curso, área, modalidade e Unidade, na Uergs, de 2002 a 2017.....	67
Tabela 7- Nº de alunos ingressantes por ano e Unidade, na Uergs, de 2002 a 2017.....	68
Tabela 8- Nº de alunos matriculados por ano e por Unidade, na Uergs, de 2002 a 2016.....	70
Tabela 9- Nº de matriculados por Unidade, curso, área e modalidade, na Uergs, no 1º semestre de 2017.....	71
Tabela 10- Nº de egressos por unidade, por curso, modalidade e área, na Uergs, de 2002 a 2017.....	72
Tabela 11- Nº de egressos por unidade e por ano, na Uergs, de 2002 a 2017.....	72
Tabela 12- Idade geral e por modalidade.....	80
Tabela 13- Nº de concluintes em cursos de graduação presenciais e à distância por sexo, no Brasil, em 2016.....	80
Tabela 14- Sexo geral e por modalidade.....	81
Tabela 15- Renda bruta mensal (total de rendimentos individuais antes dos descontos) geral e por sexo.....	81
Tabela 16- Tempo semanal de trabalho por sexo.....	82
Tabela 17- Idade que iniciou o ensino superior geral e por modalidade.....	83
Tabela 18- Nº de matrículas nos cursos de graduação presenciais e a distância, por cor/etnia, no Brasil e no RS em 2016.....	83
Tabela 19- Cor/etnia geral e por modalidade.....	84

Tabela 20- Idade que começou a trabalhar geral e por modalidade.....	87
Tabela 21- Representação/expectativa sobre o trabalho/estudo ao terminar o ensino médio geral e por modalidade.....	87
Tabela 22- Situação durante a maior parte do curso superior geral e por modalidade.....	88
Tabela 23- Renda bruta mensal (total de rendimentos individuais antes dos descontos) geral e por modalidade.....	89
Tabela 24- Renda individual bruta (total de rendimentos individuais antes dos descontos) geral e por área.....	90
Tabela 25- Renda individual bruta (total de rendimentos individuais antes dos descontos) geral e por mesorregião.....	91
Tabela 26- Vínculo dos egressos com a organização/empresa por mesorregião.....	94
Tabela 27- Egressos que estão trabalhando atualmente por mesorregião.....	94
Tabela 28- Atividades econômicas do município e a inserção profissional dos egressos.....	95
Tabela 29- Influência do contexto econômico na inserção profissional por modalidade e geral.....	97
Tabela 30- Trabalhando atualmente (estágio, emprego formal, trabalho voluntário, trabalho informal remunerado, autônomo, bolsa de iniciação científica) geral e por modalidade.....	98
Tabela 31- Opinião sobre trabalho atual geral e por modalidade.....	98
Tabela 32- Número de vezes que trocou de trabalho durante o ensino superior geral e por modalidade.....	99
Tabela 33- Tempo que permaneceu sem trabalho depois que se formou geral e por modalidade.....	99
Tabela 34- Quantas vezes trocou de trabalho depois que se formou geral e por modalidade.....	101
Tabela 35- Estratos ocupacionais dos egressos geral e por sexo.....	104
Tabela 36 - Porte da organização/empresa geral e por modalidade.....	105
Tabela 37- Tipo de organização/empresa geral e por modalidade.....	105
Tabela 38- Discriminação em processos seletivos geral e por modalidade.....	106

Tabela 39- Processo seletivo e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade.....	108
Tabela 40- Autonomia profissional geral e por modalidade.....	109
Tabela 41- Plano de qualificação profissional na organização/empresa geral e por modalidade.....	109
Tabela 42- Qualificação profissional geral e por modalidade.....	110
Tabela 43- Tempo do contrato de trabalho geral e por modalidade.....	110
Tabela 44- Vínculo com a organização/empresa geral e por modalidade.....	112
Tabela 45- Vínculo com a organização/empresa por sexo e geral.....	113
Tabela 46- Contribuição para previdência social (INSS) geral e por modalidade.....	113
Tabela 47- Políticas de cargos e salários e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade.....	115
Tabela 48- Agentes intermediadores e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade.....	117
Tabela 49- Cidade de origem geral e por modalidade.....	118
Tabela 50- Motivações para a escolha do curso de formação no ensino superior.....	119
Tabela 51- Ensino superior e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade.....	121
Tabela 52- Estratos ocupacionais dos egressos e de seus pais quando eles tinham 14 anos de idade, geral e por modalidade.....	123
Tabela 53- Estratos ocupacionais dos egressos e de suas mães quando eles tinham 14 anos de idade, geral e por modalidade.....	124
Tabela 54- Nível de instrução das mães e dos pais dos egressos geral e por modalidade.....	126
Tabela 55- Nível de instrução das mães e pais dos egressos em relação à idade dos filhos idade.....	126
Tabela 56- Ingresso por reserva de vagas geral e por modalidade.....	128
Tabela 57- Bolsa durante o ensino superior por modalidade e geral.....	129
Tabela 58- Política de bolsas e reserva de vagas por modalidade e geral.....	129

Tabela 59- Rebaixamento dos diplomados e inserção profissional dos egressos geral e por modalidade.....	130
Tabela 60- Vagas de trabalho nas diferentes modalidades de curso e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade.....	131
Tabela 61- Remuneração nas diferentes modalidades de curso e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade.....	132
Tabela 62- Remuneração nas diferentes modalidades de curso e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade.....	133
Tabela 63- Continuação dos estudos após conclusão do ensino superior geral e por modalidade.....	133

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	24
2.1	INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	24
2.2	EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	33
2.3	TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO.....	41
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	50
3.1	DESCRIÇÃO DA COLETA E TRATAMENTO DE DADOS.....	56
4	RESULTADOS.....	62
4.1	ETAPA EXPLORATÓRIA.....	62
4.1.1	Histórico da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.....	62
4.1.2	Dados secundários.....	65
4.2	ETAPA DESCRITIVA QUANTITATIVA.....	78
4.2.1	Caracterização da amostra.....	78
4.2.2	Contexto econômico.....	91
4.2.3	Trabalho atual.....	98
4.2.4	Inserção qualificante e não qualificante.....	106
4.2.5	Mobilidade ocupacional intergeracional.....	117
4.2.6	Mobilidade educacional e rebaixamento de diplomas.....	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA EGRESSOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	148

1 INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, a população brasileira passou por importantes transformações econômicas e sociais. O mercado de trabalho vivenciou momentos de pleno emprego e crise, e observa-se uma ampliação do tempo de estudo da população, com a visível expansão do ensino superior. Pela lógica, se a população está estudando mais, pressupõe-se que o mercado de trabalho está recebendo mão de obra mais qualificada e esta encontraria melhores empregos e obteria melhores salários, mas não é isso que os dados/fatos mostram.

Se as novas gerações têm estudado e se qualificado cada vez mais, mas têm dificuldades de (re)inserir-se no mercado de trabalho, ou seja, as possibilidades reais entram em conflito com as expectativas individuais e sociais, qual o sentido que esta qualificação adquire para os indivíduos? Como fica o reconhecimento social com uma qualificação sem inserção? O que se observa é que estas expectativas não foram atendidas e resultaram numa desvalorização dos diplomas e no rebaixamento de alguns grupos profissionais em virtude do excesso de graduados. A eficácia da escolarização tem sido questionada, tanto pela academia quanto pelos seus usuários, os quais, embora valorizem o saber, passam a descrever das promessas acenadas (TARTUCE, 2007).

Um movimento que toma conta do mercado de trabalho é o fato da necessidade da formação contínua. O indivíduo deve adquirir competências ou habilidades cognitivas, técnicas, de gestão e atitudes para se tornar competitivo e empregável. Mas diante da dificuldade de ingressar no mercado de trabalho começa o questionamento em relação à educação. Valeria a pena gastar dinheiro com o ensino superior, se os que o frequentavam não estão conseguindo trabalho? (TARTUCE, 2007)

O fato de possuir um diploma não assegura a entrada no mercado de trabalho. Uma sociedade mais diplomada não implica necessariamente uma sociedade incluída consistentemente no mercado de trabalho (SOUZA, 2010). Envolvidos pela competição acirrada por postos de trabalho, indivíduos procuram investir recursos crescentes, com vistas à melhoria de sua formação profissional, na esperança de aumentar sua empregabilidade. Cabe indagar, no entanto, se esse investimento efetivamente garante maior empregabilidade a seus detentores, independente de sua origem social, ou se resulta em uma promessa que se

apresenta de forma desigual a seus possuidores: real, para aqueles que combinam uma melhor qualificação profissional com atributos que remetem à sua origem socioeconômica, ou ilusória, para aqueles cujo único diferencial é uma formação de melhor qualidade (LEMOS, DUBEUX, PINTO, 2009).

O entendimento da inserção se torna um ponto central de discussão quando o sistema de formação e o mercado de trabalho passam a estar formal e simbolicamente separados. Num contexto de crescimento econômico em que o emprego aumenta e novas profissões emergem, a escola apresenta-se como um veículo para a mobilidade social e a probabilidade de um jovem vir a exercer a mesma profissão do pai diminui. A passagem do espaço familiar para o profissional, ainda que mediada pela escola deixa de fazer sentido. De agora em diante é da passagem da escola para o mercado de trabalho que se passará a falar (ALVES, 2007).

Mundialmente, no que se refere às características dos sistemas educacionais e seus vínculos com o mercado de trabalho, pode ser feita uma distinção básica entre sistemas mais orientados à formação de qualificações profissionais específicas e os mais direcionados para uma formação acadêmica geral. Exemplo do primeiro tipo é o chamado sistema dual existente na Alemanha e outros países da Europa. Exemplo do outro tipo são os Estados Unidos onde as habilidades requeridas pelos empregos são adquiridas através de treinamento no próprio trabalho (HASENBALG, 2003).

O Brasil, comparado a países europeus, se diferencia pelo fato de sua população começar a trabalhar em idades relativamente baixas e com níveis educacionais pouco elevados. Como consequência disso, os postos de entrada no mercado de trabalho tendem a ser em empregos precários (HASENBALG, 2003).

Como se vê, o espaço de transição entre escola/universidade e trabalho/emprego é estruturado por complexos jogos de atores sociais que se estendem em contextos históricos e institucionais determinados, mas que possuem funcionamento próprio. As diferenças sociais e econômicas das diferentes classes, bem como particularidades regionais são elementos que tornam ainda mais complexa a compreensão de como se dá esta inserção. O conceito de inserção também está inserido em um contexto sócio-histórico, assumindo contornos diferenciados em cada país (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012).

No Brasil, até 2010, o mercado de trabalho apresenta resultados positivos, queda da taxa de desemprego, renda média do trabalho ascendente, crescimento do salário mínimo acompanhando o desenvolvimento da economia, formalização dos contratos (carteira assinada) e aumento da escolaridade dos trabalhadores. Com a desaceleração da economia que inicia em 2011 até 2014, quando estagnou e posteriormente se retraiu, ainda eram criados muitos empregos. De 2014 em diante, a renda começa a cair, a informalidade e desemprego crescem (SIMÕES, ALVES e SILVA, 2016; BALTAR, 2014; HELAL e ROCHA, 2009).

Quando há um mercado aquecido, mesmo os indivíduos com menor formação ou pouca experiência conseguem se inserir mais facilmente e uma vez inserido e reconhecido como trabalhador pode ampliar sua inserção social e de familiares. Em períodos de crise, há maiores dificuldades de permanência, mesmo para aqueles em situação social mais favorável. Em épocas de grande oferta de emprego, os jovens que saem do sistema de ensino são rapidamente absorvidos em contratos estáveis. As empresas assumem os custos de treinamento decorrente da falta de experiência. Em períodos de oferta escassa de vagas há maior desemprego entre os jovens e as empresas não querem assumir os custos de treinamento, transferindo esta responsabilidade para o Estado que passa a intervir por meio de programas de estímulo à inserção (VERNIÉRES, 1997 apud ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2012).

Dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que os estudantes que participaram do Enade¹ em 2015 são, em sua maioria, solteiros, brancos, moram com os pais e dedicam de uma a três horas por semana aos estudos. Chama atenção o fato de 33,8% deles serem os primeiros na família a concluir o Ensino Superior. Quarenta e seis por cento dos estudantes concluintes têm renda familiar entre 1,5 e 4,5 salários mínimos; 66,4% trabalham regularmente (excluídos estágios e bolsas) e 48,9% trabalham pelo menos 40 horas semanais.

No que se refere ao ensino superior, atualmente no Brasil, existem 2.364 Instituições (IES), sendo 295 públicas e 2.069 privadas. São 1.952.145 alunos em

¹ Áreas dos cursos avaliados no Enade 2015: bacharelados nas áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins; eixos tecnológicos em gestão e negócios, apoio escolar, hospitalidade e lazer, produção cultural e design.

IES públicas e 6.075.152 em IES privadas, totalizando 8.027.297 estudantes no ensino superior brasileiro. Em 2000 eram 1.180 IES e cerca de 3 milhões de estudantes (INEP, 2015).

O elevado número de matrículas é apenas uma consequência do processo de expansão e diversificação do ensino superior dos últimos 15 anos. Este processo pode ser creditado a diversas causas, entre elas: a reforma da educação iniciada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96); a universalização do ensino básico, que criou uma nova demanda pelo ensino superior; o crescimento de políticas públicas e programas de educação voltados para o ensino superior como: Programa Universidade para Todos (ProUni)²; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)³; Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)⁴, entre outros; a demanda das empresas por maior qualificação da mão de obra frente às novas tecnologias e ao novo ciclo da globalização, etc. (VOLKMER MARTINS, 2016).

Neste contexto, algumas empresas começaram a ver a expansão do ensino superior como negócio e oportunidade de lucro. Os números mostram como a educação superior, em alguns casos, virou um negócio. Em 2015, 76% das matrículas são no ensino privado (INEP, 2015). Atualmente os três maiores grupos educacionais do país Kroton, Estácio e Unip⁵ tem o mesmo número de matrículas que todas as universidades públicas do Brasil juntas.

Em paralelo, o Reuni (a política de expansão de educação superior e profissional) implementada pelo governo federal, trouxe ao Rio Grande do Sul mais

² O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa (BRASIL, 2017f).

³ O Reuni é um programa de expansão da Rede Federal de Educação Superior que teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. O Reuni busca ainda ampliar o acesso e a permanência na educação superior através do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão (BRASIL, 2017a, c, d, e).

⁴ O Fies é um programa do Ministério da Educação, criado em 2001 e destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas (BRASIL, 2017b).

⁵ A Kroton, que já era a maior empresa de educação superior privada do país, encerrou março com 1,01 milhão de alunos, enquanto a Estácio, segunda maior do setor, tinha base total de 588 mil estudantes. A Unip tinha cerca de 350 mil alunos (LEWER e FAJARDO, 2017).

duas universidades e três Institutos Federais. Em 2008, foi criada a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com seus 10 campus na metade sul do Estado e em 2009 a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com seus 3 campus no noroeste do Estado (BRASIL, 2017c). Em 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Hoje o Rio Grande conta com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) com 14 campus, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) com 17 campus e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IF Farroupilha) com 10 campus (BRASIL, 2017f). Para um Estado que tinha apenas 4 Universidades federais em 2003 (BRASIL, 2017c), o programa tornou possível o acesso ao ensino superior público à população do interior do Estado.

Mas antes disso, ainda em 2001, foi dado o primeiro passo para a interiorização do ensino superior público no Estado com a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. A Uergs foi escolhida como local para coleta de dados devido à forma como a Universidade foi concebida, descentralizada, com seus cursos voltados às vocações regionais e com Unidades espalhadas em 24 cidades gaúchas de todas as regiões do Estado. Uma Universidade pública que oferece ensino presencial no interior do Estado desde 2002.

A Uergs é uma das primeiras IES a instituir, desde seu primeiro processo seletivo em 2002, a reserva de vagas para alunos de baixa renda (50%) e para pessoas com deficiência (10%). Atualmente a Uergs oferece cursos de graduação nas três áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Exatas e Engenharias, Ciências da Vida e Meio Ambiente em três modalidades de curso: bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia.

Frente ao cenário de expansão do ensino superior do estado, a escolha do tema inserção profissional se dá em função da relevância social que ele possui e pela possibilidade de, na prática, fortalecer políticas já existentes ou que vierem a ser criadas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. O PDI 2017-2021 traz nas ações, metas e indicadores da Pró-Reitoria de Ensino, no Objetivo 5, implementar programa de acompanhamento aos egressos. A Universidade atualmente não possui este controle. Aliás, no Brasil, em geral, não há uma sistematização da situação profissional dos egressos de ensino superior. Andriola (2014) constatou que são raros os estudos visando o acompanhamento de egressos de cursos de graduação, realizados pelas IES brasileiras. Como resultado de sua

revisão, ele traz informações sobre 11 pesquisas com egressos, sendo cinco oriundas de autoavaliação institucional. As pesquisas são de egressos de IES públicas e privadas, sendo 3 delas sobre egressos da Instituição como um todo em um determinado momento e as demais sobre egressos de cursos específicos, como arquitetura e urbanismo, nutrição, enfermagem (4 estudos), odontologia e psicologia.

Andriola (2014) também realizou uma pesquisa com 586 egressos da Universidade Federal do Ceará, durante os anos de 2009 a 2011, em que traz resultados como perfil dos egressos durante a graduação, perfil dos egressos hoje, a opinião deles sobre a formação, entre outros.

Perante o contexto exposto, esta pesquisa pretende discutir o processo de inserção profissional dos egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, desde sua criação, a partir da seguinte pergunta de pesquisa: Diante da expansão e diversificação do ensino superior, das mudanças no mercado de trabalho e do contexto socioeconômico do Estado e do País, quais os elementos que interferem na inserção profissional dos egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul?

Para responder a pergunta de pesquisa apresenta-se como objetivo geral do estudo:

- Analisar os elementos individuais, institucionais e sócio-históricos que interferem na inserção profissional dos egressos da Uergs.

A fim de alcançar esse objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer a história da Uergs e levantar e sistematizar o número de ingressantes e egressos, de 2002 a 2017, por modalidade, área, mesorregião e ano.

- Caracterizar o perfil geral dos egressos e identificar os principais elementos que interferem em sua inserção no mercado de trabalho.

- Analisar os elementos que interferem na inserção profissional nas diferentes modalidades de curso (bacharelado, superior de tecnologia e licenciatura).

Considerando o problema e os objetivos deste estudo, optou-se por uma pesquisa descritiva quantitativa que está detalhada nos procedimentos metodológicos desta dissertação. Antes disso, é apresentada no capítulo 2 a fundamentação teórica que embasa esta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INSERÇÃO PROFISSIONAL

O conceito de inserção profissional é recente, porém resultado de um processo histórico. Antigamente o trabalho tinha início numa fase precoce do ciclo de vida dos indivíduos. Não existiam espaços e tempos próprios para aprender e trabalhar. Lentamente foi havendo um afastamento entre a vida familiar e vida profissional, definitivamente consagrado com a difusão das escolas de massa no século XIX. A dissociação dos dois espaços tradicionais de socialização e aprendizagem e o surgimento de um novo cria condições para que a ideia de passagem comece a se consolidar. Passa-se do espaço familiar para o espaço escolar e deixa-se este último para ir trabalhar (ALVES, 2007).

Diferentes conceitos são utilizados para designar a passagem do sistema educativo para o sistema de emprego: inserção profissional, início da vida ativa, transição profissional, transição da escola para o trabalho, entrada no trabalho ou entrada no emprego. A sua utilização varia, conforme o período temporal e sociedade na qual está inserido (ALVES, 2007). Nesta dissertação iremos utilizar o conceito de inserção profissional.

A expressão inserção profissional tem sua origem na França. O termo surge, primeiramente, em textos legislativos da década de 1960 e depois quando um número grande de jovens termina a sua formação e tem dificuldades de conseguir emprego. No início dos anos 1980, a inserção profissional dos jovens se torna uma das principais preocupações do poder público, o que deu início a diversas políticas públicas de emprego e formação. Os estudos neste momento passam a ser uma demanda social, visando encontrar soluções para o desemprego, exclusão dos jovens, adaptação do sistema de ensino às necessidades do mercado, entre outros (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2012).

Falar de transição foi no passado e ainda é hoje, falar do período entre a conclusão da formação e a obtenção do primeiro emprego. Falar de inserção profissional é falar de um processo, cada vez mais longo, até a obtenção de uma posição estabilizada no mercado de trabalho. Na trajetória não importa se o

emprego é estável ou precário, o que importa é o acesso a um emprego. A transição se torna um problema social quando o período entre o final da formação e a obtenção do primeiro emprego aumenta e o número de jovens desempregados também. Na inserção profissional o que está em causa não é a obtenção de um emprego e sim o tipo de emprego que se obtém. É por isso que o processo de inserção profissional não se encerra ao acesso ao primeiro emprego (ALVES, 2007).

Caso similar ao da França ocorre também em Portugal, quando as questões relacionadas com a inserção profissional começam a ganhar destaque no início dos anos 1970, assim que os níveis de desemprego começam a crescer com a crise econômica que atinge o país. Até então o interesse pelo tema centrava-se na questão da passagem do sistema de ensino (formação) para a vida ativa (mercado de trabalho), que era observada pela ótica econômica de procura e oferta de emprego (CORDEIRO, 2002).

No Brasil nota-se o aumento de estudos sobre inserção profissional de jovens, sendo que sua grande maioria foca em estudos empíricos sem o suficiente acompanhamento das discussões teóricas (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2012).

Estes estudos apontam que a juventude universitária de décadas anteriores era oriunda das camadas altas e médias da população e para as quais estava garantida a possibilidade de formação universitária. Hoje, a universidade brasileira não é apenas lugar da elite do país. Com a expansão do ensino superior, uma parcela maior e mais heterogênea da sociedade teve acesso à universidade. São jovens e adultos, homens e mulheres, oriundos de classes sociais, raça/etnia e regiões de moradia tradicionalmente excluídas deste nível de ensino. Esses mesmos jovens viveram um cenário de expansão nas oportunidades de trabalho, desde os anos 2000, com uma ampliação da renda do trabalho e das famílias. Esses mesmos sujeitos constituem a primeira geração que viveu importantes alterações do sistema educacional com a ampliação de acesso a todos os níveis de ensino, porém os referidos avanços não parecem ter eliminado os traços desiguais que caracterizam os percursos e trajetórias juvenis (CORROCHANO, 2013).

Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012) realizaram um estudo sobre o tema inserção profissional e identificaram trabalhos que aprofundavam a discussão teórica sobre o conceito. Este estudo permitiu identificar duas principais correntes: a

econômica e a sociológica com seus principais autores e conceitos descritos no quadro 1.

Quadro 1 - Principais autores e conceitos de inserção profissional na perspectiva econômica e sociológica.

Perspectiva Econômica	Perspectiva Sociológica
<ul style="list-style-type: none"> • Neutralidade das informações pela análise estatística. Pessoas aparecem como números. Não se considera condições de origem, interferência de outros atores no processo de inserção e a avaliação dos indivíduos sobre suas próprias trajetórias. Os estudos consideram o processo de inserção como um caminho marcado por períodos de inatividade, desemprego e emprego, além das análises salariais. • Concepção limitada do sujeito que considera que todos decidem da mesma forma. Esses indivíduos puramente racionais são desvinculados socialmente e sem história própria ou coletiva. • Limita o processo a momentos posteriores à passagem do sujeito pelo sistema de ensino/formação, ficando restrita a uma inserção inicial sem considerar possibilidade de redirecionamento de carreira e reinserção. Leva-se em conta um único modelo de contrato de trabalho. No processo de inserção os acontecimentos que marcam o seu início e o seu fim são os mesmos para todos. • Está centrada na maximização da capacidade produtiva do indivíduo e tem a aquisição de uma qualificação demandada pelo sistema produtivo com finalidade econômica. • Os primeiros textos que buscam refletir teoricamente sobre o conceito de inserção são de Vincens (1986; 1997) e Vernières (1997) visando compreender e explicar os métodos utilizados nas pesquisas realizadas pelo centro de estudos que visa monitorar a entrada dos egressos do sistema de ensino para o mercado de trabalho francês. 	<ul style="list-style-type: none"> • Transformações no mercado de trabalho e como elas refletem sobre os jovens. O percurso de ingresso se torna cada vez mais longo e há mudanças em um contexto social maior, principalmente nas esferas do trabalho e do ensino. Elementos que estão ligados a aspectos culturais e simbólicos que normalmente não são considerados nos levantamentos estatísticos. • Maior ênfase no sujeito, dando importância a sua história particular e como esta se relaciona com os eventos sociais do período, das experiências do jovem estudante-trabalhador como alguém que participa da sociedade e sofre ação dos eventos que nela ocorrem. • O processo de inserção não tem apenas uma trajetória na qual se pode ter ou não sucesso. Mudanças no mercado de trabalho com o crescimento da flexibilização dos contratos de trabalho. • O conceito de inserção não pode ser analisado sem levar em consideração os aspectos históricos, econômicos e culturais que marcam cada sociedade. • Entre os primeiros estudos com uma abordagem sociológica estão Bourdieu e Passeron (1970), mas a abordagem sociológica sobre inserção profissional ganha destaque nos anos 1990, com Dubar (1994), Galland (1990, 2001a) e Nicole-Drancourt (1996). Estes autores trazem novos elementos para discussão dando maior ênfase ao sujeito, as transformações no mercado de trabalho e como elas refletem sobre os jovens, inserção como um processo e as relações com as estruturas sociais e os atores deste processo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012).

A opção por focar o referencial na literatura francesa foi por três razões, o surgimento da temática na França como demanda social, pelo crescimento do número de jovens com elevada formação que tem encontrado dificuldades de ingresso no mercado de trabalho (cenário muito parecido com o que vivemos no Brasil atualmente), necessidade de aprofundamento conceitual devido ao

crescimento de estudos com compreensões distintas e longa tradição em estudos sobre inserção profissional de jovens de diferentes grupos sociais e níveis de formação realizados naquele país (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2012).

Apesar deste referencial destacar conceitos e modos de compreensão do processo de inserção, é preciso considerar as particularidades do contexto brasileiro para sua aplicação. No Brasil encontram-se estudos de ambas as vertentes: econômica e sociológica. Entretanto, estão dispersos em publicações de órgãos de pesquisa (IPEA e DIEESE, por exemplo) e periódicos de diferentes áreas do conhecimento (Administração, Economia, Psicologia e Sociologia). Dessa forma, além de ser trabalhosa sua localização, a maior parte dos trabalhos são isolados, sem periodicidade ou continuidade, o que dificulta estabelecer comparações entre pesquisas de diferentes períodos e criar linhas de tempo. Se estes estudos fossem periódicos, poderia se identificar, por exemplo, a demanda de profissionais em cada área de atuação e o número de formados, permitindo o monitoramento da capacidade do mercado de absorver estes egressos (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2012).

Através do confronto entre as visões de Bourdieu e Schultz, Lemos, Neves e Rodrigues (2013) buscaram entender, em que medida, no Brasil contemporâneo, a obtenção do diploma superior vem impactando positivamente na inserção no mercado de trabalho de quem possui o canudo, sem levar em conta sua origem social. A teoria do capital humano, elaborada por Schultz, fala que os anos de estudo da pessoa equivalem a um investimento que produzirá resultados positivos no futuro, quando o indivíduo estiver no mercado de trabalho. As considerações de Bourdieu apud Lemos, Neves e Rodrigues (2013) indicam que o diploma universitário não seria suficiente para garantir a inserção qualificada no mercado de trabalho. Segundo o autor, para a conquista de uma boa posição profissional faz-se necessária a detenção de um capital que sustente e valorize esta titulação. Bourdieu apud Lemos, Neves e Rodrigues (2013) apresenta três diferentes tipos de capital que influenciariam a inserção no mercado de trabalho: o capital econômico, o capital cultural e o capital social. Ele identificou que o aumento do número de diplomas pode produzir sua desvalorização no mercado de trabalho, além de não garantir uma ascensão social para os indivíduos que os possuem, pois a inserção no mercado de trabalho em uma posição qualificada depende de um conjunto de fatores socioeconômicos.

Ainda segundo Bourdieu e Champagne (1992, apud Heringer e Honorato (2014 p.221), após 1950, na França, o sistema de ensino teria passado a receber categorias sociais que até então estavam praticamente excluídas da escola. O que se via era que o diploma adquirido ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes pagas com sacrifício, era desvalorizado e assim os egressos voltavam a exclusão ainda mais estigmatizada, uma vez que tiveram a sua chance. Os melhores postos de trabalho continuavam sendo ocupados pelos mais privilegiados econômica, cultural e socialmente e a instituição escolar passa a ser considerada cada vez mais pelas famílias e alunos como uma fonte de decepção.

Em se tratando de transição da escola para o trabalho, a realidade brasileira é que estes dois momentos são vividos simultaneamente por boa parte dos jovens no país. Não se trata, portanto, de uma inserção no mercado de trabalho, mas de sucessivas reinserções, dada sua trajetória ocupacional precoce. Mas, se o espaço e o tempo da transição da escola para o trabalho não pode ser visto como algo linear e fixo, isso não significa que a inserção não é um problema para a maioria dos jovens. Se o problema não é a inserção, porque a maioria já desenvolve alguma atividade ocupacional trata-se da inserção em um trabalho bom, decente e estável. Se há trajetórias profissionais passadas, há também expectativas de inserção em um percurso diferente que é imaginado e às vezes planejado para se efetivar num futuro (TARTUCE, 2007).

No Brasil a realidade da grande maioria dos jovens e adultos no mercado de trabalho sempre esteve muito próxima da instabilidade, das idas e vindas e de um constante “se virar” para conseguir “ganhar a vida”. Diferentes autores frisam duas características importantes que marcam a relação escola-trabalho no país: o ingresso precoce no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo-trabalho. Os estudos que buscam compreender a relação dos jovens brasileiros com o trabalho e a escola datam os anos de 1970. Já nos anos 1980, emergem pesquisas que buscam compreender os trajetos de estudantes trabalhadores e a importância do trabalho entre os jovens, inclusive para constituição de uma identidade juvenil. A crise de 1990 levou os jovens a sentirem o maior impacto da retração do emprego. Porém é neste contexto que o debate sobre o papel da educação e da qualificação profissional, bem como sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho ganha visibilidade no Brasil (CORROCHANO, 2013).

No Brasil, na década de 1990, em um forte contexto de flexibilização das relações de trabalho, intensificação do desemprego, a qualificação – e também a competência – passam a fazer parte do discurso do governo, de empresas, de sindicatos, da mídia e dos próprios indivíduos, como solução para problemas individuais (inserção e permanência no mercado de trabalho) e sociais (aumento da produtividade para as empresas e conseqüente desenvolvimento econômico e social para o país). As pessoas têm constantemente se empenhado em aumentar sua qualificação profissional, mas, apesar disso, nem sempre conseguem aumentos salariais correspondentes, nem ao menos obter um emprego regular, formal ou não. E assim a sociedade prega um discurso que quanto maior a escolaridade e formação, maiores serão as chances de inserção e mobilidade profissional, o que nem sempre acontece (TARTUCE, 2007).

A teoria do capital humano fundamenta-se na crença de que todos os indivíduos têm condições de tomar decisões livres e racionais, que as desigualdades sociais e as diferenças na distribuição de renda são responsabilidade das próprias pessoas. Segundo esta teoria, cada trabalhador aplicaria um cálculo de custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu “capital pessoal”, avaliando se o investimento e esforço empregados na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado no futuro (CATTANI, 2006). Se o conhecimento não gerar ganho de capital, renda ou lucro maior do que a maioria da população ter estudado não passará de perda de tempo, dinheiro e outras oportunidades (NUNES e NEIRA, 2014).

Peugny (2014) demonstra em seu livro, *o destino vem do berço? desigualdades e reprodução social*, que após meio século de massificação escolar na França, a reprodução das desigualdades está em um nível muito mais elevado. A certeza de um futuro melhor através da educação cede lugar ao medo, que frequentemente se torna realidade, do rebaixamento social. Este livro contraria a teoria do capital humano e traz outros elementos importantes para discussão.

Segundo Peugny (2014, p. 82):

(...) antes os filhos oriundos dos meios ricos em capital econômico e cultural distinguiam-se pela duração mais longa de sua escolarização (desigualdades quantitativas), atualmente distinguem-se pela escolha de trajetórias de excelência das quais estão excluídos os filhos das classes populares (desigualdades qualitativas). Nesse contexto, não pode surpreender a persistência das forças da reprodução social.

Souza (2010) chama a nossa atenção para o fato de se vincular classe social somente a renda, esquecendo-se de todo um processo de transmissão afetiva e emocional de valores, um processo invisível, visto que se dá na socialização familiar, que constrói indivíduos com capacidades muito distintas. O sucesso que estes indivíduos advindos das classes mais privilegiadas alcançam é visto pela sociedade como mérito individual, um talento natural. Já os jovens das classes menos privilegiadas, em que a necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, faz destes jovens com escolhas pré-escolhidas pela situação e pelo contexto, não se dedicarem ao estudo como atividade principal e única como acontece na verdadeira e privilegiada classe média.

Então, se o diploma é o melhor passaporte para o emprego, não deixa de ser verdade que as colocações para um mesmo nível de diploma variam e raramente de maneira positiva (PEUGNY, 2014)

O conceito de rebaixamento social (*déclassement*), proposto por Peugny (2014), gera polêmica por apresentar vários significados. O rebaixamento pode ser entre gerações (quando os filhos têm uma situação menos favorável que a dos pais), dos diplomados (quando os empregos ocupados não estão à altura das qualificações) e durante o ciclo de vida (quando um acontecimento inesperado provoca uma degradação das condições de vida).

Cordeiro (2002), em Portugal, estudou a inserção profissional dos quadros superiores em contextos empresariais com capacidade de inovação diferenciada. Para o autor inovação é a capacidade de adaptação empresarial, quadros superiores são os trabalhadores dotados de competência técnica e de gestão e a “noção de inserção profissional reenvia-nos sobretudo para as questões relacionadas com a gestão diferenciada da mão de obra por parte das empresas” (CORDEIRO, 2002, p. 82).

O autor partiu da ideia de que pluralidade de práticas de recursos humanos podem definir diferentes modalidades de inserção profissional. Ele realizou uma análise em dois momentos-chave: o processo de inserção na empresa, através das políticas de recrutamento, e os processos de pós-inserção, através das práticas de gestão de mão de obra. A combinação de diferentes estratégias utilizadas pelas empresas como: exigência de experiência, realização de formação contínua, maior ou menor grau de autonomia profissional, contratos de trabalho em tempo parcial ou

total, modalidades de pagamento de salário e progressão, formação profissional, etc., podem estar na origem de dois modelos de inserção: a qualificante e a não qualificante (CORDEIRO, 2002).

Quadro 2 - Inserção qualificante e inserção não qualificante

Inserção Qualificante	Inserção não qualificante
A inserção profissional qualificante acontece quando a empresa desenvolve uma verdadeira política de valorização dos seus recursos humanos (contratos estáveis, condições de trabalho satisfatórias, políticas de formação dentro da empresa, sistema de progressão na carreira, salários mais vantajosos, etc.) contribuindo para o desenvolvimento de competências individuais e coletivas de seus trabalhadores.	A inserção profissional não qualificante acontece quando a empresa desenvolve uma política de não valorização de seus recursos humanos (contratos precários, inexistência de políticas de formação e sistemas de progressão, salários menos atraentes, etc.) contribuindo para uma crescente desvalorização dos trabalhadores.

Fonte: Cordeiro, 2002.

Nesta dissertação utiliza-se o conceito de inserção profissional de Rocha-de-Oliveira (2012) que o desenvolveu com base em textos da literatura francesa, pois neste país há uma longa tradição de estudos sobre inserção profissional de jovens de diferentes grupos sociais e níveis de formação. Ele define-se a inserção profissional como:

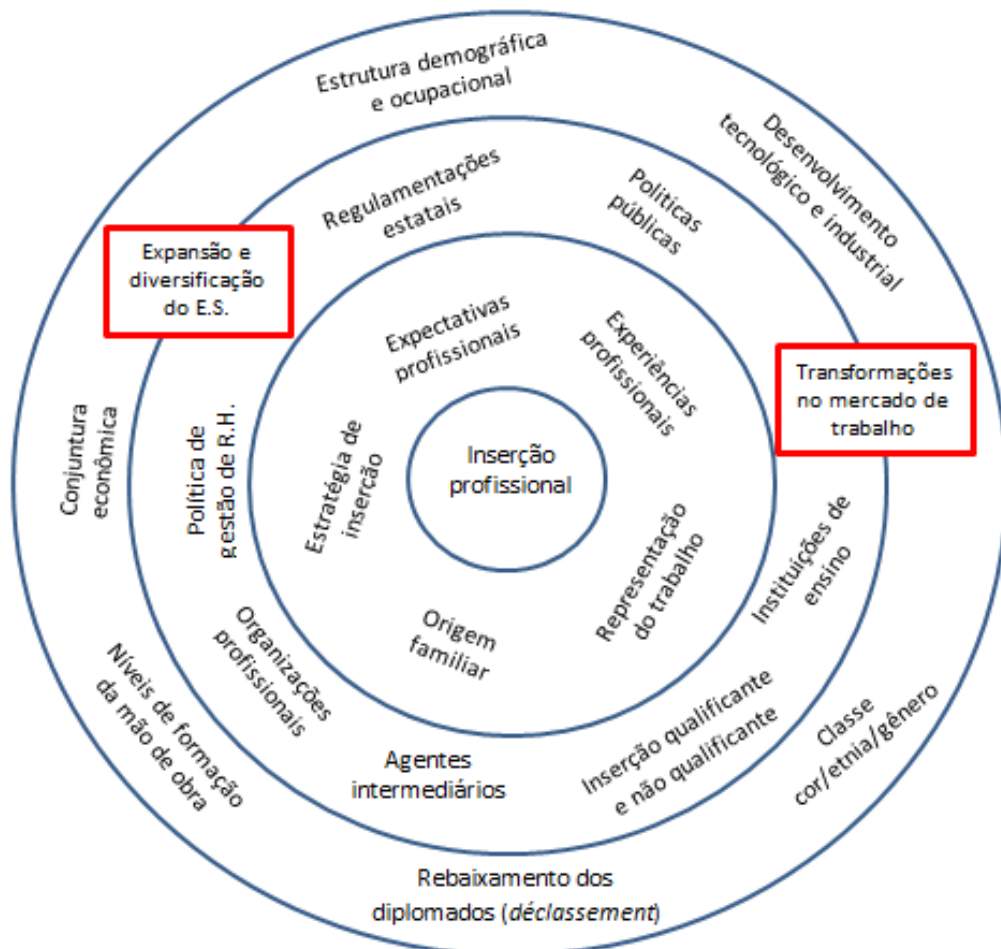
Um processo individual e coletivo, histórico e socialmente inscrito. Individual por que diz respeito à experiência vivenciada por cada sujeito na esfera do trabalho, bem como suas escolhas profissionais e expectativas de carreira. É um processo coletivo por ser vivenciado de maneira semelhante por uma mesma geração ou grupo profissional. É um processo histórico, pois desenrola com a “moldura” de elementos econômicos, sociais e políticos que caracterizam uma época. É socialmente inscrito, pois é marcado por processos institucionalizados e representações sociais compartilhadas pelos indivíduos de determinado grupo ou região sobre o período da inserção profissional (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012, p.131).

Se a inserção profissional é uma construção social, os aspectos da conjuntura econômica, da estrutura demográfica e ocupacional de cada região ou país, níveis de formação e desenvolvimento tecnológico e industrial, classe social, raça, etnia e gênero são elementos do contexto sócio-histórico que influenciam a inserção do indivíduo no mercado de trabalho (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012).

Da mesma forma, aspectos institucionais como as regulamentações estatais que dizem respeito à legislação que rege a entrada no mercado de trabalho; as políticas públicas que o governo oferece para os indivíduos no momento; políticas de gestão de recursos humanos promovidas pelas empresas; organizações profissionais que podem ter maior ou menor influência dependendo da antiguidade e integração do grupo profissional; as organizações de mediação que agenciam vagas e/ou recrutam e selecionam para as empresas e as instituições de ensino também influenciam. (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012).

Por fim, aspectos individuais como origem familiar do indivíduo, etnia, escolaridade, profissão dos pais, valores sobre o trabalho considerados pela família, elementos que contribuem para a construção de suas representações do trabalho e para o aprendizado das estratégias de inserção; experiência profissional e expectativas profissionais interferem no processo (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012).

Figura 1 - Variáveis que interferem no processo de inserção profissional do indivíduo.



Fonte: elaborado pela autora a partir Rocha-de-Oliveira (2012), Cordeiro (2002) e Peugny (2014)

Todos estes aspectos e elementos são variáveis que influenciam, em menor ou maior grau, no procedimento de inserção profissional do indivíduo. Este estudo busca compreender quais elementos interferem na inserção profissional dos egressos da Uergs e como eles influenciam neste processo.

Como pode ser observado na figura 1, além das variáveis individuais, institucionais e sócio-históricas existem duas grandes mudanças que ocorreram nas últimas décadas e que afetam diretamente o processo de inserção. Estas mudanças se situam entre o contexto sócio-histórico e os aspectos institucionais, porque possuem ao mesmo tempo em que interferem em elementos dos dois grupos. A expansão e diversificação do ensino superior e as mudanças no mercado de trabalho são os tópicos dos próximos capítulos.

2.2 EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Considerando a educação como fenômeno histórico, é importante contextualizar a educação superior no Brasil desde seu início até os dias de hoje.

Segundo Gripp (2014), os primeiros cursos superiores no Brasil surgiram com a vinda de Dom João VI. Foram criados cursos de medicina, de direito e de engenharia. O primeiro curso de medicina foi criado no Brasil em 1808 e o de direito em 1827. Em 1907, havia no Brasil 18 cursos eclesiásticos, 10 cursos jurídicos, 9 cursos médico cirúrgicos e farmacêuticos, 6 cursos politécnicos e 4 cursos agrônômicos e veterinários, totalizando 2.487 matrículas e 346 concluintes⁶.

A Universidade no Brasil se formou na primeira metade do século XX, sob a influência dos modelos francês e alemão, embora antes já tivesse iniciado o ensino superior no Brasil através de faculdades e universidades provisórias (PAULA, 2009; BONELLI, 1999).

Neste momento em que a sociedade começava a industrializar-se, se observa pequena expansão da escolaridade além do primário, o que cria a necessidade de formar professores para atender as novas demandas. Não existiam estudos superiores de humanidades, ciências ou letras. Quando, ainda na década de 1930, a

⁶ Mais sobre este apanhado histórico em: GRIPP, Glícia. Políticas educacionais e as políticas de currículo do ensino superior. In: Ensino superior: expansão e democratização. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

formação de professores foi elevada a nível superior, o ensino expandiu-se em função do aumento da demanda social por educação (CACETE, 2014; BARRETO 2010).

A faculdade de filosofia, inspirada na investigação científica, inicialmente concebida como o modelo integrador/articulador da Universidade e que tinha como principal função a formação de professores, modificou-se ao longo do tempo. Acabou por se multiplicar, isoladamente, acompanhando a tradição do ensino superior brasileiro de escolas profissionais isoladas, respondendo à pressão por ensino superior de uma sociedade em processo de mudança, com crescente aspiração por este nível de ensino. Mas este processo não se deu em todas as áreas ou cursos dada à resistência de certas corporações profissionais. A ampliação ocorreu em áreas de menor resistência e cursos de baixo custo. Esse período foi marcado pela grande expansão do ensino superior do setor privado a partir da criação de inúmeras faculdades de filosofia, ciências e letras, criadas, em sua grande maioria, nos anos de 1960 e 1970, tendo as licenciaturas polivalentes e as licenciaturas curtas como cursos inaugurais (CACETE, 2014).

Segundo Gripp (2014, p.192), “Em 1940 havia 258 unidades escolares de educação superior e 20.017 estudantes matriculados. Em 1950, 435 unidades escolares e 43.958 estudantes matriculados”. No início dos anos 1960, o país contava com cerca de 100 instituições de ensino superior e com 93.902 alunos. Em 1980, já eram 1.345.000 alunos. (VOLKMER MARTINS, 2016).

O setor público ficou impedido em estabelecer um processo de ampliação e diversificação de suas instituições, prevalecendo a Universidade como modelo único. A indissociabilidade ensino/pesquisa exigia uma universidade de elite na medida da impossibilidade de se conciliar ensino de massa com desenvolvimento de pesquisa científica. No processo de expansão do ensino superior, não se estabeleceu apenas uma dualidade expressa por um setor público e um privado. Ocorreu também uma diferenciação entre instituições quanto à qualidade acadêmica e ao público a quem estas instituições se dirigem. O setor privado com menor prestígio estava direcionado às camadas sociais médias urbanas mais desprovidas de capital econômico e considerada de menor vocação acadêmica (CACETE, 2014).

Com a reforma universitária de 1968, a influência americana atingiu a estrutura organizacional e finalidades nas universidades no Brasil. No modelo norte-americano, a instituição universitária procura associar ensino e pesquisa a serviços,

estruturando-se para que possam ajustar-se as necessidades da massificação do ensino superior e da sociedade do consumo. No contexto neoliberal, sob a influência norte-americana, há um processo crescente de “macdonaldização” do ensino, sobretudo no âmbito das instituições privadas, para atender as demandas de mercado e dos “clientes” que procuram um título universitário (PAULA, 2009).

Temos hoje um dos índices mais altos de privatização da educação superior na América Latina e no mundo. Cerca de 90% das instituições brasileiras de ensino superior são privadas, sendo responsáveis por 70% das matrículas neste nível de ensino. Acentuaram-se o aligeiramento e a fragmentação do processo de formação, através de cursos de curta duração, cursos sequenciais, cursos politécnicos, cursos de educação à distância, mestrados profissionais, etc, muitas destas medidas instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394, de 1996 (PAULA, 2009).

Os argumentos em defesa da diversificação do ensino superior brasileiro têm crescido cada vez mais, fazendo parte da atual política deste nível de ensino. Alega-se que esta variação é importante para o atendimento de demandas diversas por ensino superior e para democratização deste nível de ensino. A intenção é oferecer alternativas mais acessíveis e menos custosas (em termos de tempo, dinheiro, investimento intelectual) aos “clientes” que procuram o ensino superior. Além de uma banalização crescente e de uma diluição do sentido da formação universitária, essas medidas produzem uma divisão dos que procuram por ensino superior: de um lado instituições de excelência que aliam ensino e pesquisa de alto nível, mais procurados pelas elites dominantes, de outro lado, instituições de ensino técnico e profissionalizante de terceiro grau, mais procuradas pelos estudantes com menor capital social e cultural (CACETE, 2014; PAULA, 2009).

A universidade brasileira é uma instituição jovem se comparadas as demais, porém carrega uma grande responsabilidade que é contribuir para formação de cidadãos críticos e participativos, que ajudarão a construir uma Brasil mais desenvolvido, justo e democrático. Por isso é preciso garantir uma formação de qualidade, em todas as áreas de conhecimento, sem apelo a cursos aligeirados que servirão apenas para estatísticas esvaziadas (PAULA, 2009).

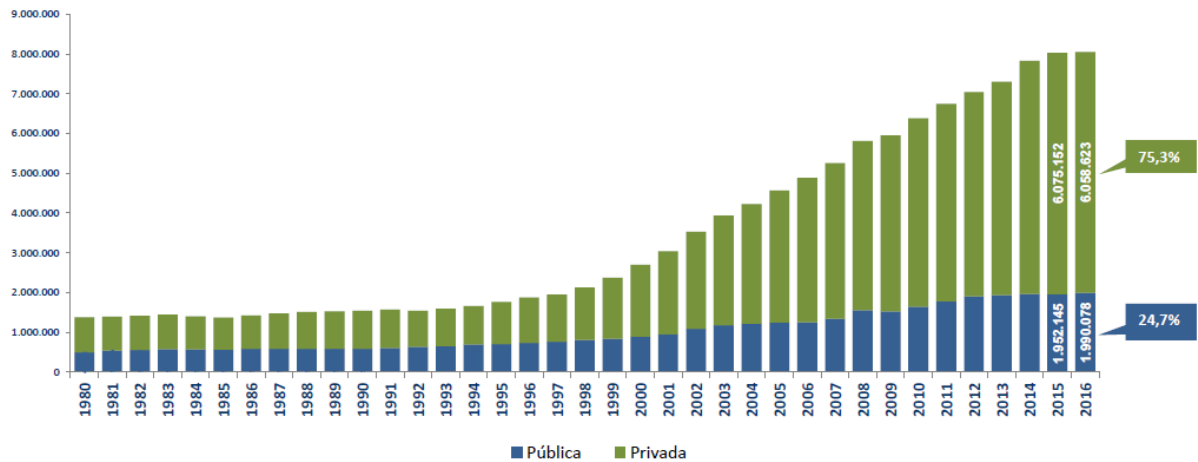
As políticas neoliberais da década de 1990 também fizeram os números subirem. Em 1990, já eram 918 instituições e 1,5 milhões de matrículas e em 2000, 1.180 instituições e cerca de 3 milhões de matrículas (VOLKMER MARTINS, 2016).

O decreto nº 2.306 de 19/08/97 foi responsável por um dos movimentos mais importantes para o setor privado. A partir deste decreto as entidades mantenedoras poderiam assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil e comercial. Isso significava dizer que as mantenedoras poderiam ter finalidade lucrativa. Sampaio (2014) reforça que este decreto fomentou e legitimou a mercantilização do ensino superior no país, abrindo espaço para uma educação que enriquece o empresariado e aliena os jovens. A mercantilização não se restringiu a cobrança pelo serviço educacional, mas algumas instituições se transformaram em mercadoria, passíveis de serem vendidas e compradas no mercado. No Brasil, na última década, ocorreram mais de 200 aquisições e fusões entre empresas do ramo educacional. E além destas transações algumas instituições abriram capital na bolsa de valores. A Kroton Educacional S.A., a Anhanguera Educacional Participações S.A. e a Estácio Participações S.A. são exemplos de companhias abertas que atuam no Brasil (SAMPAIO, 2014).

Entretanto, é a partir dos anos 2000 que tem início uma expansão e diversificação sem precedentes do ensino superior no Brasil, que segundo Volkmer Martins (2016) apresenta quatro características importantes. Primeiro, o aumento no número de matrículas totais em ensino superior; segundo, o aumento do número de matrículas em instituições privadas; terceiro, a criação da modalidade de ensino à distância e o quarto ponto é a inserção de cursos superiores tecnológicos e cursos superiores sequenciais, cujo foco passa a ser a qualificação dos trabalhadores.

A recente expansão do ensino superior no Brasil, ocorrida principalmente nos últimos 15 anos, pode ser percebida pela análise de alguns dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Gráfico 1 - Expansão do número de matrículas em ensino superior no Brasil, de 1980 a 2016, nas redes pública e privada.



Fonte: Fonte: Inep/Censo da Educação Superior 2016

O gráfico 1 mostra o aumento crescente de matrículas a partir dos anos 2000 que antes apresentava um número de matrículas constante. A ampliação de matrículas se deu em função das várias políticas públicas implementadas como Fies, Prouni, Reuni, além da universalização do ensino básico que gerou maior demanda pelo ensino superior e a também as ações das empresas, entre outros (VOLKMER MARTINS, 2016).

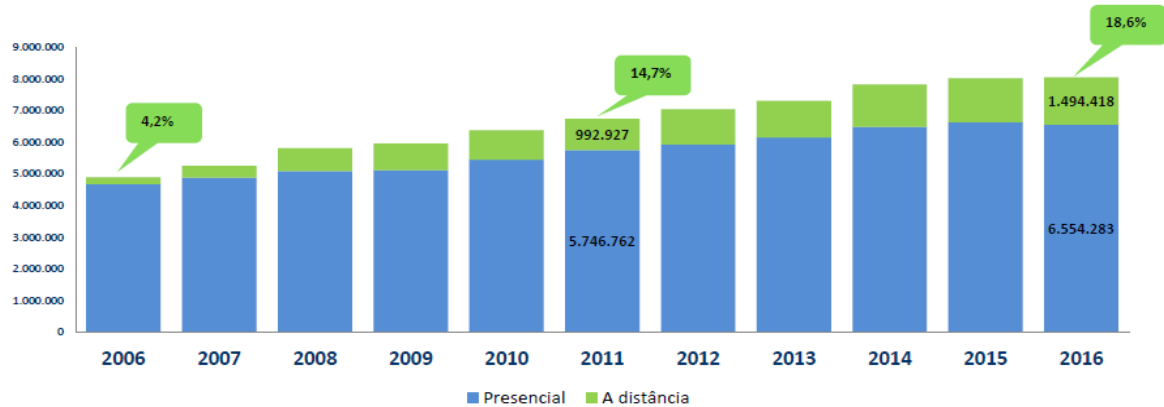
Em relação ao aumento das matrículas em instituições privadas, entre outros fatores, podemos citar o fato de algumas empresas começarem a ver a expansão do ensino superior como negócio e oportunidade de lucro. Como exemplo, pode ser citado o grupo Kroton⁷, maior empresa de educação superior privada do país que encerrou março de 2016 com 1,01 milhão de alunos. A Estácio⁸, segunda maior do setor, tinha 588 mil estudantes em março de 2016. Juntas elas têm 1,6 milhão de universitários, 26% dos estudantes do ensino superior privado, o que corresponde a 1 em cada 5 estudantes brasileiros (LEWER e FAJARDO, 2017). Para colaborar com

⁷ A Kroton tem operações de ensino presencial mais concentradas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, e é a responsável pelas marcas Anhanguera, Fama, LFG, Pitágoras, Unic, Uniderp, Unime e Unopar.

⁸ Estácio possui campi em todos os Estados do Nordeste e em alguns da região Norte, e opera no mercado basicamente com a marca Universidade Estácio de Sá

a expansão, em 2016, o grupo Kroton passa a oferecer o parcelamento estudantil privado (PEP)⁹.

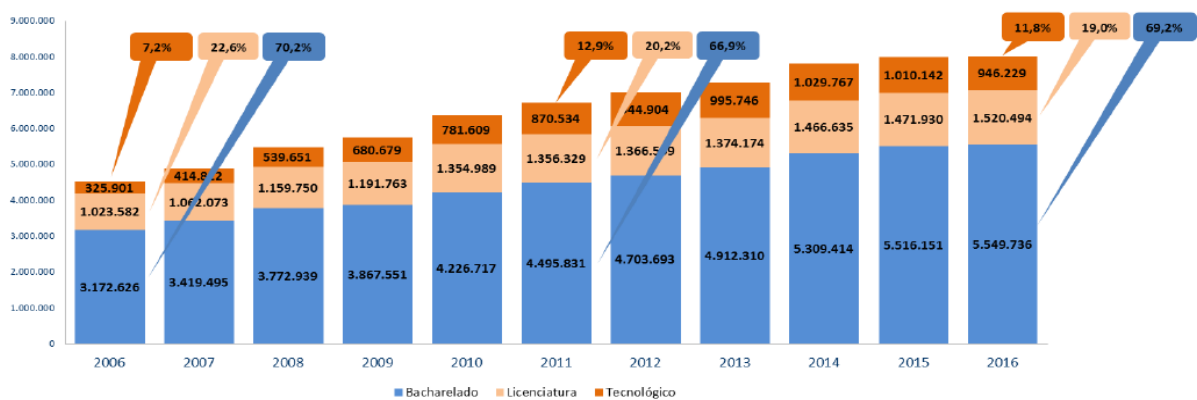
Gráfico 2 - Evolução das matrículas na educação superior por modalidade de ensino, no Brasil, de 2006 a 2016.



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior 2016

O gráfico 2 traz as matrículas nas modalidades presencial e à distância. A modalidade de ensino à distância, prevista no art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, teve o início de seu processo de expansão em 2001 (VOLKMER MARTINS, 2016) e hoje conta com 1.494.418 alunos matriculados, o que corresponde a 18,6% do total de matrículas da educação superior (CENSO, 2016).

Gráfico 3 - Evolução da matrícula na graduação, por modalidade de curso, no Brasil, entre 2006 a 2016.

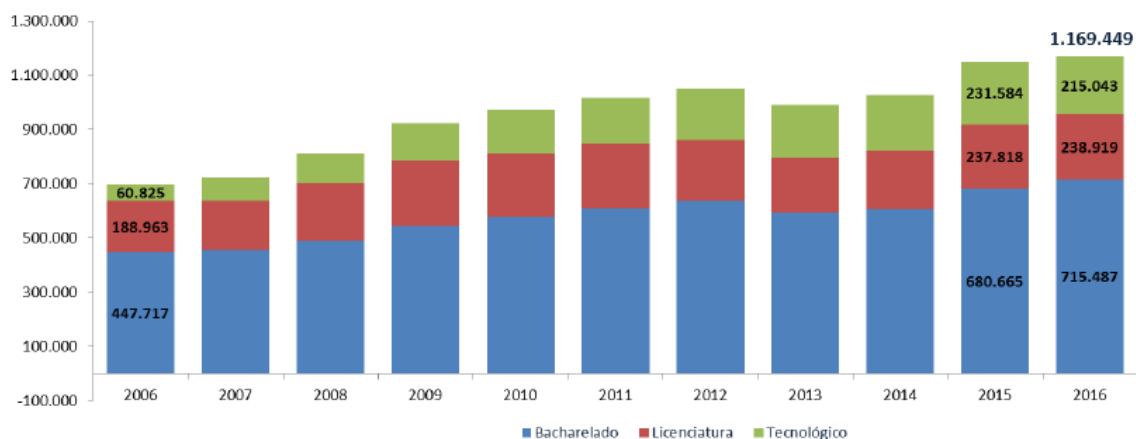


Fonte: Inep/Censo da Educação Superior 2016

⁹ O PEP é um parcelamento estudantil privado onde o aluno pode pagar até 70% do seu curso depois de formado. Não é preciso ter feito ENEM como no Proni ou Fies. É um parcelamento totalmente sem juros e pré-aprovado. Basta ser aprovado no vestibular e aderir.

O gráfico 3 traz informações sobre o número de ingressantes matriculados nos tradicionais cursos de bacharelado e licenciatura, e também os matriculados nos cursos superiores de tecnologia. Os cursos superiores profissionais no Brasil datam da década de 1960. Durante a década de 1970, houve grande incentivo à ampliação dos Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs), sendo que as primeiras experiências foram de instituições privadas. No final da década de 1970, a procura diminuiu até que esses e outros cursos de curta duração foram abandonados pelo Ministério da Educação (MEC). Outras iniciativas surgiram na década de 1980, mas até o final da dos anos 1990, os CSTs tiveram um crescimento modesto. Em 2001, com as mudanças no ensino superior resultantes da LDB de 1996 e com a entrada novamente do setor privado na oferta de cursos de educação à distância a procura por eles voltou a aumentar. Em 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o ensino tecnológico iniciou uma expansão sem precedentes na história do país. Por se tratar de um fenômeno recente, a expansão dos CSTs e suas repercussões ainda são foco de estudos de poucos pesquisadores no Brasil, a maioria deles provenientes da educação (VOLKMER MARTINS, 2016)

Gráfico 4 - Número de concluintes em cursos de graduação, por modalidade de curso, no Brasil, de 2006 a 2016.



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior 2016

Em 2016, os concluintes de bacharelado correspondem a 61,2% do total de concluintes em cursos de graduação, enquanto a licenciatura tem uma participação de 20,4% e os tecnológicos 18,4%, conforme dados do gráfico 4.

Barbosa (2015, p.256) comenta que o tema do ensino superior ganhou destaque mundial, aparecendo como capa da revista internacional *The Economist*, em 28 de março de 2015. Nesta edição, “a revista britânica faz uma longa reportagem especial sobre as Universidades no mundo de hoje. (...) a reportagem também mostra a desvalorização do ensino superior tecnológico, em todo mundo considerado como “pouco classudo”, responsável pela desvalorização social desse segmento de formação”.

Infelizmente muitos autores apresentam informações que corroboram com a afirmação da revista.

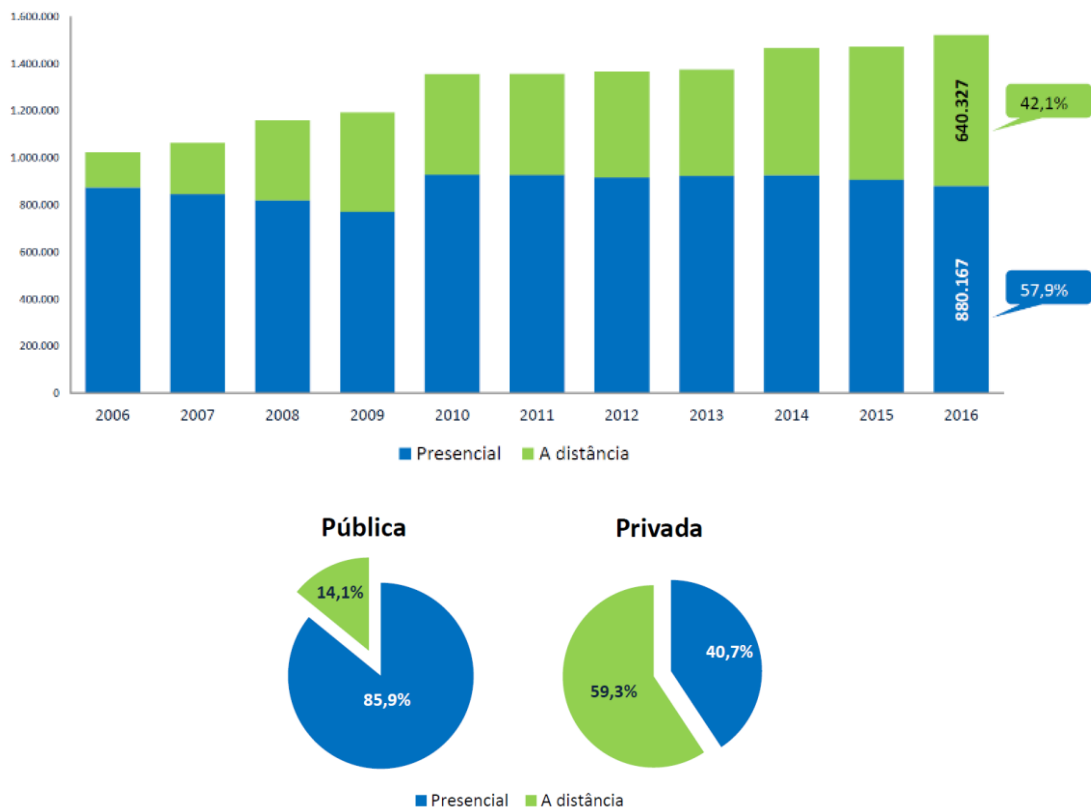
Prates e Silva (2014, p.151) trazem como conclusão de seu estudo - que buscou analisar os efeitos da natureza administrativa das instituições de ensino superior sobre o “desempenho” de seus formandos no índice de prestígio ocupacional das ocupações no Brasil – que:

(...) os dados apontam que a formação no sistema tradicional, isto é, nos cursos de bacharelado e licenciatura, no sistema público brasileiro, produzem grandes vantagens no mercado de trabalho, em termos de prestígio do cargo ocupado, em comparação com o sistema privado, e o sistema mais vocacional, o tecnológico independente se o mesmo é público ou privado.

Diante da modernização do ensino superior, os cursos superiores de tecnologia, com duração mais curta, expressam, segundo Barbosa (2014, p.57) “tanto uma diversificação no conteúdo da formação quanto um rearranjo institucional. E talvez os tecnólogos por eles formados paguem o preço de participarem de um processo inovador numa sociedade com sérias tendências conservadoras”.

Em relação à modalidade licenciatura, dados do Censup 2016, mostram o número de estudantes matriculados em cursos de licenciatura no Brasil de 2006 a 2016. O número de estudantes passou de pouco mais e 1.000.000 para 1.520.494 em 10 anos. Esse aumento ocorreu principalmente na rede privada a distância, como é possível verificar no gráfico 5. Atualmente, mais de 85% dos estudantes de licenciatura de instituições públicas frequentam cursos presenciais. Na rede privada prevalece os cursos à distância com quase 60% dos alunos.

Gráfico 5: Nº de matrículas em cursos de licenciatura por modalidade de ensino e categoria – Brasil 2006-2016



Este capítulo apresentou um breve histórico do ensino superior no Brasil e a sua recente expansão e diversificação. Da mesma forma, no capítulo seguinte será apresentado também as recentes mudanças ocorridas no mercado de trabalho. A compreensão destes dois capítulos é de suma importância para o entendimento do processo de inserção profissional que se situa entre a formação e o mercado de trabalho.

2.3 TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

As compreensões do mercado de trabalho somente pela perspectiva econômica, através de dados numéricos, passam uma “fotografia” do mercado em determinado período, sem considerar seu caráter dinâmico. Pouco se explora sobre os porquês destas transformações e quais as ações dos atores envolvidos. A compreensão do mercado de trabalho requer um contexto e uma história (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011).

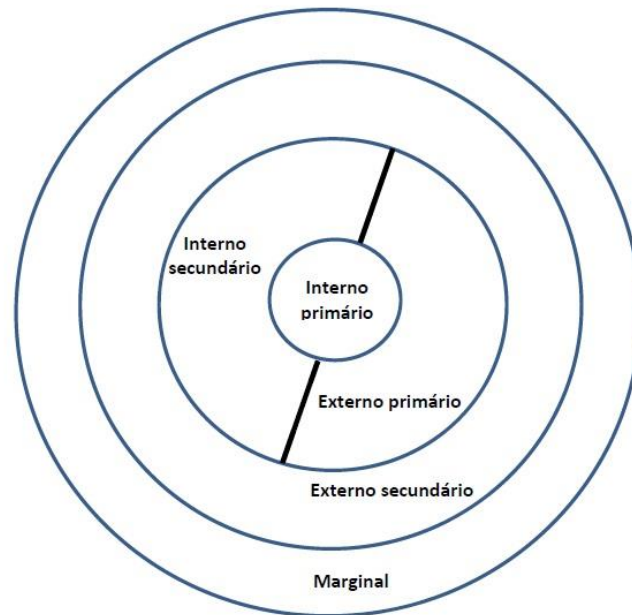
Segundo Pochmann (2006), dois movimentos distintos na evolução do mercado de trabalho podem ser percebidos nas últimas décadas. Entre 1930 e 1970, com a implementação e consolidação do projeto de industrialização nacional e a institucionalização das relações de trabalho, através de um código de trabalho no país (CLT), ocorreu a expansão dos empregos registrados e das ocupações nos segmentos organizados da economia e tornou-se possível a estruturação do mercado de trabalho. A partir de 1980, houve uma desestruturação do mercado de trabalho devido à crise da dívida externa que levou à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos, que até hoje inviabilizam a plena retomada sustentada do crescimento econômico. No cenário de semi-estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e de alta inflação, o país terminou rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho. Até o final da década de 1970 o mercado de trabalho era estruturado em dois grupos: o formal que eram os trabalhadores com carteira assinada e demais benefícios decorrentes desta formalização, como seguridade social, 13º salário, férias e descanso semanal remunerado; e informal formado pelos trabalhadores sem carteira assinada. A partir da década de 1980, com as mudanças na estrutura do mercado de trabalho, devido a reestruturação produtiva em busca de maior produtividade, desemprego, políticas macroeconômicas, a flexibilização do trabalho começa a ganhar força (POCHMANN, 2006; PICCININI, ROCHA-DE-OLIVEIRA e RÜBENICH, 2006).

Segundo Rocha-de-Oliveira (2011), a partir dos anos de 1980 passam a existir vários segmentos de força de trabalho: o grupo central e diferentes grupos periféricos que variam, conforme o tipo de flexibilidade que os liga à empresa. O grupo central, chamado pelo autor de interno primário, reúne os trabalhadores que têm estabilidade, maiores salários, benefícios e melhores condições de trabalho e seguridade social, pois são os responsáveis diretos pela manutenção do negócio.

O grupo periférico divide-se em interno secundário, externo primário, externo secundário e marginal. O interno secundário inclui os trabalhadores que têm contrato direto com a empresa e formas de flexibilidade numérica como trabalho em tempo parcial, contrato de prestação de serviços, entre outros. Os trabalhadores que fazem parte do externo primário são profissionais com alta competência técnica, que prestam serviços autônomos para várias empresas e gozam de uma flexibilidade favorável que contribui para o aumento dos ganhos. O grupo de trabalhadores que fazem parte do externo secundário não se encontram sob a hierarquia da empresa,

são recrutados por empresas de subcontratação, incluindo as de trabalho temporário. O grupo marginal é formado pelos trabalhadores que vivem na informalidade, que estão excluídos do mercado, prestando um serviço eventual quando há emprego (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2011).

Figura 2 - Mercado de trabalho flexível



Fonte: Rocha-de-Oliveira (2011)

Vale ressaltar que a flexibilização das atividades não é desregulamentação das relações laborais ou precarização do trabalho, embora possa vir acompanhada destas características. Flexibilização é uma forma de superar situações de rigidez na definição de salários, exercício de tarefas e contratos de trabalho, quando as organizações atribuem a esta rigidez suas dificuldades econômicas (PICCININI, ROCHA-DE-OLIVEIRA e RÜBENICH, 2006).

No Brasil, observa-se a entrada gradual da flexibilização do trabalho a partir da década de 1990. Essa flexibilização se manifesta na emergência de modalidades atípicas, como trabalho em tempo parcial, trabalho temporário, contrato de estágio, cooperativas de trabalho, empreendedorismo, pejetização, subcontratação ou terceirização externa e a terceirização interna (SOUZA e LEMOS, 2015).

O trabalho temporário é uma forma de trabalho em que o contrato tem início e fim determinados. O salário do trabalhador temporário é o mesmo dos trabalhadores efetivos, porém a empresa não tem a obrigação de estender a eles os mesmos

benefícios dos trabalhadores efetivos. Os estágios são uma forma de integração entre estudante, escola e comunidade com a finalidade de aquisição de experiência e aprendizagem, infelizmente tem sido utilizada como meio de obtenção de mão de obra barata, qualificada e isentando a empresa de encargos trabalhistas (PICCININI, ROCHA-DE-OLIVEIRA e RÜBENICH, 2006).

Salienta-se ainda que a terceirização gerou grandes debates durante a tramitação do projeto de lei 4.330, que estende a terceirização a toda e qualquer atividade produtiva. De um lado o empresariado apoiava e justificava a necessidade de modernização da legislação e geração de empregos, de outros trabalhadores que visualizavam a precarização das condições de trabalho (SOUZA e LEMOS, 2015), da mesma forma como ocorre com o trabalho temporário e os estágios exemplificados anteriormente.

Souza e Lemos (2015) trazem dados de uma pesquisa recente elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011) mensurando alguns dos impactos da terceirização sobre os trabalhadores. A pesquisa revela que em 2010 aproximadamente 11 milhões de trabalhadores, ou seja, 25,5% dos postos formais de trabalho eram de trabalhadores terceirizados. O estudo mostrou as condições desfavoráveis dos trabalhadores terceirizados, representados em sua maioria por mulheres, jovens, negros e imigrantes. Os dados apresentados indicam que os trabalhadores terceirizados recebem salários 27,1 % inferiores em comparação aos da mão de obra efetiva e jornada de trabalho superior em três horas semanais. Percebeu-se uma maior instabilidade de vínculo empregatício, já que o tempo médio de permanência no emprego é 2,6 anos, inferior a 45% do tempo médio do empregado contratado diretamente. E ainda, 80% do total dos acidentes de trabalho são de trabalhadores terceirizados por causa das condições precárias de segurança e da natureza dos postos de trabalho.

Entre 1979 e 1999, as características marcantes do comportamento do mercado de trabalho convergem para a ampliação da precarização geral das ocupações. Quase 2/3 do total dos postos de trabalho abertos nesse subperíodo de tempo foram constituídos por ocupações precárias (POCHMANN, 2006).

Desde 1999 há fortalecimento do segmento organizado do mercado. Nota-se tanto a queda na taxa de precarização dos postos de trabalho como a leve queda da taxa de desemprego aberto. Essa melhora no comportamento do mercado de

trabalho deve-se à mudança do regime cambial, em 1999, e ao significativo crescimento do comércio externo. Por conta disso, o setor industrial terminou sendo um dos principais protagonistas da recente recuperação do emprego formal no Brasil. A ampliação das exportações e a contenção dos produtos e serviços importados estimularam a nova geração da ocupação na indústria de transformação (POCHMANN, 2006).

Segundo Baltar (2014), para entender a crescente formalização dos contratos de trabalho nos anos 2000, é preciso levar em conta o que aconteceu no Brasil ao longo da década de 1990. A maneira como o sistema empresarial adaptou-se à abertura da economia reduziu fortemente o emprego formal e cresceram, principalmente, o trabalho por conta própria e o emprego sem carteira. As grandes empresas que geravam diretamente somente emprego formal reduziram o quadro de pessoal em aproximadamente um terço, devido à redução no número de linhas de produção. Estas empresas aumentaram a importação de partes e componentes dos seus produtos e passaram a fazer mais uso de serviços de terceiros para realizar atividades antes executadas por empregados.

Segundo Simões, Alves e Silva (2016), a economia brasileira, entre 2001 e 2015, favorecida pelos superciclo das commodities, teve uma década de crescimento e relativa estabilidade macroeconômica. Isso refletiu no mercado de trabalho que apresentou um desempenho bastante favorável. A perda de dinamismo da economia começou a partir de 2013 e uma profunda recessão ocorreu em 2015 e 2016.

O próprio crescimento da economia estimulou a formalização dos negócios, porque apenas empresas corretamente formalizadas têm acesso ao sistema de crédito e às compras do governo, que crescem com a economia. Além disso, com a retomada do crescimento, as grandes empresas voltaram a aumentar o quadro de pessoal (BALTAR, 2014).

O fenômeno mais interessante do período analisado, segundo Simões, Alves e Silva (2016), ocorreu nos anos seguintes à crise financeira mundial de 2008/2009, que levou o PIB daquele ano a uma queda de 0,33%. No entanto, a economia se recuperou rapidamente e, em 2010 – último ano do governo Lula –, registrou crescimento de 7,5%. Desde o início do governo Dilma Rousseff, as taxas de crescimento do PIB caíram fortemente. Entretanto, as taxas de desocupação não subiram, passando a refletir o desaquecimento da economia em curso somente em

2015. Tal fenômeno – a manutenção de baixas taxas de desocupação num cenário de baixo crescimento econômico – foi denominado, por muitos estudiosos e jornalistas especializados, de “paradoxo do baixo desemprego” ou “paradoxo do mercado de trabalho” e suscitou um grande debate.

A retomada do crescimento não modificou a proporção de empregos mais especializados e mais bem remunerados. Ou seja, o emprego altamente especializado e relativamente bem remunerado não cresceu no mesmo ritmo intenso do emprego formal (BALTAR, 2014). A estrutura ocupacional não acompanhou a ampliação educacional dos trabalhadores ocorrida nos últimos anos, não foram criados cargos suficientes que demandassem maior escolaridade (HELAL e ROCHA, 2009).

Segundo Helal e Rocha (2009), a atual conjuntura do mercado de trabalho é produto do processo de reestruturação econômica iniciado na década de 1970, com o esgotamento do modelo fordista de produção. As organizações passaram por um processo de reestruturação, no qual várias ocupações foram destruídas e outras surgiram. O emprego industrial foi reduzido em função da alta inserção de tecnologia, enquanto o setor de serviços se expandiu. O mercado de trabalho se flexibilizou e as relações de trabalho se tornaram mais precárias – verificando-se o aumento da ocupação por conta própria e da informalidade, em geral.

Foi esse novo contexto do mercado de trabalho, permeado pelo desemprego e pela dificuldade em se (re)inserir nesse mercado que trouxe o debate acerca da empregabilidade para a ordem do dia, no Brasil e em diversos outros países. O que se percebe, na verdade, é a institucionalização do discurso empresarial-individual da empregabilidade. As profundas reestruturações organizacionais, a prática gerencial, a mídia e a própria academia têm divulgado e reforçado a responsabilidade do indivíduo no processo de obtenção de emprego. Essa preocupação com a empregabilidade é resultado das novas exigências feitas aos trabalhadores, por parte das organizações. Sabe-se, contudo, que o entendimento acerca do tema é bastante diverso e controverso (HELAL e ROCHA, 2009).

A palavra “empregabilidade” ocupa posição de destaque na academia, no mundo empresarial e nas discussões sobre políticas públicas, no Brasil e em outros países. Convém destacar, entretanto, que seu surgimento é relativamente recente. É possível identificar dois significados para o termo empregabilidade: a empresarial-individual (que condiciona a empregabilidade à capacidade da mão de obra adaptar-

se às novas exigências do mundo do trabalho e das organizações) e a crítica-social (que trata a empregabilidade como um discurso, transferindo a responsabilidade pelo emprego, da sociedade e do Estado para o próprio trabalhador) (HELAL e ROCHA, 2009).

Nesta dissertação busca-se conhecer como se dá a inserção dos egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, que possui 24 Unidades espalhadas por todas as regiões do Estado. Faz-se necessário buscar e analisar informações para entender o contexto no qual o mercado de trabalho está inserido.

A fim de compreender as transformações econômicas e sociais que tem transformado o mercado de trabalho nas duas últimas décadas no Rio Grande do Sul, buscou-se entender como as diferentes regiões tem mudado sua estrutura entre agricultura, serviços e indústria ao longo do tempo, segundo análise de dados econômicos e informações de pesquisadores da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

Segundo Lazzari (2014), que analisou dados do desempenho econômico do Rio Grande do Sul entre 1947 e 2013, de modo geral, a trajetória da economia gaúcha durante esse período foi bastante similar à da economia brasileira. Entretanto, a economia gaúcha apresentou uma taxa média de crescimento inferior à nacional. Por outro lado, o menor crescimento populacional, especialmente nos últimos 20 anos, fez com que o PIB per capita do Estado crescesse acima da média nacional entre 1947 e 2013.

Lazzari (2014) divide o panorama da economia do Rio Grande do Sul em três períodos, sendo que para este estudo levamos em consideração apenas o último, de 1995 a 2013. Neste período, duas grandes transformações com impacto regional importante atingiram o Estado. O primeiro foi a valorização da moeda nacional nos primeiros anos pós-Plano Real. O impacto sobre a indústria de transformação do Rio Grande do Sul foi bastante significativo, com reflexos sobre atividades relevantes de sua estrutura produtiva, notadamente a de couros e a de calçados. Com o dólar barato e o real em alta, há um favorecimento da importação, uma baixa na exportação e conseqüentemente um enfraquecimento da indústria. O segundo foi a ocorrência de duas estiagens sucessivas, que deprimiram a produção física e a renda agrícola e, por conseqüência, as demais atividades ligadas ao setor. Esses dois eventos explicam, em parte, a menor taxa de crescimento da economia gaúcha relativamente à nacional, no período de 1995 a 2013.

Outros processos relevantes para se entender as atuais transformações regionais no Estado são a expansão das indústrias metalmeccânica e automobilística, em grande parte na região de Caxias do Sul, e o surgimento do Polo Naval de Rio Grande, cujo impacto maior se deu nesta década, mas que já apresentava sinais de sua força no final da passada, ainda que de forma tímida (FIALKOW, 2014).

Dentro do panorama nacional, o Rio Grande do Sul encontra-se no estrato mais rico e próspero entre as unidades da Federação com renda *per capita* acima da média nacional e um dos principais produtores agropecuários e industriais do País. Internamente, porém, o Estado possui uma realidade regional complexa, com desigualdades marcantes no seu território (FIALKOW, 2014).

Sobre o mercado de trabalho no RS, Sobrinho, Pessoa e Sternberg (2014) adotaram a subdivisão do RS em mesorregiões para caracterizar, com base nos Censos Demográficos, as especificidades dos mercados regionais de trabalho. De forma geral, enquanto a população cresce nas regiões do nordeste, diminui nas mesorregiões do oeste e do sul e a parcela da população em idade ativa cresce, entre 2000 e 2010, 10,5%. A taxa de desocupação recuou de 12,2% em 2000 para 4,9% em 2010. Observa-se que o desemprego era menor em 2010 nas regiões com alta participação da agropecuária ou da indústria no mercado de trabalho. A taxa de ocupação no RS cresceu 22%, isso representa algo em torno de um milhão de novos postos de trabalho, tendo crescido bem mais que a população em idade ativa 10,5% (PIA) e população economicamente ativa 12,7% (PEA), porém este aumento se dividiu de forma desigual entre as mesorregiões refletindo as diferenças regionais.

Em relação aos rendimentos médios mensais, em 2000 as diferenças regionais não eram tão grandes, o trabalhador ganhava entre R\$ 831,20, na mesorregião Noroeste, e R\$ 1.137,06, na Nordeste. Entre 2000 a 2010, houve um grande aumento na renda, mas muito discrepante em cada região, com percentuais que variaram de 3,2% na Sudoeste a 27,3% na Noroeste. Em 2010, a média do rendimento médio real ficou compreendida entre R\$ 944,31 na Sudeste e R\$ 1.228,10 na Nordeste. Em síntese, houve queda na taxa de desocupação, uma elevação dos rendimentos reais, aumento do assalariamento e formação de vínculos de emprego entre 2000 e 2010 em todo o Estado (SOBRINHO, PESSOA e STERNBERG, 2014), como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - Valor do rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, coeficiente de variação e variação do rendimento nas mesorregiões e no Rio Grande do Sul – 2000 e 2010.

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIA DO RENDIMENTO (R\$) (1)		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO		VARIAÇÃO DO RENDIMENT O (%)
	2000	2010	2000	2010	
Centro Ocidental.....	872,5	1.010,63	0,26	0,23	15,9
Centro Oriental.....	885,95	1.050,37	0,26	0,21	18,6
Metropolitana.....	979,75	1.107,88	0,26	0,24	13,1
Nordeste.....	1.137,06	1.228,10	0,27	0,22	8,0
Noroeste.....	831,20	1.057,89	0,28	0,24	27,3
Sudeste.....	910,01	944,31	0,35	0,20	3,8
Sudoeste.....	961,62	991,93	0,18	0,15	3,2
RS.....	1.305,89	1.438,34	-	-	10,1

FONTE: Sobrinho, Pessoa e Sternberg (2014) com base em IBGE (2013).
(1) Valores deflacionados pelo INPC para 31 de julho de 2010.

Este capítulo trouxe um breve histórico sobre a estruturação do mercado de trabalho entre as décadas de 1930 a 1970 e a desestruturação entre as décadas de 1980 e 1990. Observa-se que a reestruturação produtiva e as políticas macroeconômicas dos anos 1990 colaboraram para o surgimento das modalidades atípicas de trabalho. Ainda no cenário nacional, a economia cresce no início dos anos 2000 e chegamos a um ciclo de pleno emprego e aumento da renda, que em meados de 2013 começa a dar espaço para a grande crise que enfrentamos hoje. O conceito de empregabilidade ganha vida. Por fim, são apresentados alguns dados sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, onde estão inseridos os egressos que serão alvo desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o problema e os objetivos deste estudo, apresenta-se, neste capítulo, uma descrição detalhada dos procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa. Ela se divide em duas etapas: a primeira exploratória e a segunda descritiva quantitativa.

A etapa exploratória, segundo Hair et. al. (2005), é bastante útil para obter maiores informações e percepções sobre o objeto que será estudado. Foram utilizados os seguintes recursos exploratórios: entrevista exploratória e levantamento e análise de dados secundários que serão apresentados no item 4.1.2

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa conclusiva, de tipo survey, em corte transversal único de propósito descritivo e quantitativo. Este tipo de estudo fornece dados transversais, isto é, os elementos são medidos somente uma vez durante o processo de investigação e sintetizados estatisticamente (HAIR et. al., 2005). Optou-se pela não criação de hipóteses para que os resultados não se restringissem apenas a respondê-las.

Survey é um procedimento para coleta de dados a partir de indivíduos. As surveys são utilizadas quando o projeto de pesquisa envolve a coleta de informações de uma grande amostra. Essa coleta de dados podem ser feita através de questionários para que o próprio indivíduo responda ou entrevista. Os questionários são usados para coletar dados quantitativos de um grande número de indivíduos de forma rápida e conveniente (HAIR et. al., 2005).

Com base na combinação dos dados secundários, análise da entrevista exploratória e referencial teórico foi elaborado o instrumento de coleta preliminar. O questionário foi adaptado de Volkmer Martins (2016) com base nos construtos teóricos de Rocha-de-Oliveira (2012), Cordeiro (2002) e Peugny (2014) como pode ser observados nos quadros 3, 4, 5.

O primeiro grupo de questões trata do construto de inserção através dos aspectos individuais como origem familiar do indivíduo, etnia, escolaridade, profissão dos pais, valores sobre o trabalho considerados pela família, elementos que contribuem para a construção de suas representações do trabalho e para o aprendizado das estratégias de inserção; experiência profissional e expectativas profissionais (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012). Neste grupo também estão as

questões acerca da relação escola-trabalho no país: o ingresso precoce no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo-trabalho (CORROCHANO, 2013).

Quadro 3: O conceito de inserção profissional e as variáveis individuais utilizadas na pesquisa

Nº	Questão
1	Qual a sua idade?
2	Sexo:
4	Ao iniciar o curso superior na Uergs você já havia concluído algum outro curso superior?
5	Ao iniciar o curso superior na Uergs você já havia iniciado algum outro curso superior?
6	Com que idade iniciou o ensino superior?
13	Quais foram as principais motivações para a escolha do curso de formação no ensino superior?
15	Depois da sua formação no ensino superior você:
16	Com que idade começou a trabalhar?
17	Durante o ensino superior trocou de trabalho quantas vezes?
18	Quanto tempo você permaneceu sem trabalho depois que se formou?
19	Depois que se formou você trocou de trabalho quantas vezes?
20	Assinale a situação abaixo que melhor descreve o seu caso durante a maior parte do curso superior:
23	Está trabalhando atualmente (estágio, emprego formal, trabalho voluntário, trabalho informal remunerado, autônomo, bolsa de iniciação científica)?
31	Em relação ao seu trabalho atual, você:
41	O curso permitiu melhorar a minha situação econômica
44	A rede de contatos que construí no ensino superior foi importante para eu conseguir me inserir no mercado de trabalho
45	Meus amigos mais próximos e meus familiares me ajudaram a me inserir no mercado de trabalho
52	Estar no ensino superior fez que eu começasse a frequentar lugares que antes não frequentava
53	No ensino superior construí uma rede de relacionamentos/contatos que possivelmente não teria antes de entrar nesse nível de ensino
55	Meus pais relatam que quando eles eram jovens era mais difícil chegar ao ensino superior
56	Quando terminei o ensino médio minha prioridade era fazer o ensino superior
57	Quando terminei o ensino médio minha prioridade era encontrar trabalho
74	Você cursou a maior parte do ensino fundamental em escola:
75	Você cursou a maior parte do ensino médio em escola:
76 e 77	Qual o grau de escolaridade da sua mãe e do seu pai?
78 e 79	Qual era o trabalho da sua mãe e do seu pai quando você tinha cerca de 14 anos?
80	Você possui conhecimento de língua inglesa?
81	Você possui conhecimento de língua espanhola?
82	Tem conhecimento de algum outro idioma além de inglês e espanhol?
83	Qual seu estado civil?
84	Qual sua cor/etnia?
85	O número total de pessoas que moram em seu domicílio, incluindo você:
86	Você possui filhos e/ou enteados?
87	Qual sua renda bruta mensal (total de rendimentos individuais antes dos descontos)?
88	Qual a renda bruta mensal da sua família (total de rendimentos, incluindo os seus, antes dos descontos)?

Fonte: adaptado pela autora com base em Volkmer Martins (2016), Rocha-de-Oliveira (2012) e Corrochano (2013).

O segundo grupo de questões trata do construto de inserção através dos aspectos institucionais, como as regulamentações estatais que dizem respeito à legislação que rege a entrada no mercado de trabalho; as políticas públicas que o governo oferece para os indivíduos no momento; políticas de gestão de recursos humanos promovidas pelas empresas; organizações profissionais que podem ter maior ou menor influência dependendo da antiguidade e integração do grupo profissional; as organizações de mediação que agenciam vagas e/ou recrutam e selecionam para as empresas e as instituições de ensino (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012). Neste grupo também estão as questões com base teórica nos conceitos de Cordeiro (2002) que estudou a inserção profissional dos quadros superiores em contextos empresariais com capacidade de inovação diferenciada. O autor partiu da ideia de que a combinação de diferentes estratégias utilizadas pelas empresas como: exigência de experiência, realização de formação contínua, maior ou menor grau de autonomia profissional, contratos de trabalho em tempo parcial ou total, modalidades de pagamento de salário e progressão, formação profissional, etc., podiam estar na origem de dois modelos de inserção: a qualificante e a não qualificante.

Quadro 4: O conceito de inserção profissional e as variáveis institucionais utilizadas na pesquisa

Nº	Questão
12	Ingressou por alguma reserva de vagas?
14	Você possuiu algum tipo de bolsa durante o ensino superior?
21	Você já contribuiu para previdência social (INSS)?
23	Está trabalhando atualmente (estágio, emprego formal, trabalho voluntário, trabalho informal remunerado, autônomo, bolsa de iniciação científica)?
24	Qual o porte da organização/empresa?
25	Qual o tipo de organização/empresa?
26	Qual o seu vínculo com a organização/empresa?
27	O seu contrato de trabalho é por tempo:
28	Qual o seu cargo/função?
29	Quanto ao seu tempo semanal de trabalho:
30	A sua organização/empresa possui algum plano de qualificação profissional?
31	Em relação ao seu trabalho atual, você:
32	Possuo autonomia para realizar minhas tarefas
33	A organização/empresa na qual trabalho não possui um sistema claro de progressão de carreira
34	Sou o principal responsável pela minha qualificação profissional
39	A formação recebida na instituição de ensino do curso superior permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho
40	Independente da formação recebida, ter cursado o ensino superior permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho
42	Na organização/empresa onde trabalho a remuneração de quem é bacharel é maior do que a de quem é tecnólogo

43	Na organização/empresa onde trabalho a remuneração de quem é bacharel é maior do que a de quem é licenciado
46	Agências de emprego e de estágio foram importantes para eu conseguir entrar no mercado de trabalho
47	Percebo que o status da instituição que realizei o ensino superior foi importante para a minha inserção no mercado de trabalho
48	Tive que buscar cursos fora da minha instituição de ensino para complementar minha formação para o mercado de trabalho
49	Durante o curso percebi que a instituição de ensino promoveu ações para auxiliar minha inserção profissional
50	Em processos seletivos percebi que os cursos de bacharelado são preferidos aos de tecnólogo
51	Em processos seletivos percebi que os cursos de bacharelado são preferidos aos de licenciatura
54	O preparo para inserção profissional oferecido pela instituição de ensino é insuficiente
59	Em geral nos postos de trabalho que já ocupei possuía autonomia para realizar as tarefas
68	As políticas de bolsas da universidade foram importantes para que eu pudesse cursar o ensino superior
69	A política de reserva de vagas foi importante para que eu tivesse acesso ao ensino superior
73	O curso superior que cursei tem relação com as atividades econômicas predominantes do município ou região onde estudei

Fonte: Adaptado pela autora com base em Volkmer Martins (2016), Rocha-de-Oliveira (2012), Cordeiro (2002) e Peugny (2014).

O terceiro grupo de questões trata do construto de inserção através dos elementos da conjuntura econômica, da estrutura demográfica e ocupacional de cada região ou país, níveis de formação e desenvolvimento tecnológico e industrial (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012). Finalizando o grupo, há as questões com base na teoria de Peugny (2014) que estudou nos anos 2000, na França, o rebaixamento dos diplomados – quando os empregos ocupados não estão à altura das qualificações – o que ele chamou de *déclassement*.

Quadro 5: O conceito de inserção profissional e as variáveis sócio-históricas utilizadas na pesquisa

Nº da questão	Questão
2	Sexo:
3	Cidade de origem:
7	Cidade de residência no momento dos estudos de ensino superior
8	Unidade em que realizou o curso:
9	Curso:
10	Ano de Ingresso no curso:
11	Ano de conclusão do curso:
22	Você já se sentiu discriminado em processos seletivos?
28	Qual o seu cargo/função?
35	Ocupo uma vaga de emprego inferior ao meu nível de qualificação
36	Recebo remuneração inferior ao meu nível de qualificação
37	Uma pessoa com menos qualificação que eu poderia realizar as atividades que desempenho na organização/empresa
38	Sinto que com a minha idade meus pais tinham um trabalho melhor que o meu

55	Meus pais relatam que quando eles eram jovens era mais difícil chegar ao ensino superior
58	O ensino superior permitiu que eu conseguisse trabalhos que dificilmente conseguiria sem esse nível de ensino
60	Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para bacharéis são para tarefas inferiores a sua qualificação
61	Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para tecnólogos são para tarefas inferiores a sua qualificação
62	Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para licenciados são para tarefas inferiores a sua qualificação
63	Percebo que a remuneração paga para bacharéis é inferior ao nível de qualificação que possuem
64	Percebo que a remuneração paga para tecnólogos é inferior ao nível de qualificação que possuem
65	Percebo que a remuneração paga para licenciados é inferior ao nível de qualificação que possuem
66	Percebo que a remuneração para bacharéis no mercado de trabalho é superior a paga para tecnólogos
67	Percebo que a remuneração para bacharéis no mercado de trabalho é superior a paga para licenciados
70	O período de expansão da economia foi favorável para minha inserção no mercado de trabalho
71	O período de crise na economia foi desfavorável para minha inserção no mercado de trabalho
72	As atividades econômicas predominantes no município onde eu trabalho influenciaram na minha inserção no mercado de trabalho
73	O curso superior que cursei tem relação com as atividades econômicas predominantes do município ou região onde estudei
76 e 77	Qual o grau de escolaridade da sua mãe e do seu pai?
78 e 79	Qual era o trabalho da sua mãe e do seu pai quando você tinha cerca de 14 anos?
84	Qual sua cor/etnia?
87	Qual sua renda bruta mensal (total de rendimentos individuais antes dos descontos)?
88	Qual a renda bruta mensal da sua família (total de rendimentos, incluindo os seus, antes dos descontos)?

Fonte: Adaptado pela autora com base em Volkmer Martins (2016) e Rocha-de-Oliveira (2012).

O questionário foi submetido a um pré-teste, para examinar se o questionário poderia ser aplicado em uma situação real. Vale salientar que o questionário possui dois tipos básicos de questões para mensurar os conceitos. Medir idade e renda, de um modo geral, é fácil porque podem ser mensuradas de forma objetiva e precisa. Medir satisfação e realização profissional, por exemplo, exige um outro processo de mensuração, por isso foram utilizadas escalas (HAIR et. al., 2005).

As escalas intervalares em administração servem para medir conceitos como atitudes, percepções, sentimentos, opiniões e valores. Estas escalas envolvem o uso de afirmações em um questionário acompanhadas de categorias pré-

codificadas, onde o respondente pode indicar até onde concorda ou discorda em determinada afirmação (HAIR et al, 2005).

O objetivo do pré-teste é verificar eventuais dificuldades de preenchimento. O pré-teste foi aplicado no dia 16/05/17, em uma turma da graduação da Unidade da Uergs em Vacaria, devido ao fácil acesso para aplicação do questionário físico, permitindo que os respondentes fizessem anotações acerca de possíveis dúvidas e inadequações, que foram lidas e, dentro do possível, inseridas no questionário.

Após este pré-teste o questionário foi construído em um aplicativo do Google - gratuito e que possibilita a geração de um link, para poder ser enviado por e-mail, por exemplo - e encaminhado aos colegas do grupo de pesquisa sobre inserção profissional para teste de preenchimento e sugestões finais.

A pesquisadora decidiu deixar todas as questões como obrigatórias, exceto as duas sobre renda que eram opcionais, mas foram respondidas por mais de 80% dos egressos. Uma cópia do questionário que foi aplicado encontra-se no apêndice.

Algumas das limitações encontradas durante a elaboração do questionário foram em relação a palavras pouco conhecidas da população em geral. Foi necessário adaptar a linguagem para egresso/formado e organização/empresa, por exemplo, para facilitar o entendimento. Faltaram questões sobre ensino médio técnico e sobre a relação entre a área do curso e o trabalho atual do egresso e se o egresso permaneceu trabalhando na cidade ou região onde estudou, após a conclusão do curso. O questionário foi pensado para respondentes que saíram do ensino médio para o ensino superior. Grande parte das questões foram pensadas para pessoas que trabalham em organizações, faltaram questões pensadas para autônomos e empreendedores. O aplicativo não permitia colocar a opção “não se aplica” com uma numeração diferente da sequência intervalar, o que poderia facilmente confundir o respondente (ele achar que o “não se aplica” fazia parte da escala). Optou-se por colocar o “não se aplica” nas questões que realmente precisavam para que houvesse uma diferenciação e que pudesse ser percebida pelo respondente. Nestas questões também foram colocadas instruções extras para ajudar na compreensão.

Optou-se por abordagens de coleta eletrônicas porque são o meio mais eficiente e de melhores custos para captação de informações, mas segundo Hair et. al. (2005) o questionário auto-administrado, encaminhado via correio eletrônico, possui algumas desvantagens. O participante sabe claramente que estão sendo

coletadas informações sobre seu comportamento e/ou atitudes e sempre existe a possibilidade de que isso influencie nas suas respostas. O pesquisador não sabe se a pessoa respondeu as perguntas na sequência em que aparecem ou se pediu a opinião de terceiros. Este tipo de abordagem apresenta baixa taxa de resposta, o que pode comprometer a representatividade da pesquisa. A baixa taxa de resposta também foi um problema relatado na entrevista exploratória.

Como já mencionado, esta pesquisa se caracteriza por ser transversal, uma vez que os dados foram coletados somente uma vez, no período de outubro a dezembro de 2017. É importante explicar que neste tipo de pesquisa, como se objetiva tirar conclusões sobre características da população a partir de uma amostra, a representatividade da mesma deve ser pensada com bastante rigor (HAIR et. al., 2005).

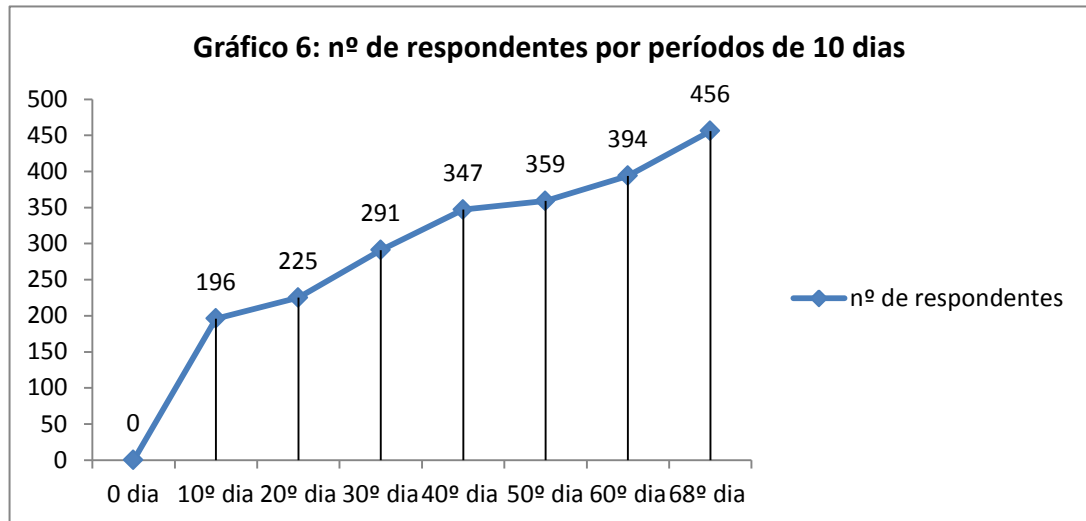
3.1 DESCRIÇÃO DA COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

A população alvo desta pesquisa foram os egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul entre os anos de 2005 a 2017 nas 24 Unidades Universitárias. Antes de falar sobre as especificações da amostra, é relevante lembrar que a Uergs tem cursos em três áreas de conhecimento (ciências humanas, ciências exatas e engenharias e ciências da vida e meio ambiente), três modalidades de cursos (licenciatura, bacharelado e superior de tecnologia) e 24 Unidades espalhadas por todo estado do RS, totalizando até este momento 4532 egressos.

Considerando o universo de 4532 egressos e margem de erro de 5%, a amostra probabilística aleatória mínima era de 354 respondentes. A pesquisadora manteve durante todo o processo, o cuidado e a preocupação para que esta amostra fosse representativa de todas as modalidades, áreas e mesorregiões.

A coleta de dados ocorreu de 02 de outubro de 2017 a 08 de dezembro de 2017. A estratégia inicial era chegar nos egressos através de funcionários e professores da rede de contatos da pesquisadora que trabalham, principalmente, nas Unidades do interior. A opção por este contato mais estreito se dá pela experiência anterior relatada na entrevista exploratória e também por Hair et. al. (2005, p.160).

Então na primeira etapa foram enviados 115 e-mails para estas pessoas, explicando sobre a pesquisa e pedindo a ajuda delas na divulgação. Paralelo a isso, foi feita uma publicação no facebook, sem marcar ninguém, apenas para divulgar para os contatos da pesquisadora. A receptividade por grande parte dos colegas foi muito boa e em 10 dias já haviam 196 respostas.



Fonte: elaborado pela autora.

Semanalmente eram monitorados o número de questionários por modalidade, área e mesorregião afim de obter dados representativos. Notou-se que a maioria dos questionários recebidos eram da área da vida e meio ambiente, dos cursos de tecnologia e da mesorregião nordeste. Até o 20º dia não haviam no banco de dados respostas de egressos de Montenegro, Santana do Livramento, São Luiz Gonzaga, Três Passos e Guaíba. Neste dia a pesquisadora ligou para estas unidades para conversar com os colegas, explicar a importância da pesquisa e pedir ajuda na divulgação.

No 21º dia foi feito um reforço através de uma nova publicação no facebook com marcação de aproximadamente 130 colegas, bem como egressos da unidade em Vacaria e mensagem *in box* para todos aqueles que foram marcados agradecendo pela ajuda e lembrando a importância da pesquisa. Foram mais de 43 compartilhamentos. Observou-se que compartilhamentos com mensagem e marcação de egressos, compartilhamentos em grupos de egressos no facebook surtiram mais efeito do que somente o compartilhamento em si. Chegou-se a 263 questionários.

Notou-se a necessidade de mudar de estratégia e tentar contato direto com os egressos de algumas unidades. A pesquisadora decidiu procurar os egressos

pele facebook e mandar mensagem in box. De posse dos nomes dos 4532 egressos foi iniciada, no 24º dia, a busca pelo nome completo do egresso no facebook. O critério de escolha para iniciar a busca foram as Unidades pertencentes às mesorregiões com menos respondentes e com cursos das áreas e modalidades faltantes para completar a amostra representativa. Foram procurados através do nome completo mais de 2300 egressos (51% do total) das Unidades de Alegrete, Bagé, Santana do Livramento, São Borja, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, São Luiz Gonzaga, Três Passos, Ibirubá, Cachoeira do Sul, Encantado, Montenegro e Novo Hamburgo. Destes foram encontrados e encaminhadas mensagens *in box* para aproximadamente 770 egressos. Percebeu-se que mensagens encaminhadas no período das 19 às 24 horas resultavam em um retorno maior do que quando eram encaminhadas durante o dia. Como a grande maioria dos egressos trabalha, esse era o momento em que acessavam as redes sociais. Os últimos esforços, do 60º dia em diante, foram para obter respondentes da área das humanas, modalidade licenciatura e mesorregiões Sudoeste e Noroeste. A pesquisa foi encerrada no 68º dia depois que as amostras representativas foram atingidas.

Em um universo de 4532 egressos, considera-se para este estudo a amostra probabilística aleatória de universo finito, composta por 456 egressos, com margem de erro de 4,3%. Chegou-se a representatividade de egressos por mesorregião, modalidade e área que a pesquisadora havia proposto. Nas tabelas 2, 3, 4 e 5 estão as distribuições de frequência dos 456 questionários divididos por mesorregião, modalidade, área e ano de conclusão.

Tabela 2: Unidade em que realizou o curso (transformada em mesorregião) (N=456)

Frequência	N total de egressos	N egressos amostra mínima representativa	N de egressos respondentes	% de egressos respondentes
Mesorregião Metropolitana de POA	1270	99	133	29,2
Mesorregião Nordeste	701	53	98	21,5
Mesorregião Noroeste	1404	110	116	25,4
Mesorregião Centro Oriental	409	32	32	7,0
Mesorregião Sudoeste	748	60	77	16,9
Total	4532	354	456	100,0

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 3: Modalidade do curso (N=456)

Frequência	N total de egressos	N egressos amostra mínima representativa	N de egressos respondentes	% de egressos respondentes
Licenciatura	1573	124	144	31,6
Bacharelado	1374	106	152	33,3
Superior de Tecnologia	1585	124	160	35,1
Total	4532	354	456	100,0

Tabela 4: Área do curso (N=456)

Frequência	N total de egressos	N egressos amostra mínima representativa	N de egressos respondentes	% de egressos respondentes
Humanas	2490	195	219	48,0
Exatas	415	32	62	13,6
Vida e Meio Ambiente	1627	127	175	38,4
Total	4532	354	456	100,0

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 5: Ano de conclusão do curso (N=456)

Frequência	N total de egressos	N egressos amostra mínima representativa	N de egressos respondentes	% de egressos respondentes
2005	43	4	0	0,0
2006	771	60	55	12,1
2007	1074	85	55	12,1
2008	487	39	43	9,4
2009	370	28	23	5,0
2010	241	18	17	3,7
2011	102	7	6	1,3
2012	186	14	18	3,9
2013	279	21	41	9,0
2014	352	28	60	13,2
2015	227	18	51	11,2
2016	197	14	50	11,0
2017	203	18	35	7,7
Perdidos			2	0,4
Total	4532	354	454	100,0

Fonte: elaborado pela autora.

Entre as limitações encontradas durante a coleta de dados vale destacar que foram testadas várias estratégias diferentes, porém uma de cada vez, até chegar na amostra representativa. Se as estratégias tivessem sido feitas paralelamente, por exemplo, procurar e mandar mensagem *in box* desde o primeiro dia, uma amostra maior poderia ter sido obtida.

Como ponto positivo pode-se afirmar que o contato com os egressos via facebook foi trabalhoso, porém gratificante. Vários egressos responderam as mensagens elogiando a pesquisa, pedindo para ter acesso aos resultados, contando suas histórias de vida, falando sobre o prosseguimento dos estudos, sobre a profissão, etc. O fato de poder observar um pouco das suas vidas através das fotos de perfil e de capa também mostrava coisas que o questionário online não permitiria ver.

Hair et. al. (2005, p. 254) recomenda que “depois que os dados foram coletados e antes de serem analisados, o pesquisador deve examiná-los para

certificar-se de sua validade”. Nesta pesquisa, após a coleta foi feita uma triagem inicial e excluídos 13 questionários pelos seguintes motivos: repetidos, de egressos que não concluíram seus cursos na Uergs, de egressos de cursos de especialização e de estudantes da Uergs que ainda não haviam concluído seus cursos.

A segunda parte do tratamento preliminar foi a transformação de alguns dados. Hair et. al. (2005, p. 258) explica que “a transformação de dados é o processo de modificação da forma original dos dados para um novo formato”. As variáveis de cidade de origem, cidade de residência no momento dos estudos e Unidade em que realizou o curso foram transformadas em mesorregiões. Esta escolha se deu pela possibilidade de comparar dados do IBGE, FEE com os dados coletados. A questão que pedia o curso do egresso foi transformada em duas variáveis, área e modalidade, que por serem mais abrangentes facilitaríamos comparações.

A questão 28 era aberta e pedia o cargo/função atual dos respondentes. As respostas foram classificadas em uma escala de 1 a 11 segundo Volkmer Martins (2016, p. 63 e 64), que propõe uma escala comparativa de status ocupacional a partir de “uma combinação da escala CASMIN, com a divisão de classes proposta por Bourdieu e os elementos enfatizados por Souza em seus estudos, os quais são entendidos como fundamentais para pensar a sociedade brasileira”. Para adequar a realidade desta pesquisa, foi inserida a categoria não trabalha/do lar e outros. Para as questões 78 e 79, que pediam sobre o trabalho dos pais aos 14 anos, foi utilizada a mesma escala comparativa de Volkmer Martins (2016), com a inserção da opção não trabalhava/do lar, não se aplica e outros. Para facilitar a análise após a coleta, a pesquisadora optou por juntar a opção 8 (pequenos proprietários sem empregados, incluindo pequenos produtores rurais) com a opção 12 (assalariados agrícolas, pequenos produtores rurais).

Os dados do questionário, após triagem inicial, foram analisados com o auxílio do software SPSS Statistics.

O teste de comparação de média ANOVA foi aplicado nas questões intervalares para identificar a existência ou não de diferença de percepção entre licenciados, bacharéis e tecnólogos. O teste ANOVA, segundo Hair et al (2005, p.321) “é usado para examinar diferenças estatísticas entre as médias de dois ou mais grupos”

Neste capítulo detalharam-se os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa. Optou-se por duas etapas: a primeira exploratória para levantamento, sistematização e análise de dados secundários e a segunda descritiva quantitativa. Na segunda etapa, através de um questionário *on line*, 456 egressos participaram da pesquisa entre outubro e dezembro de 2017. A representatividade de modalidade, área e mesorregião foi pensada e executada com rigor.

Os dados do questionário, após triagem inicial e tratamento preliminar, foram analisados estatisticamente. Os resultados das duas etapas da pesquisa são apresentados no capítulo a seguir.

4 RESULTADOS

4.1 ETAPA EXPLORATÓRIA

4.1.1 Histórico da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

A etapa exploratória da pesquisa permitiu uma maior aproximação com o objeto de estudo. A coleta de dados secundários combinada com o referencial teórico foi importante para a construção do questionário e definição dos critérios para escolha da amostra. Inicialmente, percebeu-se a necessidade de entender como e em que contexto se deu a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Em um segundo momento, por meio de uma entrevista, buscou-se informações sobre possíveis estudos e/ou políticas para egressos realizados dentro da Universidade. Para finalizar, foram coletados dados sobre ingressantes, matriculados e egressos das diferentes áreas, modalidades, anos e mesorregiões da Uergs.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul foi criada pelo Poder Público Estadual através da Lei nº 11.646 de 10 de julho de 2001 (RIO GRANDE DO SUL, 2001), sob a forma de Fundação Pública de Direito Privado, com autonomia pedagógica, didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Rege-se pelas normas próprias das fundações, da Legislação Federal referente às instituições de educação superior, especialmente a LDB (BRASIL, 1996), no que tange ao ensino superior. Essa decisão unânime na Assembleia Legislativa do Estado é fruto da mobilização de diferentes setores da sociedade gaúcha em prol da criação da Uergs. Conforme o art. 2º da Lei nº 11.646, a Uergs foi criada com o foco na inclusão social e no desenvolvimento socioeconômico local e regional (PDI 2017-2021).

De acordo com o seu Estatuto (RIO GRANDE DO SUL, 2004), a Uergs tem por missão: “Promover o desenvolvimento regional sustentável, através da formação de recursos humanos qualificados, da geração e da difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o crescimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado”.

No período de 2002 a 2010, a Uergs foi administrada por três reitorias pró-tempore, indicadas pelo governo do Estado, período esse em que se restringiu a continuidade do projeto original da universidade. Do início até 2006, o quadro docente e de apoio administrativo era contratado mediante processo de ingresso temporário. Em outubro de 2005, foi realizado o primeiro concurso público para o quadro de funcionários permanentes. Em agosto de 2006, iniciaram os concursos para ingresso de professores permanentes. A contratação dos primeiros docentes do quadro permanente ocorreu apenas em fevereiro de 2007. O Conselho Superior Universitário (CONSUN) funcionou em caráter provisório até outubro de 2007, quando uma decisão judicial determinou a implantação do CONSUN estatutário, com o número legal de representantes docentes, técnicos e discentes. A Uergs realizou eleições internas para escolha de seu primeiro Reitor e Vice-Reitor da Universidade, em julho de 2010 (PDI 2017-2021).

Conforme Resolução nº 01 de 2001 (RIO GRANDE DO SUL, 2001), na criação da Universidade foram implantadas 24 Unidades em 17 Coredes do Estado: Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Bom Progresso, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cidreira, Cruz Alta, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Guaíba, Ibirubá, Montenegro, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Sananduva, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Francisco de Paula, São Luiz Gonzaga, Tapes e Vacaria (PDI 2017-2021).

Desde a criação da Universidade, ocorreram alterações no município sede de algumas Unidades. Em janeiro de 2007, a Unidade em Bom Progresso foi transferida do Corede Noroeste Colonial para o Corede Celeiro, para o município de Três Passos. A Unidade em Ibirubá teve as atividades encerradas em março de 2012, para a implementação de nova Unidade em Soledade em 2014, no mesmo Campus Regional. A Unidade em Cidreira foi transferida para o município de Osório em agosto de 2012 (PDI2017-2021).

Os primeiros cursos de graduação na Uergs foram, na maioria das 24 Unidades, Licenciatura em Pedagogia: Anos Iniciais e Educação para Jovens e Adultos e Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial. Nos primeiros anos também foram firmados diversos convênios com Universidades, Fundações e movimentos sociais para a oferta de cursos em algumas cidades além das 24 já mencionadas, sendo as atividades encerradas com o término da vigência do Convênio (PDI 2017-2021).

Em 2004, ingressaram os primeiros alunos nos recém-criados Cursos Superiores de Tecnologia. Não foram ofertadas vagas de ingresso discente para o curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial nas Unidades em Bom Progresso, Cachoeira do Sul, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Sananduva, São Borja e São Luiz Gonzaga, ocorrendo a implantação dos cursos tecnológicos. O mesmo ocorreu para os cursos de Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos: habilitação em laticínios em Ibirubá, Pedagogia: anos iniciais e Educação para Jovens e Adultos em Tapes e Vacaria e Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia em Caxias do Sul (PDI 2017-2021).

No Fórum de área da Vida e Meio Ambiente realizado em 2011, foi discutida e aprovada a proposta de criação dos cursos de Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Agronomia e Gestão Ambiental. Os Projetos Pedagógicos foram construídos e os cursos implantados nas Unidades a partir de 2013, em substituição aos cursos Tecnológicos (PDI 2017-2021).

Atualmente a Uergs está presente em 24 municípios gaúchos, ministrando cursos de graduação e pós-graduação nas três áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Exatas e Engenharias, Ciências da Vida e Meio Ambiente. São três as modalidades de cursos de graduação oferecidos pela Uergs: bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia.

No ano de 2012, um grupo formado por duas professoras e alunos bolsistas fizeram uma pesquisa quantitativa para verificar se a missão da Universidade estava sendo atendida através da inserção profissional de seus egressos em atividades dentro de suas áreas de formação e em suas regiões. Além disso, queriam buscar informações que pudessem motivar a criação de políticas dentro da Universidade com base na experiência de ex-alunos. Participaram 231 egressos, 8% do total naquele momento. Ao responderem ao questionário alguns egressos adicionaram manifestações que não estavam inicialmente previstas no instrumento de coleta de dados como opiniões, percepções e sugestões. As significativas recorrências, 88 depoimentos, motivaram a criação de uma outra pesquisa de caráter qualitativo para analisar estes dados.

4.1.2 Dados Secundários

Para uma análise mais detalhada e profunda sobre o processo de inserção profissional dos egressos fez-se necessária, em um primeiro momento, a coleta e sistematização de dados sobre número de ingressantes, matriculados e concluintes nas diversas áreas, modalidades, mesorregiões e anos que estão apresentados nas tabelas 2, 3, 4 e 5.

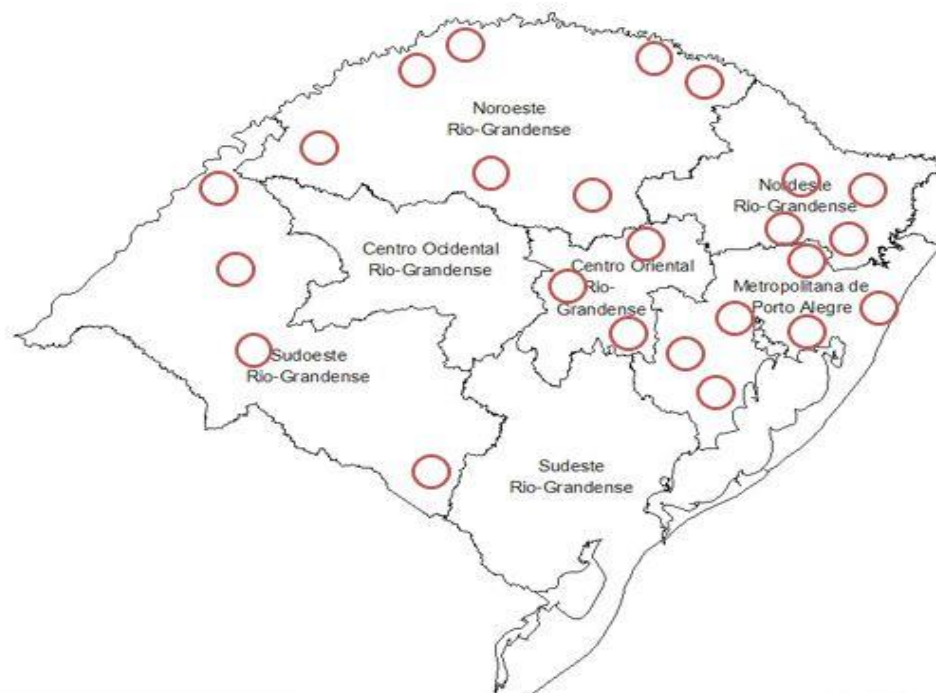
Para fins de análise desses dados, entende-se por ingressantes aqueles que foram aprovados no processo seletivo – vestibular, SISU, ENEM ou processo seletivo próprio, no caso dos convênios – dentro do número de vagas ofertadas e realizaram sua matrícula. A escolha deste critério se deu em função de ser a informação mais padronizada encontrada para calcular os ingressantes, considerando aqui os suplentes que foram chamados para as vagas dos desistentes e os que desistiram formalmente dentro dos prazos legais. Também são ingressantes os alunos que entraram na Universidade via mobilidade acadêmica (transferência externa, ingresso de diplomado e reingresso). Estes dados foram retirados de relatórios gerados do 1º semestre de cada ano do sistema acadêmico GVCollege de 2002 a 2009 e de relatórios dos arquivos da Coordenadoria de Ingresso, Controle e Registro Acadêmico de 2010 a 2017. É importante frisar que não é possível saber se estes alunos ingressantes chegaram a frequentar seus cursos ou abandonaram antes das aulas iniciarem, pois muitos não formalizam as desistências. O que se sabe é que estas matrículas foram homologadas porque estão registradas no sistema acadêmico da Universidade. Dentro do número de evadidos existem dois grupos, aqueles que desistem entre a matrícula e o início das aulas e os que desistem durante o curso. Como a evasão não é objeto desta dissertação, este tópico não será aprofundado.

Matriculados são aqueles que têm vínculo com a Universidade naquele momento. Aqui estão inclusos os trancamentos. Estes dados foram retirados de relatórios gerados do 2º semestre de cada ano dos sistemas acadêmicos GVCollege e/ou Solis.

Egressos são os que concluíram seu curso de graduação. Os dados apresentados são dos arquivos da Coordenadoria de Ingresso, Controle e Registro Acadêmico da Uergs.

As Unidades da Uergs estão agrupadas nas tabelas a seguir por mesorregiões, segundo classificação do IBGE, para facilitar a comparação de dados e indicadores deste instituto e de outros que utilizam esta divisão. Desde 1976, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definiu as mesorregiões a partir do agrupamento das microrregiões, dada a necessidade de se ter um nível de agregação espacial intermediário entre as grandes regiões e as microrregiões homogêneas (IBGE, 2017).

Figura 3 - Mesorregiões do RS e as 24 Unidades da Uergs.



Fonte: Elaborado pela autora.

Atualmente, na mesorregião metropolitana de POA encontram-se as Unidades de Guaíba, Litoral Norte, Montenegro, Novo Hamburgo, Porto Alegre e Tapes. Na mesorregião Nordeste encontram-se as Unidades de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, São Francisco de Paula e Vacaria. Na mesorregião Noroeste estão as Unidades de Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Sananduva, Soledade, São Luiz Gonzaga e Três Passos. Na mesorregião Oriental estão as Unidades de Cachoeira do Sul, Encantado e Santa Cruz do Sul. E por fim, na região Sudoeste estão as Unidades de Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e São Borja. Nas mesorregiões Centro Ocidental e Sudeste não há Unidades da Uergs.

Tabela 6 - nº de alunos ingressantes por curso, área, modalidade e unidade, na Uergs, de 2002 a 2017.

Unidades (Separadas por mesorregiões segundo classificação do IBGE)	Ingressantes por Unidade/Curso																											Total				
	Pedagogia-Anos Iniciais EF e Pedagogia - Licenciatura	Artes Visuais - Licenciatura	Dança - Licenciatura	Música - Licenciatura	Teatro - Licenciatura	Licenciatura em Ciências Agrárias	Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa	Bacharelado em Administração - Sistemas e Serviços de Saúde	Bacharelado em Administração - Gestão Pública	Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial	Bacharelado em Administração - Rural e Agroindustrial	Bacharelado em Engenharia de Sistemas Digitais	Bacharelado em Engenharia de Computação	Bacharelado em Engenharia em Energia e Desenvolvimento Sustentável	Bacharelado em Engenharia de Energia	Bacharelado em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Bacharelado em Gestão Ambiental	Bacharelado em Ciências Biológicas*	Bacharelado em Agronomia	Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos: Hab. em Laticínios	CST em Agropecuária: Sistemas de Produção	CSTA: Agroindústria e CST em Agroindústria	CSTA: Fruticultura e CST em Fruticultura	CSTA: Horticultura e CST em Horticultura	CST em Agropecuária Integrada	CST em Agropecuária: Silvicultura		CST em Recursos Pesqueiros: Produção de Peixeado	CST em Meio Ambiente	CST em Gestão Ambiental	CST em Automação Industrial
Guaiíba											497	202																			699	
Litoral Norte: Osório/Cidreira	389																	219										23		631		
Montenegro		252	246	281	272																									1051		
Novo Hamburgo													142	181	311															459		
Porto Alegre	150						81	663	415					193	170														199	1871		
Tapes	78									40																		50	45	166	564	
Bento Gonçalves														399																399		
Caxias do Sul														52						159										276		
São Francisco de Paula	329									36						203												129	67	764		
Vacaria						42												50			108		188		55					561		
Veranópolis																														108		
Cruz Alta	450																			229			217							896		
Erechim									78	128						200								22				151	92	671		
Frederico Westphalen									362	75													39	21						497		
Ibirubá																					78		82							160		
Ronda Alta										91																				91		
Sananduva										165	92						92								118	12			50	529		
Soledade																132														132		
São Luiz Gonzaga	283									116								40	82		40	147			71				779			
Três Passos/Bom Progresso										79						204		125		24	86							67	585			
Cachoeira do Sul										116	253						192						116	90		97				864		
Encantado										79	46									193			267						585			
Santa Cruz do Sul																327									113				440			
Alegrete	444																					94							538			
Bagé	471																							131			31		633			
Santana do Livramento										216						49			221				200	41					727			
São Borja										79						19	133					73				66				370		
Total por curso:	2820	252	246	281	272	42	81	663	777	1094	595	497	202	142	374	1327	1149	219	628	663	78	455	1311	415	113	289	31	73	325	442	658	16514
Total por modalidade:	Licenciatura: 3994										Bacharelado: 8408										Tecnologia: 4112											
Total por área:	Humanas: 7123										Exatas: 3200							Vida e Meio Ambiente: 6191														
* Ênfases Biologia Marinha e Costeira e Gestão Ambiental Marinha e Costeira																																

Fonte: elaborado pela autora.

De 2002 a 2017, ingressaram na Uergs 16541 alunos, sendo 3994 na modalidade de curso licenciatura, 8408 na modalidade bacharelado e 4112 nos cursos superiores de tecnologia. Em relação à área 7123 ingressaram nas humanas, 3200 nas exatas e engenharias e 6191 na área da vida e meio ambiente. Segundo as mesorregiões 5909 ingressaram na metropolitana de POA, 2108 na nordeste, 4340 na noroeste, 1889 na centro oriental e 2268 na sudoeste.

Tabela 7 - nº de alunos ingressantes por ano e unidade, na Uergs, de 2002 a 2017.

Unidades (Separadas por mesorregiões segundo classificação do IBGE)	Ingressantes por Unidade/Ano																
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Guaíba	79	37	40	78	40		40	38	43	40	26	36	45	44	53	60	699
Litoral Norte: Osório/Cidreira	79		23		19	21	57	41	51	20	42	59	46	61	72	40	631
Montenegro	78	83	74	76	79				77	44	73	65	99	109	114	80	1051
Novo Hamburgo	61	108	89	149	36		80	119	103	118	120	110					1093
Porto Alegre	187	38	40	77	39		82	77	72	88	58	107	216	242	288	260	1871
Tapes	78		14	36	45		40	37	41	31	17	33	32	43	43	74	564
Bento Gonçalves		29	25		18		38	30	31	11	20	30	46	41	40	40	399
Caxias do Sul	22	30	37						26		2		31	42	46	40	276
São Francisco de Paula	75	40	37	65	27		36	8	61	18	23	84	71	81	98	40	764
Vacaria	78	40	32	76	38		39	65	30	8	30	33		41	26	25	561
Veranópolis	48	60															108
Cruz Alta	122	38	34	71			40	56	48		27	86	100	92	102	80	896
Erechim		78	40	78	33			41	39	25	9	31	43	82	92	80	671
Frederico Westphalen		75	39		21				42	32	43	51	46	52	56	40	497
Ibirubá		78	22		40			2	9	9							160
Ronda Alta	47	44															91
Sananduva	125	40	12		43		39	22	12	23	29	20	19	55	61	29	529
Soledade														56	42	34	132
São Luiz Gonzaga	77	39	39	55	40		41	30	54	14	44	47	53	81	85	80	779
Três Passos/Bom Progresso		79	24		38			15	33	28	37	42	42	82	89	76	585
Cachoeira do Sul	75	41	39	77	38		37	50	51	1	34	44	84	96	117	80	864
Encantado	40	39	32	48	39		40	33	37	17	21	33	34	74	58	40	585
Santa Cruz do Sul	24	31	17		40		24	17	31	23	30	46	3	71	43	40	440
Alegrete	80	43	24	70				44	45	41	49	9	42	51	40	40	538
Bagé	71	35	34	54	31		41	50	70	8	43	48	19	42	47	40	633
Santana do Livramento	22	27	32	63	41		40	31	32	2	40	86	51	85	95	80	727
São Borja		79	34		38			40		10	32	4		40	53	40	370
Total por ano:	1468	1231	833	1073	783	21	714	802	1037	615	841	1144	1089	1654	1771	1438	16514

Fonte: elaborado pela autora.

Quando da construção das tabelas 6 e 7 foi possível observar que entre 2002 e 2004 a maioria das Unidades oferecia Licenciatura em Pedagogia ou Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial e todas as vagas eram preenchidas e estes cursos eram oferecidos tanto no diurno quanto no noturno. Os cursos de Tecnologia começaram a ser ofertados em 2004, e neste ano sobraram algumas vagas. A estratégia após a baixa ocupação das vagas foi trocar o turno de funcionando do curso (2005) ou mudar o curso (2006) para tentar preencher as vagas. Observa-se pelos editais que as provas do vestibular não eram realizadas nas 24 cidades onde existem Unidades da Uergs, o que também pode ter contribuído para baixa demanda de alguns cursos em algumas Unidades. O vestibular do início do ano oferecia vagas para ingresso no primeiro e segundo semestres. O aluno que passava para o segundo semestre ficava 6 meses aguardando para começar a estudar, o que colabora para trocar o curso por

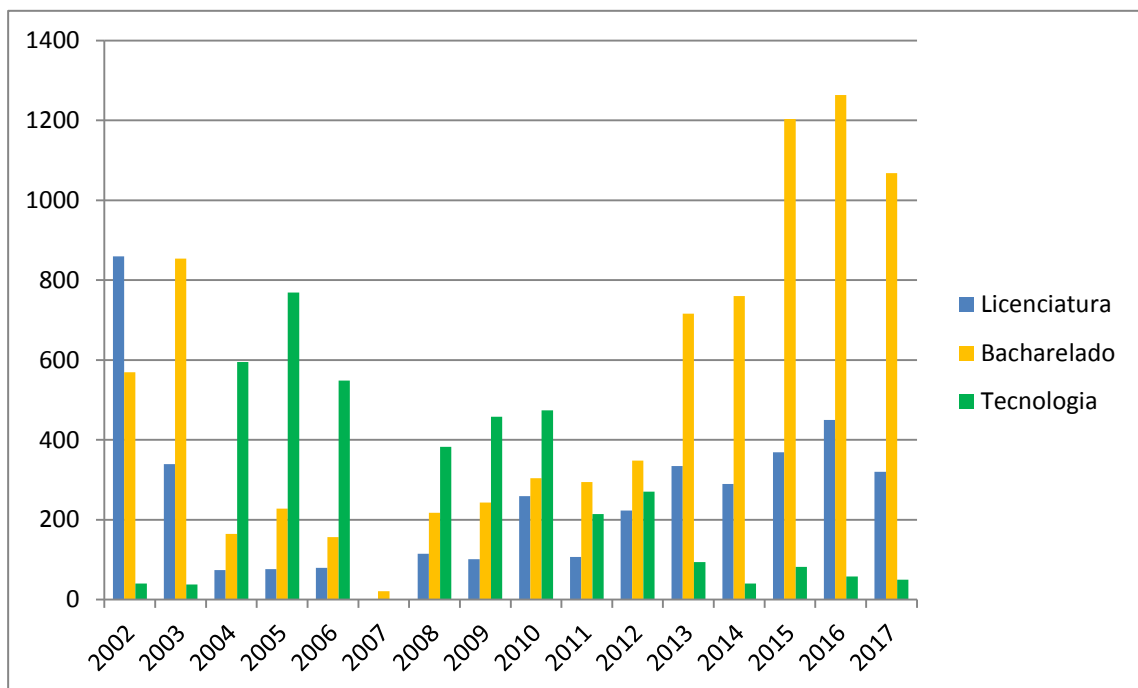
qualquer outra oportunidade que viesse a surgir. Observa-se uma falta de regularidade na oferta de cursos, que mudaram com frequência nos primeiros anos.

No ano de 2007, não teve ingresso por falta de professores, todos os contratos dos professores temporários foram extintos sem a reposição total das vagas. Em agosto de 2006, tiveram início os concursos para ingresso de professores permanentes, mas a contratação dos primeiros docentes do quadro permanente ocorreu apenas em fevereiro de 2007, inviabilizando a abertura de novas turmas para este ano. Houve também uma alta rotatividade de professores até a implementação do plano de carreira em 2012.

No segundo semestre de 2010, foram ofertadas as primeiras vagas via SISU. A implantação do ingresso 100% SISU se deu em 2011. Como o ingresso foi muito baixo, principalmente nas Unidades do interior, por ser uma política de ingresso nova adotada pela Instituição, em 2012 optou-se por oferecer uma porcentagem das vagas via vestibular e outra via SISU, para que houvesse o processo de transição e maior ocupação das vagas. De 2013 em diante a Uergs passa a ter seu processo de ingresso 100% via SISU.

Todos estes fatores descritos acima influenciaram no ingresso e permanência dos alunos. Essas oscilações podem ser percebidas no gráfico 7.

Gráfico 7: Nº de ingressantes na Uergs, de 2002 a 2017, por modalidade de curso.



Fonte: elaborado pela autora.

Analisando o número de alunos matriculados ao longo do tempo é possível perceber que as matrículas cresceram de 2002 a 2006, com forte queda em 2007, devido à falta de ingresso naquele ano, e permanece estagnado até 2014. Em 2015, com SISU consolidado e novos cursos de bacharelado o número de matrículas volta a crescer.

Tabela 8 - nº de alunos matriculados por ano e por unidade, na Uergs, de 2002 a 2016.

Unidades (Separadas por mesorregiões segundo divisão do IBGE)	Matriculados por Unidade/Ano														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Guaíba	79	115	111	165	178	134	144	122	147	121	93	90	98	95	104
Litoral Norte: Osório/Cidreira	79	77	91	84	46	44	94	106	131	99	100	120	119	153	195
Montenegro	78	154	209	268	276	203	133	72	97	103	153	190	227	273	313
Novo Hamburgo	65	178	216	312	289	242	235	289	287	260	277	267	186	127	113
Porto Alegre	187	226	252	286	285	143	190	191	172	198	203	221	331	437	521
Tapes	78	80	82	111	101	68	79	85	76	67	51	52	49	58	65
Bento Gonçalves		29	56	46	61	53	81	94	96	79	66	64	65	69	83
Caxias do Sul	24	55	80	65	56	37	16	2	26	10	7	6	17	38	67
São Francisco de Paula	80	119	142	198	144	77	70	67	104	94	90	135	129	154	200
Vacaria	81	122	142	205	177	104	95	106	111	83	92	79	34	53	64
Veranópolis	48	108	103	94	45										
Cruz Alta	124	165	173	235	118	57	70	91	130	96	107	140	162	200	234
Erechim		78	116	189	194	101	30	47	70	57	50	40	41	86	142
Frederico Westphalen		75	105	93	105	20	14	11	42	53	85	113	110	132	146
Ibirubá		78	94	80	115	39	29	27	16	14					
Ronda Alta															
Sananduva	125	164	146	139	90	37	98	56	44	54	57	37	34	55	90
Soledade													19	62	69
São Luiz Gonzaga	80	119	137	177	142	75	88	64	99	87	95	112	118	154	178
Três Passos/Bom Progresso		79	95	79	107	36	27	37	50	58	75	103	90	124	168
Cachoeira do Sul	75	114	123	191	174	96	89	104	104	65	66	80	113	167	210
Encantado	40	79	105	148	139	77	80	73	90	79	75	72	81	107	128
Santa Cruz do Sul	24	54	55	39	68	39	40	39	51	37	49	46	32	71	81
Alegrete	82	127	136	189	118	52	22	11	48	86	103	123	110	117	148
Bagé	74	111	133	171	126	63	68	105	150	124	127	127	110	114	139
Santana do Livramento	24	54	68	122	147	89	88	71	76	58	78	121	143	184	216
São Borja		79	100	88	121	61	49	70	53	44	82	43	22	46	65
Total	1447	2639	3070	3774	3422	1947	1929	1940	2270	2026	2181	2381	2440	3076	3739

Fonte: elaborado pela autora.

Os matriculados em Ronda Alta não constam em nenhum dos relatórios gerados no sistema acadêmico GVCollege. Sabe-se pelos diplomas expedidos que estes alunos eram fruto de um convênio da Uergs com a Federação dos trabalhadores na agricultura familiar - FETRAF e provavelmente esta instituição é que fez o processo seletivo e cuidou dos registros acadêmicos destes alunos. Os dados dos ingressantes de Ronda Alta foram retirados do PDI 2017-2021. Não há na tabela o número de matriculados 2017, porque para seguir a padronização dos

dados, o relatório dos matriculados em 2017 deve ser gerado somente no 2º semestre e esta análise exploratória foi encerrada no 1º semestre de 2017.

Tabela 9: Nº de matriculados por unidade, curso, área e modalidade, na Uergs, no 1º semestre de 2017.

Unidades (Separadas por mesorregiões segundo classificação do IBGE)	Matriculados por Unidade/Curso em 2017/1																									Total						
	Pedagogia Anos Iniciais E.F e Pedagogia - Licenciatura	Artes Visuais - Licenciatura	Dança - Licenciatura	Música - Licenciatura	Teatro - Licenciatura	Licenciatura em Ciências Agrárias	Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa	Bacharelado em Administração - Sistemas e Serviços da Saúde	Bacharelado em Administração - Gestão Pública	Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial	Bacharelado em Administração - Rural e Agroindustrial	Bacharelado em Engenharia de Sistemas Digitais	Bacharelado em Engenharia de Computação	Bacharelado em Engenharia em Energia e Desenvolvimento Sustentável	Bacharelado em Engenharia de Energia	Bacharelado em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Bacharelado em Gestão Ambiental	Bacharelado em Ciências Biológicas*	Bacharelado em Agronomia	Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos: Hab. em Laticínios	CST em Agropecuária: Sistemas de Produção	CSTA: Agroindústria e CST em Agroindústria	CSTA: Fruticultura e CST em Fruticultura	CSTA: Horticultura e CST em Horticultura		CST em Agropecuária Integrada	CST em Agropecuária: Silvicultura	CST em Recursos Pesqueiros: Produção de Pescaço	CST em Meio Ambiente	CST em Gestão Ambiental	CST em Automação Industrial
Guáíba												163																			163	
Litoral Norte: Osório/Cidreira	151																68														219	
Montenegro		80	83	105	101																										369	
Novo Hamburgo													33	37																	27	
Porto Alegre						71	168	150					138	108																121	756	
Tapes										40							96												1		137	
Bento Gonçalves															118																118	
Caxias do Sul																				107											107	
São Francisco de Paula	88										18						117														223	
Vacaria					26														48				7								81	
Veranópolis																															0	
Cruz Alta	147																			144			6								297	
Erechim										101							115														216	
Frederico Westphalen								178																							178	
Ibirubá																															0	
Ronda Alta																															0	
Sananduva										61							58														119	
Soledade																	103														103	
São Luiz Gonzaga	145																		40	51						1					237	
Três Passos/Bom Progresso																	130		115											1	246	
Cachoeira do Sul										148								140								2					290	
Encantado									22										124			13									159	
Santa Cruz do Sul														96											23						119	
Alegrete	166																														166	
Bagé	177																														177	
Santana do Livramento									109										171				1								281	
São Borja														1	99										5						105	
Total por curso:	874	80	83	105	101	26	71	168	328	109	390	0	163	0	171	360	718	68	514	426	0	0	20	7	23	8	0	0	0	2	148	4963
Total por modalidade:		Licenciatura: 1340										Bacharelado: 3415										Tecnologia: 208										
Total por área		Humanas: 2335										Exatas: 842										Vida e Meio Ambiente: 1786										

* Ênfases Biologia Marinha e Costeira e Gestão Ambiental Marinha e Costeira

- Cursos da área das Ciências Humanas
- Cursos da área das Ciências Exatas e Engenharias
- Cursos da área das Ciências da Vida e Meio Ambiente
- Cursos na modalidade Licenciatura
- Cursos na modalidade Bacharelado
- Cursos na modalidade Superior de Tecnologia (CST)

Fonte: elaborado pela autora.

Até o final do primeiro semestre de 2017, a Uergs havia formado 4532 alunos, sendo 1573 da modalidade licenciatura, 1374 do bacharelado e 1585 dos cursos superiores de tecnologia. Destes 4532, 2490 fizeram cursos na área das humanas, 415 na área de exatas e engenharias e 1627 na área da vida e no meio ambiente. Em relação a mesorregião, 1270 se formaram em cursos oferecidos na mesorregião metropolitana de POA, 701 na nordeste, 1404 na noroeste, 409 na centro oriental e 748 na sudoeste.

As unidades com número menor de egressos ofertaram entre seus cursos os da área das exatas e engenharias, que tem a menor porcentagem na relação ingressantes/egressos.

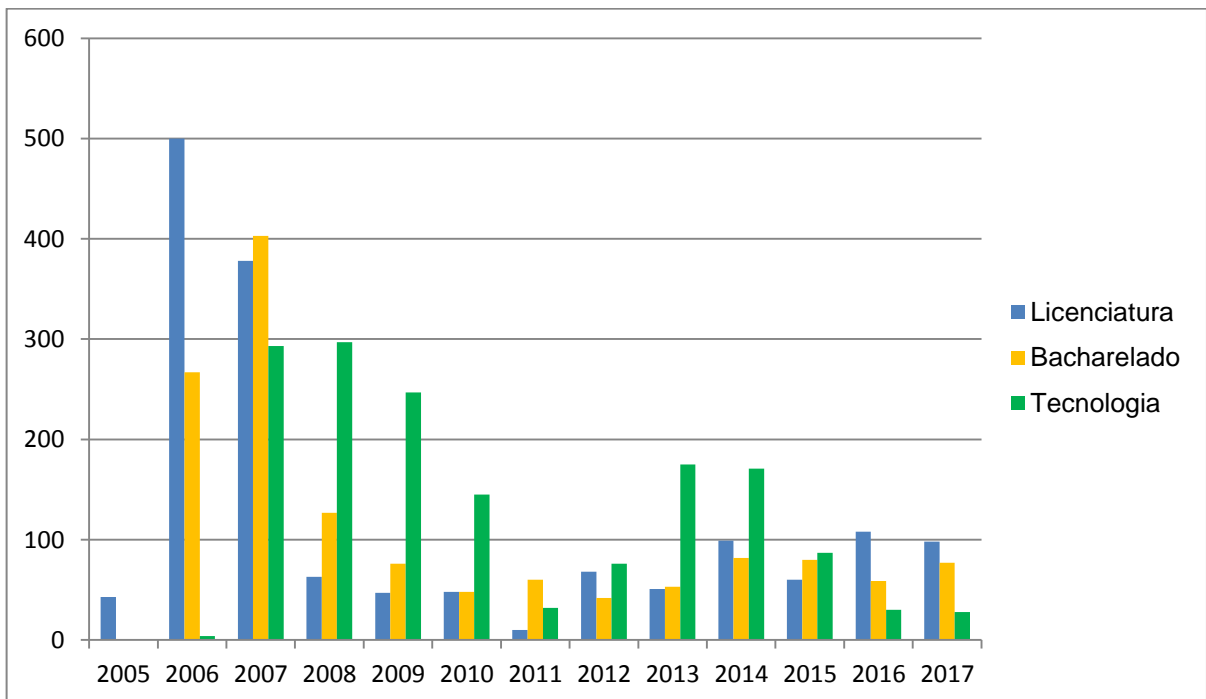
Tabela 11: Nº de egressos por unidade e por ano, na Uergs, de 2002 a 2017.

Unidades (Separadas por mesorregiões segundo classificação do IBGE)	Egressos por Unidade/Ano													Total
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Guaíba			9	8	10	2	12	6	3	4	13	6	1	74
Litoral Norte: Osório/Cidreira		57	7	3	1	1	14	30	6	16	1	16	16	168
Montenegro		49	45	57	45	47	10	4	3	29	14	27	24	354
Novo Hamburgo		4	11	41	26	8	22	18	15	17	25	9	16	212
Porto Alegre		19	129	11	26	27	13	7	32	17	23	12	10	326
Tapes		49	12	8	20	9	4	8	6	10	6	2	2	136
Bento Gonçalves				8	8	7	7	6	4	11	12	3	5	71
Caxias do Sul			14	7	3	5	3	1	0	1	4			38
São Francisco de Paula		65	55	33	2	22	2	26	0	33	8	8	17	271
Vacaria		57	52	28	21	18		1	15	25	4	4	8	233
Veranópolis	43	2	43						0					88
Cruz Alta		96	46	20	21	4		17	23	27	6	11	16	287
Erechim			80	56	22	2			21	13	7		6	207
Frederico Westphalen			77	1	2	9	1	1	0	25	9	1	8	134
Ibirubá			66		3	15	5	1	0					90
Ronda Alta		32	39						0					71
Sananduva		88	37	6	23			1	20	2	16			193
Soledade														
São Luiz Gonzaga		56	49	25	35	3	2	13	9	38	9	13	22	274
Três Passos/Bom Progresso			60	1		18	2	1	19	21	22	2	2	148
Cachoeira do Sul		38	40	30	19	6	0	12	9	20	2	11		187
Encantado		34	39	33	32	1		8	11	11	6	2	9	186
Santa Cruz do Sul			8	12	2				10	1		1	2	36
Alegrete		66	46	23	9	9		2	1	0	20	16	22	214
Bagé		59	44	33	2	18		20	34	17	19	29	2	277
Santana do Livramento			24	32	38	4		1	22	10		19	15	165
São Borja			42	11		6	5	2	16	4	1	5		92
Total por ano:	43	771	1074	487	370	241	102	186	279	352	227	197	203	4532

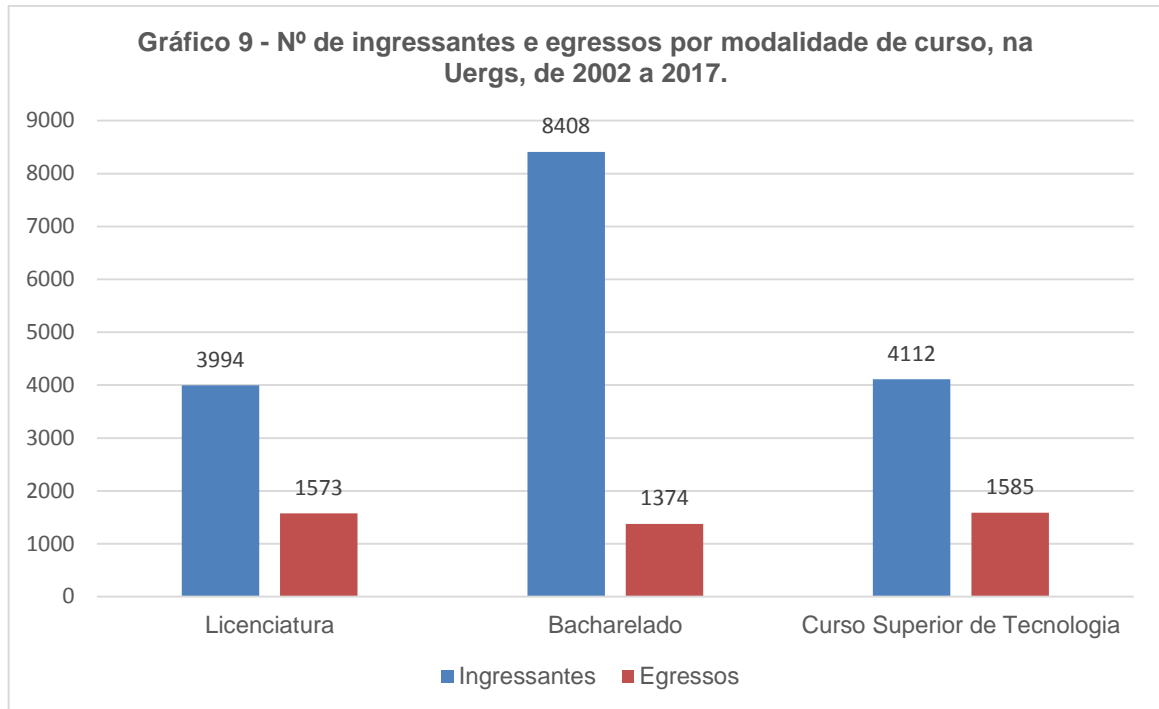
Fonte: adaptado pela autora com base nos dados da coordenadoria de ingresso, controle e registro acadêmico.

A maior concentração de egressos está nos anos de 2006 a 2008, quando as primeiras turmas de licenciatura, bacharelado e superior de tecnologia, respectivamente, colaram grau. Assim como o número de ingressantes caiu consideravelmente de 2007 em diante, o número de egressos despencou em 2011, teve uma leve alta até 2014 e voltou a cair em 2015 e 2016 como reflexo dos primeiros ingressos via SISU. As matrículas voltaram a crescer a partir de 2013, mas estes alunos ainda não colaram grau. Estas oscilações podem ser percebidas no gráfico 8.

Gráfico 8: Nº de egressos na Uergs, de 2002 a 2017, por modalidade de curso.

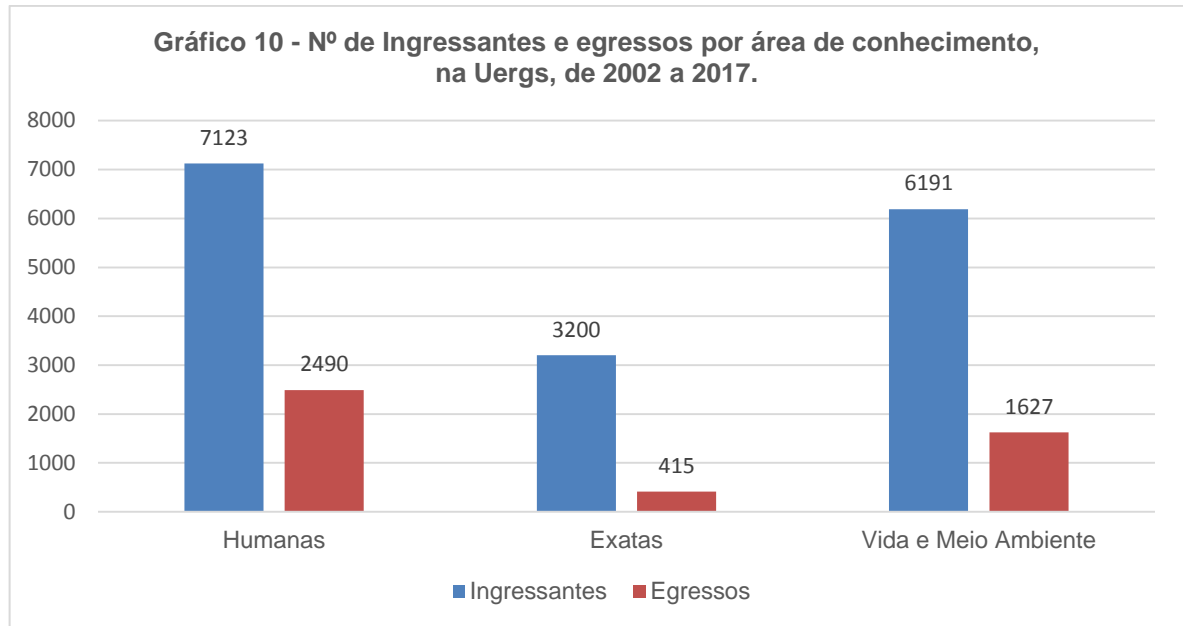


Fonte: Elaborado pela autora.



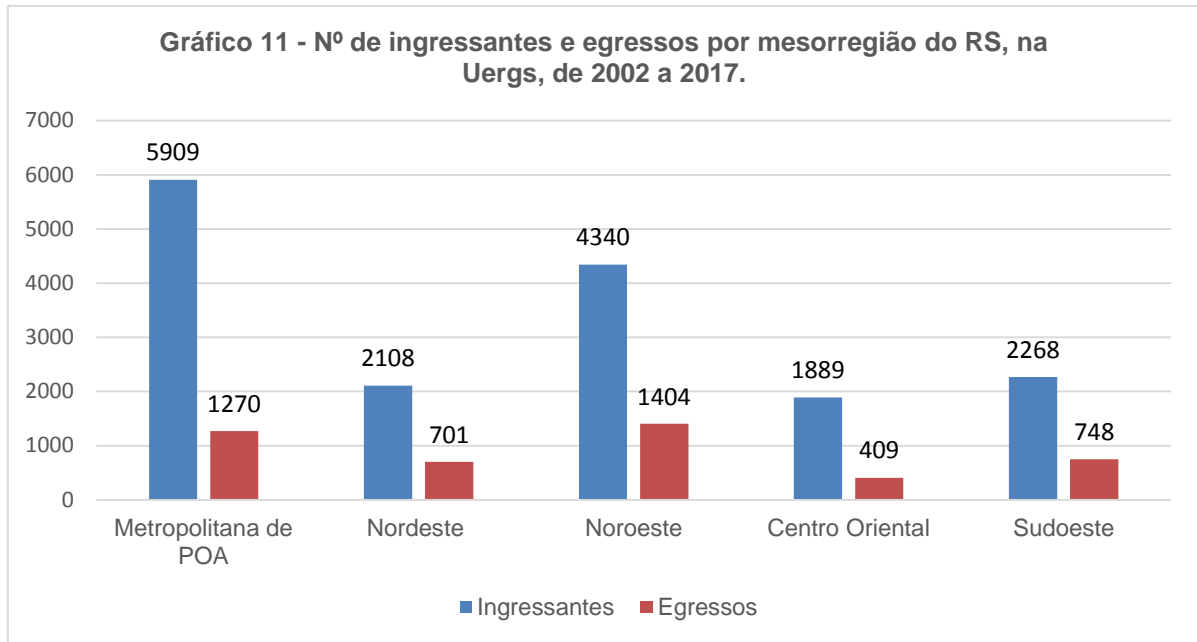
Fonte: elaborado pela autora

Em relação aos ingressantes e egressos por modalidade, observa-se que a maior proporção de egressos está no curso de licenciatura, em que 39,38% dos ingressantes concluíram seus cursos. Nesta modalidade a maior parte dos cursos é da área das humanas. Os cursos superiores de tecnologia formaram 38,55% dos seus ingressantes, Aqui a maior parte dos cursos é da área da vida e meio ambiente. E a mais baixa relação ingressantes/egressos se dá na modalidade bacharelado, 16,34%, pois como percebe-se esta foi a modalidade que mais teve ingressantes desde 2013 e estes alunos ainda não concluíram seus cursos. Aqui nesta modalidade também se encontram a maioria dos cursos da área das exatas e engenharias que tem o menor índice de egressos por ingressantes. Atualmente a Uergs tem 27% dos alunos matriculados na modalidade licenciatura, 68,8% na modalidade bacharelado e 4,19% na modalidade superior de tecnologia.



Fonte: elaborado pela autora

A área das ciências humanas tem a maior porcentagem de egressos em relação ao número de ingressantes, 34,96%. Campo que se concentram basicamente cursos de licenciatura e administração. Na área das exatas e engenharias temos a mais baixa relação de egressos por ingressantes, 12,97%. Tradicionalmente essa área apresenta uma porcentagem baixa de concluintes por inúmeros fatores. E na área da vida e meio ambiente a relação egresso/ingressantes é de 26,28%. Vale ressaltar que os cursos de bacharelado em agronomia, ciência e tecnologia de alimentos e gestão ambiental, todos da área da vida e meio ambiente, só tiveram ingressantes a partir de 2013 e apenas gestão ambiental teve alguns concluintes. Atualmente temos 4963 alunos matriculados sendo 47% em cursos da área das humanas, 16,97% da área das exatas e engenharias e 35,62% da área da vida e meio ambiente.



Fonte: elaborado pela autora

A mesorregião metropolitana de Porto Alegre é a que concentra o maior número de ingressantes, porque possui algumas das Unidades que tem a oferta regular de três a quatro cursos diferentes e também por ser uma região com Unidades que não sofreram com a troca da forma de ingresso do Vestibular pelo Sisu, tendo quase 100% das vagas preenchidas em todos os processos seletivos. Em contrapartida, observa-se que esta mesorregião tem o menor índice de egressos, 21,49%. Essa região é a que concentra a grande maioria dos cursos da área das exatas e engenharias. Em seguida, vem a mesorregião noroeste que concentra o maior número de Unidades por mesorregião, sete no total e 32,35% de egressos por ingressantes. As mesorregiões nordeste e sudoeste têm quatro Unidades cada e a centro oriental três Unidades e taxas de egressos por ingressantes respectivamente de 33,25%, 32,98% e 21,65%. As mesorregiões centro ocidental e sudeste não possuem Unidades da Uergs em suas áreas de abrangência.

As análises destes dados secundários foram de suma importância para iniciar o processo de compreensão da inserção dos egressos oriundos das diferentes modalidades de curso (bacharelado, superior de tecnologia e licenciatura); das diferentes áreas (exatas e engenharias, humanas e vida e meio ambiente); e das diferentes regiões do estado (24 Unidades espalhadas por todo interior e capital). Além disso, estas análises permitiram escolher com maior rigor quais serão os

critérios da amostra e permitiram adaptar o questionário as peculiaridades dos egressos da Uergs.

4.2 ETAPA DESCRITIVA QUANTITATIVA

A primeira etapa da análise dos dados teve por objetivo identificar o perfil geral da amostra de egressos e as variáveis que interferem em sua inserção no mercado de trabalho.

Na segunda etapa, foi efetuado o cruzamento das 88 variáveis com a variável modalidade para que o objetivo específico da pesquisa - analisar os elementos que interferem na inserção profissional nas diferentes modalidades de curso - pudesse ser alcançado.

Os resultados das duas primeiras etapas serão apresentados a seguir. Além do texto será feito o uso de tabelas e gráficos que segundo Hair et. al. (2005, p.258) “(...) ajudam a compreender mais facilmente os dados”.

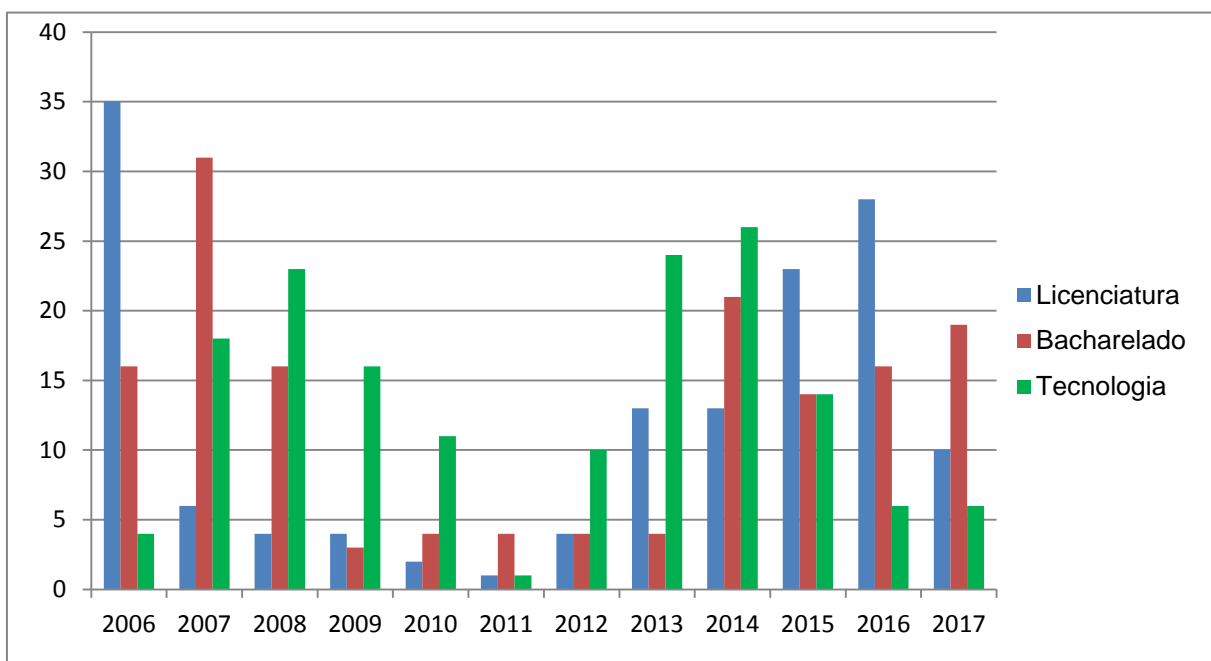
Optou-se pela não criação de hipóteses para que os resultados não se restringissem apenas a respondê-las. Os resultados desta etapa descritiva quantitativa foram organizados em 6 grupos para facilitar a análise. São eles: caracterização da amostra, contexto econômico, trabalho atual, inserção qualificante e não qualificante, mobilidade ocupacional intergeracional e mobilidade educacional e rebaixamento de diplomas.

4.2.1 Caracterização da amostra

Os 24,5% dos egressos da licenciatura que participaram da pesquisa se formaram no ano de 2006. O grande número de egressos das licenciaturas em 2006 deve-se ao fato do curso de pedagogia ter sido um dos primeiros cursos a serem ofertados na Uergs, em várias Unidades, no início de suas atividades em 2002. Como o curso tem duração média de 4 anos, os primeiros egressos formaram-se em 2006. Em 2007, percebe-se um grande número de egressos respondentes da modalidade bacharelado (20,4%), cuja duração média do curso é de cinco anos. Mesmo caso da pedagogia, a Uergs iniciou suas atividades com o curso de bacharelado em desenvolvimento rural e gestão agroindustrial em várias unidades.

Em 2008, é a vez dos egressos tecnológicos terem a maior participação entre os egressos respondentes com 14,5%. Os primeiros cursos de tecnologia começaram a ser ofertados na Uergs em 2004, com duração média de curso de 3,5 anos. Este estudo, como pode ser visualizado no gráfico 12, teve uma boa participação de egressos dos primeiros cursos da Uergs (que iniciou suas atividades em 2002). Egressos que já estão a mais de 10 anos no mercado de trabalho. Observa-se um número menor de egressos respondentes entre 2009 e 2012, exatamente porque neste período o número de egressos no geral diminuiu consideravelmente.

Gráfico 12: Nº de egressos respondentes por ano e por modalidade (N=456).



Fonte: elaborado pela autora.

Para caracterizar o perfil sociodemográfico dos respondentes, apresentaremos os resultados das variáveis como idade, sexo, idade de ingresso no ensino superior, cor/etnia, idade em que começou a trabalhar, se trabalhou durante o ensino superior e renda.

A média geral de idade dos egressos respondentes é de 34 anos, sendo 20 a idade mínima e 67 a máxima. Eles estão concentrados principalmente nas faixas etárias dos 26 aos 30 anos (24,3%) e dos 31 aos 35 anos (29,6%), totalizando 53,9%. Os egressos da licenciatura além de estarem concentrados nestas duas faixas aparecem em porcentagem expressiva na faixa das pessoas com mais de 45 anos (22,2%).

Tabela 12: Idade geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Menos de 26	22	15,3%	18	12,0%	16	10,1%	56	12,3%
26 a 30 anos	31	21,5%	35	23,3%	45	28,3%	111	24,3%
31 a 35 anos	31	21,5%	61	40,7%	43	27,0%	135	29,6%
36 a 40 anos	16	11,1%	23	15,3%	25	15,7%	64	14,0%
41 a 45 anos	12	8,3%	9	6,0%	16	10,1%	37	8,1%
Mais de 45 anos	32	22,2%	4	2,7%	14	8,8%	50	11,0%
Perdidos							3	0,7%
Total	144	100,0%	150	100,0%	159	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) 2017, a população brasileira é composta por 48,4% de homens e 51,6% de mulheres (IBGE, 2018c).

Em relação ao ensino superior no país, segundo dados do Censo da Educação Superior (Censup), no ano de 2016, concluíram seus cursos de graduação 1.169.449 estudantes. Destes 61,4% são mulheres e 38,6% são homens (INEP, 2018). Em relação à modalidade observa-se, tanto no nível nacional quanto estadual, que a opção das mulheres é por cursos de bacharelado seguido pelos cursos de licenciatura. Já os homens optam pelos cursos de bacharelado e tecnologia, como mostra a tabela 13.

Tabela 13: nº de concluintes em cursos de graduação presenciais e à distância por sexo, no Brasil, em 2016.

	Feminino			Masculino		
	Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia	Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia
Brasil	420.301	184.431	113.550	295.186	54.488	101.493
%	58,5%	25,7%	15,8%	65,4%	12,1%	22,5%
RS	24.664	8.074	7.372	16.838	2.081	6.494
%	61,5%	20,1%	18,4%	66,3%	8,2%	25,5%

Fonte: Censo da Educação Superior (Censup) 2016.

Na Uergs o número de egressos que responderam o questionário segue tendência nacional, sendo 62,1% mulheres e 37,9% homens (tabela 14). Na modalidade licenciatura é que percebemos com evidência a diferença entre os sexos. Quase 80% dos egressos são mulheres. Considerando que o curso de licenciatura com maior número de egressos na Uergs é pedagogia, assim como no cenário nacional, este alto número de mulheres nesta modalidade já era esperado.

Tabela 14: Sexo geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	30	20,8%	66	43,4%	77	48,1%	173	37,9
Feminino	114	79,2%	86	56,6%	83	51,9%	283	62,1
Total	144	100,0%	152	100,0%	160	100,0%	456	100,0

Fonte: elaborado pela autora.

Os números do Censup 2016 mostram que o típico aluno da licenciatura é do sexo feminino. O curso de pedagogia é o carro-chefe das licenciaturas e está em 3º lugar dos cursos de graduação em número de matrículas no Brasil em 2016, atrás apenas de Direito e Administração. Dos atuais 1.520.494 alunos que frequentam cursos de licenciatura no Brasil em 2016, 71,1% são mulheres e 28,9% são homens (INEP, 2018).

Segundo o estudo, estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, as mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, entre trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Ainda assim, e mesmo contando com um nível educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens. Inclusive na categoria de ocupação com nível superior completo ou maior, em que a distância dos dados é mais evidente, as mulheres recebiam 63,4% do rendimento dos homens em 2016 (IBGE 2018a). Segundo o IBGE, a participação das mulheres em algumas profissões culturalmente identificadas como “femininas” e associadas a menores salários é maior que a dos homens (IBGE 2018a).

Entre os egressos da Uergs também é perceptível a diferença de renda entre os sexos. Mesmo tendo o mesmo nível de escolaridade, 49,4% das mulheres ganham até R\$ 2.000,00 mensais contra 24,5% dos homens na mesma faixa salarial. Nas faixas de renda mais altas, a porcentagem de homens é maior que a de mulheres, como pode ser percebido na tabela 15, confirmando os dados do IBGE.

Tabela 15: Renda bruta mensal (total de rendimentos individuais antes dos descontos) geral e por sexo (N=456).

Frequência	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Até R\$ 2000,00	34	24,5%	124	49,4%	158	34,6%
R\$ 2001,00 a R\$ 5000,00	65	46,7%	98	39,0%	163	35,8%
R\$ 5001,00 a R\$ 10000,00	24	17,3%	23	9,2%	47	10,3%
Acima de R\$ 10000,00	16	11,5%	6	2,4%	22	4,8%
Perdidos	0	0,0%	0	0,0%	66	14,5%
Total	139	100,0%	251	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Como mencionado no parágrafo anterior, são vários os fatores que contribuem para as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Por exemplo, em 2016, as mulheres dedicavam, em média, 18 horas semanais a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, 73% a mais do que os homens (10,5 horas). Infelizmente é uma característica da nossa sociedade as mulheres terem dupla jornada (trabalho-casa) e isso leva uma parte delas a procurarem por trabalhos em tempo parcial para conseguir conciliar trabalho e afazeres. Dados da PNAC mostram que o percentual de mulheres que trabalhavam 39 horas ou menos por semana (34,6%) era muito superior ao dos homens nessa condição (19,1%), no último trimestre de 2017 (2018a).

Analisando os dados dos egressos da Uergs por carga horária semanal e sexo, não é possível identificar diferenças de cargas horárias semanais entre homens e mulheres (tabela 16). As mulheres aparecem em maior número na carga horária parcial por determinação da empresa, onde, por exemplo, podem estar as professoras que trabalham 20 horas e as bolsistas ou estagiárias.

Tabela 16: Tempo semanal de trabalho por sexo (N=456).

Frequência	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Você trabalha em tempo integral (40 horas semanais ou mais)	125	78,7%	165	69,0%	290	63,6%
Você trabalha em tempo parcial (menos de 40h semanais) por escolha própria	19	11,9%	28	11,8%	47	10,3%
Você trabalha em tempo parcial (menos de 40h semanais) por determinação da organização/empresa	15	9,4%	35	14,6%	50	11,0%
Você trabalha em tempo parcial (20h semanais), pois é bolsista ou estagiário	0	0,0%	11	4,6%	11	2,4%
Perdidos (não estão trabalhando atualmente)					58	12,7%
Total	159	100,0%	239	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre a idade de ingresso no ensino superior, dados do Censup 2016 - que trazem o “perfil” do vínculo discente nos cursos de graduação, por modalidade de ensino (presencial e a distância) – mostram que a idade média de ingresso no ensino superior presencial é 18 anos. Já no ensino a distância a idade média de ingresso é 27 anos (INEP, 2018).

Na Uergs, em todas as modalidades, a maior porcentagem dos egressos (44,3%) ingressou no ensino superior até os 20 anos de idade, porém uma expressiva porcentagem (17,5%) ingressou após os 30 anos de idade. Na

licenciatura observa-se que o segundo maior grupo de egressos daquela modalidade (28%) ingressou após os 30 anos de idade. Uma das explicações para esta alta porcentagem nesta faixa etária é a exigência de curso superior para professores que atuam da educação básica a partir de 2010 (CAPES, 2018).

Tabela 17: Idade que iniciou o ensino superior geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 20 anos	53	37%	85	57%	64	40,5%	202	44,3%
21 a 25 anos	35	24,5%	39	26,2%	41	25,9%	115	25,2%
26 a 30 anos	15	10,5%	14	9,4%	24	15,2%	53	11,6%
Mais de 30 anos	40	28%	11	7,4%	29	18,4%	80	17,5%
Perdidos							6	1,3%
Total	143	100%	149	100%	158	100%	456	100%

Fonte: elaborado pela autora.

No que se refere à cor/etnia, segundo dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) 2015, no Brasil 45,22% dos brasileiros se declaram brancos, 45,06% pardos, 8,86% pretos, 0,47% amarelos e 0,38% indígenas. Grandes diferenças regionais aparecem na composição da população por cor, na região sul, por exemplo, 75,6% da população declarava-se branca, 19,6%, parda, e apenas 4,2%, preta (IBGE, 2018c). Comparando estas porcentagens com o número de matrículas em cursos de graduação por cor no Brasil em 2016 (Quadro 6), pode-se inferir que a maioria dos estudantes são brancos (38,1%), seguido pelos pardos (24%). O número de estudantes que não declaram sua cor é alto, correspondendo a 27,4%. Já os números de estudantes matriculados em cursos de graduação no RS diferem bastante dos dados do cenário nacional. Mais de 70% dos estudantes se declaram brancos e o número de estudantes que não declararam sua cor também foi alto (19%). Nestas duas categorias tem-se 89,1% dos estudantes do ensino superior gaúcho.

Tabela 18: Nº de matrículas nos cursos de graduação presenciais e a distância, por cor/etnia, no Brasil e no RS, em 2016.

	Brasil		RS	
	N	%	N	%
Branco	3.079.779	38,3%	346.625	70,1%
Preto	485.793	6,0%	17.706	3,6%
Pardo	1.928.238	24%	28.597	5,8%
Amarelo	123.601	1,5%	1.798	0,4%
Indígena	49.026	0,6%	936	0,2%
IE não dispõe da informação	176.521	2,2%	4.447	0,9%
Não declarado	2.205.743	27,4%	94.045	19,0%
Total	8.048.701	100,0%	494.154	100,0%

Fonte: Censup 2016.

Na amostra de egressos da Uergs, a cor branca também prevaleceu com 88,2% dos respondentes. Isso mostra que a população de cor branca supera as demais no ensino superior mesmo sendo menos que a metade da população nacional. O estudo “Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça” de 2008, com amostra de 15 mil domicílios no Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal, mostra entre os resultados, o reconhecimento, por 63,7% dos entrevistados, de que a cor ou etnia influencia na vida deles. Entre as situações nas quais a cor ou etnia tem maior influência, o trabalho aparece em primeiro lugar, com 71%, seguido pela relação com a polícia/justiça, o convívio social e a escola (IBGE, 2018b).

Tabela 19: Cor/etnia geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Negro	11	7,7%	2	1,3%	6	3,8%	19	4,2%
Branco	118	83,1%	140	92,1%	144	90,0%	402	88,2%
Pardo/Mulato	12	8,5%	10	6,6%	10	6,3%	32	7,0%
Indígena	1	0,7%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,2%
Amarelo/Oriental	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Perdidos							2	0,4%
Total	142	100,0%	152	100	160	100	456	100,0%

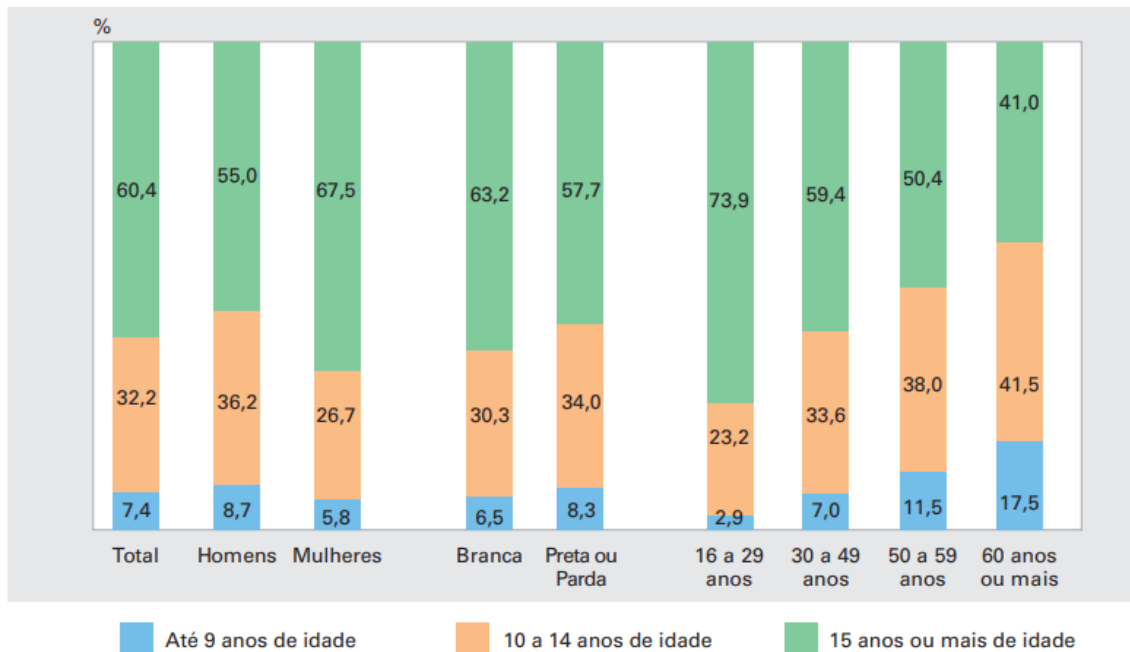
Fonte: elaborado pela autora.

Segundo IBGE (2018d, p. 31):

A idade em que o trabalhador começou a trabalhar é um fator que está fortemente relacionado às características de sua inserção no mercado de trabalho, pois influencia tanto na sua trajetória educacional – já que a entrada precoce no mercado de trabalho pode inibir a sua formação escolar – quanto na obtenção de rendimentos mais elevados.

Em 2016, a pesquisa do IBGE mostrou que 39,6% dos trabalhadores brasileiros começaram a trabalhar até os 14 anos de idade. Dos trabalhadores que não tinham instrução ou não completaram o ensino fundamental 62,1% haviam começado a trabalhar antes dos 14 anos enquanto que para os trabalhadores com nível superior completo esta porcentagem foi de 19,6%.

Gráfico 13: Distribuição percentual das pessoas com 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por grupo de idade que começou a trabalhar, segundo o sexo, a cor e os grupos de idade no Brasil em 2016.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

A análise por grupos de idade mostra os trabalhadores mais velhos se inserindo mais cedo no mercado de trabalho, o que pode ser notado no fato de que 17,5% dos trabalhadores com 60 anos ou mais terem começado a trabalhar com até nove anos de idade, proporção que foi de 2,9% entre os jovens de 16 a 29 anos. Os trabalhadores de cor preta ou parda também ingressam mais cedo no mercado de trabalho, quando comparado com os trabalhadores brancos, característica que ajuda a explicar, segundo IBGE (2018d) sua maior participação em trabalhos informais. Entre as mulheres a participação maior (67,5%) foi daquelas que começaram a trabalhar com 15 anos ou mais de idade. A inserção mais tardia das mulheres no mercado de trabalho pode estar relacionada de acordo com IBGE (2018d) ao fato de elas terem estudado por mais tempo, quanto à maternidade e os encargos com os cuidados e afazeres domésticos. Hasenbalg (2013, p. 162) destaca que “o ingresso mais tardio das mulheres no mercado de trabalho é sem dúvida um dos principais motivos de sua vantagem educacional”.

Vale ressaltar que as primeiras inserções, no geral, não estão ligadas a formação. Hasenbalg (2003) destaca que no Brasil, comparado a outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento, a população começa a trabalhar muito cedo

e com níveis educacionais baixos. Como consequências disso, os primeiros empregos tendem a se concentrar nos estratos ocupacionais inferiores. Corrochano (2013), concordando com Hasenbalg (2003), afirma que no Brasil, o ingresso no mercado de trabalho acontece precocemente e aqueles que continuam seus estudos precisam conciliá-lo com o trabalho.

Ainda, segundo Alves (2007), a inserção profissional remete para uma forma totalmente diferente atualmente. O processo torna-se mais longo e difícil. O que está em causa, não é a obtenção pura e simples de um emprego, mas também o tipo de emprego que se obtém. É por isso que o processo de inserção profissional não se encerra com o acesso a primeira atividade, numa sociedade em que o emprego é a principal fonte de construção das identidades sociais e profissionais.

A inserção profissional que estamos falando neste estudo não é apenas a obtenção do primeiro emprego, e sim uma inserção profissional qualificada e socialmente reconhecida e valorizada.

Sobre a idade em que começou a trabalhar, na Uergs os dados corroboram com os dados do IBGE (2018d) supracitados. Na amostra de egressos têm mais mulheres, faixa etária predominante de 26 a 35 anos e respondentes de cor branca. Os 20% dos respondentes começaram a trabalhar antes dos 16 anos de idade e mais da metade (54%) entre 16 e 20 anos de idade. Até os 20 anos 74,4% dos egressos já haviam ingressado no mercado de trabalho. Na faixa do ingresso no mercado de trabalho antes dos 16 anos, a modalidade superior de tecnologia tem a maior concentração de egressos, 26,3% e é justamente nesta modalidade que há porcentagens expressivas de ingresso no ensino superior em faixas etárias maiores e concentração de egressos em faixas de renda menores. Na faixa de ingressos dos 16 aos 21 anos a modalidade licenciatura tem 61,1% dos egressos. Os egressos do bacharelado são os que possuem maior porcentagem no período dos 21 aos 30 anos, com 30,9%, maior concentração de egressos em faixas salariais maiores corroborando com os dados do IBGE que relacionam a idade em que começou a trabalhar com salários mais elevados.

Tabela 20: Idade que começou a trabalhar geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Antes dos 16 anos	29	20,1%	33	21,7%	42	26,3%	93	20,4%
Dos 16 aos 20 anos	88	61,1%	67	44,1%	91	56,9%	246	54,0%
Dos 21 aos 30 anos	18	12,5%	47	30,9%	25	15,6%	90	19,7%
Mais de 30 anos	6	4,2%	3	2%	2	1,2%	11	2,4%
Nunca trabalhou	3	2,1%	2	1,3%	0	0,0%	5	1,1%
Perdidos							11	2,4%
Total	144	100%	152	100%	160	100%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre a afirmação “Quando terminei o ensino médio minha prioridade era fazer o ensino superior” a média geral de concordância foi de 3,97. A média de concordância da licenciatura foi a mais alta (4,22) e a dos tecnólogos a mais baixa (3,71). Existe diferença de percepção entre os licenciados e os tecnólogos em relação a concordância na afirmação com margem de erro de 0%. E sobre a afirmação “Quando terminei o ensino médio minha prioridade era encontrar trabalho” a média geral de concordância foi de 3,39, sendo que os bacharéis apresentaram a média mais baixa (2,96). Existe diferença de percepção em relação à prioridade de encontrar trabalho quando chegou ao fim do ensino médio, sendo que os bacharéis pensam diferente dos tecnólogos e licenciados com margem de erro de 0%. A origem familiar é um elemento que pode influenciar na escolha destas prioridades.

Tabela 21: Representação/expectativa sobre o trabalho/estudo ao terminar o ensino médio geral e por modalidade (N=456).

Afirmarões sobre a representação/expectativa do trabalho e a inserção profissional dos egressos	N válidos	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
Quando terminei o ensino médio minha prioridade era fazer o ensino superior	456	0	4,22	4,01	3,71	3,97
Quando terminei o ensino médio minha prioridade era encontrar trabalho	365	91	3,65	2,96	3,62	3,39

Fonte: elaborado pela autora.

Durante a maior parte do ensino superior 82,9% dos egressos trabalhavam (incluídos estágios e bolsas). Isso ratifica as afirmações de Corrochano (2013) sobre

a conciliação estudo-trabalho. Os egressos da licenciatura (47,9%) e dos cursos superiores de tecnologia (52,5%) trabalhavam e se sustentavam ou contribuíam para o sustento da família durante a maior parte do ensino superior. Os egressos do bacharelado trabalhavam e tinham os gastos parcialmente financiados pela família (25,7%) ou não trabalhavam e tinham os gastos totalmente financiados pela família (24,3%). Isso corrobora com os dados da questão sobre a idade em que começou a trabalhar, em que 30,9% dos egressos da modalidade bacharelado começaram a trabalhar entre os 21 e 30 anos de idade. Os bacharéis também foram os que tiveram a média de concordância mais baixa quando questionados sobre a prioridade em encontrar trabalho ao terminar o ensino médio.

Tabela 22: Situação durante a maior parte do curso superior geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem trabalho e meus gastos financiados pela família	13	9,0%	37	24,3%	22	13,8%	72	15,8%
Trabalhando* e gastos integralmente financiados pela família	6	4,2%	16	10,5%	15	9,4%	37	8,1%
Trabalhando* e gastos parcialmente financiados pela família	31	21,5%	39	25,7%	21	13,1%	91	20,0%
Trabalhando* e me sustentando	36	25,0%	34	22,4%	52	32,5%	122	26,8%
Trabalhando* e contribuindo para o sustento da família	33	22,9%	18	11,8%	32	20,0%	83	18,2%
Trabalhando* e sendo o principal responsável pelo sustento da família	23	16,0%	6	3,9%	16	10,0%	45	9,9%
Sem trabalho e vivendo de rendimentos (poupança, por exemplo)	2	1,4%	2	1,3%	2	1,3%	6	1,3%
Total	144	100,0%	152	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

* incluindo estágio e bolsas

Fonte: elaborado pela autora.

Segundo dados da PNAD-C 2017, em 2017, havia no mercado de trabalho brasileiro 89,1 milhões de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade. Entre esta população, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos foi de R\$ 2.178. Isso se todas as pessoas recebessem o mesmo rendimento mensal, que não é o que acontece. Esta média sofre interferência de gênero, cor/etnia, nível de instrução, etc. As mulheres receberam, em média, R\$ 1.868, o que representava 77,5% do rendimento masculino (R\$ 2.410). O rendimento médio das pessoas brancas foi de

R\$ 2.814, enquanto o das pessoas pardas foi de R\$ 1.606 e das pessoas pretas R\$ 1.570. Quanto ao nível de ensino, as pessoas que não possuíam instrução apresentaram o menor rendimento médio (R\$ 842). Já o rendimento das pessoas com ensino fundamental completo era de R\$ 1.409 e os que tinham ensino superior completo, o rendimento médio foi de R\$ 5.110. Além dos fatores já citados, há também a concentração de renda que deixa a média mais alta. Os 50% da população com os menores rendimentos recebem, em média, R\$ 754, enquanto 1% com os maiores rendimentos ganha, em média, R\$ 27.213, ou seja, 36,1 vezes mais (IBGE, 2018c).

Um estudo com 586 egressos de todas as áreas e modalidades, entre os anos de 2009 a 2011, da Universidade Federal do Ceará, mostrou que a média salarial dos egressos era de 1,5 a 3 salários mínimos (ANDRIOLA, 2014).

É importante deixar claro que a questão sobre renda era aberta e não obrigatória, mesmo assim 390 egressos quiseram responde-la. Destes, 70,4% ganham até R\$ 5.000,00 mensais. A média geral de renda é de R\$3.604,00, sendo que foi declarado como renda mínima R\$ 0,00 e máxima R\$ 20.000,00. Entre as modalidades a média salarial é de R\$ 3.353,00 para licenciados, R\$ 4.344,00 para bacharéis e R\$ 3.122,00 para tecnólogos. Os egressos dos cursos de bacharelado é que se concentram nas maiores faixas salariais, principalmente na faixa dos salários acima de R\$ 10.000,00, com 10,8% dos egressos.

Tabela 23: Renda bruta mensal (total de rendimentos individuais antes dos descontos) geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Até R\$ 2000,00	53	42,4%	47	36,1%	58	43,0%	158	34,6%
R\$ 2001,00 a R\$ 5000,00	51	40,8%	52	40,0%	60	44,4%	163	35,8%
R\$ 5001,00 a R\$ 10000,00	16	12,8%	17	13,1%	14	10,4%	47	10,3%
Acima de R\$ 10000,00	5	4,0%	14	10,8%	3	2,2%	22	4,8%
Perdidos							66	14,5%
Total	125	100,0%	130	100,0%	135	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Passando agora à análise da renda por área. Na área da vida e meio ambiente e na área das humanas o maior volume de egressos se concentra nas faixas salariais até R\$ 5.000,00, 91,9% e 84,5% respectivamente. Já na área das exatas e engenharias a concentração de egressos está nas faixas salariais mais altas. Os 29,2% dos egressos desta área ganham entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00

e 27,1% ganham mais de R\$ 10.000,00 mensais. Nesta última faixa é que observamos maior disparidade entre as áreas. A média de renda na área das humanas é de R\$ 3.454,00, na área das exatas e engenharias é de R\$ 7.151,00 e na área da vida e meio ambiente é de R\$ 2.649,00.

Tabela 24: Renda individual bruta (total de rendimentos individuais antes dos descontos) geral e por área (N=456).

Frequência	Humanas		Exatas e Engenharias		Vida e Meio Ambiente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Até R\$ 2000,00	78	40,2%	8	16,6%	72	48,6%	158	34,60%
R\$ 2001,00 a R\$ 5000,00	86	44,3%	13	27,1%	64	43,3%	163	35,80%
R\$ 5001,00 a R\$ 10000,00	22	11,4%	14	29,2%	11	7,4%	47	10,30%
Acima de R\$ 10000,00	8	4,1%	13	27,1%	1	0,7%	22	4,80%
Perdidos							66	14,50%
Total	194	100,0%	48	100,0%	148	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Uma outra variável que interfere na média de rendimento do trabalhador é a região onde ele vive. A média de rendimentos dos egressos que trabalham na região metropolitana de Porto Alegre é de R\$ 5.145,00, na região Nordeste é de R\$ 3.016,00, na Noroeste é R\$ 2.949,00, na Centro Oriental é R\$ 3.592,00 e na região Sudoeste é de R\$ 3.064,00. Os egressos das mesorregiões Nordeste, Noroeste e Sudoeste estão concentrados nas faixas de renda até R\$ 5.000,00. A mesorregião Nordeste tem 88,7%, a Noroeste tem 89,4% e a Sudoeste tem 88,6% dos egressos nestas faixas. Na mesorregião Oriental 44,4% dos egressos ganham até R\$ 2.000,00, mas a porcentagem que nas outras mesorregiões citadas anteriormente aparecem concentradas na faixa de R\$ 2.001,00 a R\$ 5.000,00 nesta mesorregião se pulveriza entre esta faixa e a faixa dos R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00. Na mesorregião Metropolitana de POA a renda dos egressos está distribuída em várias faixas. É nesta mesorregião que aparece as maiores porcentagens de egressos na faixa dos R\$ 5001,00 a R\$ 10.000,00 (19,6%) e na faixa acima de R\$ 10.000,00 (14,7%). Uma explicação para isso é o fato da maior quantidade de egressos respondentes das exatas e engenharias (79%) terem se formado nesta mesorregião.

Tabela 25: Renda individual bruta (total de rendimentos individuais antes dos descontos) geral e por mesorregião (N=456)

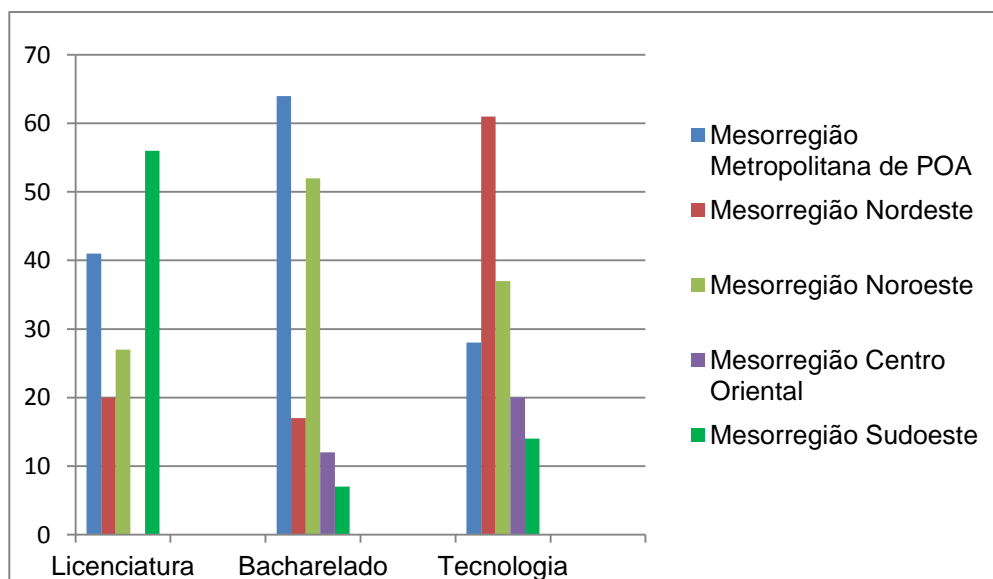
Frequência	Metropolitana de POA		Nordeste		Noroeste		Oriental		Sudoeste		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Até R\$ 2000,00	32	31,4%	35	39,8%	47	45,7%	12	44,4%	32	45,7%	158	34,60%
R\$ 2001,00 a R\$ 5000,00	35	34,3%	43	48,9%	45	43,7%	10	37,0%	30	42,9%	163	35,80%
R\$ 5001,00 a R\$ 10000,00	20	19,6%	9	10,2%	9	8,7%	4	14,8%	5	7,1%	47	10,30%
Acima de R\$ 10000,00	15	14,7%	1	1,1%	2	1,9%	1	3,7%	3	4,3%	22	4,80%
Perdidos											66	14,50%
Total	102	100,0%	88	100,0%	103	100,0%	27	100,0%	70	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

4.2.2 Contexto econômico

Nas unidades da mesorregião de POA estudaram 29,2% dos egressos, 21,5% estudaram em unidades da nordeste, 25,4% da noroeste, 7% da centro oriental e 16,9% da sudoeste. A maior parte (67,4%) dos egressos da licenciatura estudaram em Unidades da mesorregião sudoeste (38,9%) e metropolitana de Porto Alegre (28,5%). Os egressos do bacharelado, estudaram majoritariamente (76,3%) nas mesorregiões metropolitana de Porto Alegre (42,1%) e Noroeste (34,2%). Já os tecnólogos aparecem concentrados na mesorregião nordeste (38,1%) e espalhados pelas demais mesorregiões. Nem todas as Unidades oferecem cursos de licenciatura e bacharelado, mas praticamente todas ofereceram algum curso superior de tecnologia.

Gráfico 14: Egressos por modalidade e mesorregião (N=456)



Fonte: elaborado pela autora.

As desigualdades regionais têm uma série de particularidades que devem ser analisadas com cautela. O fato de uma região concentrar boa parte do PIB e da população não significa que tenha maior renda. Fialkow (2014, p. 255) cita como exemplo o município de Pelotas que “está entre os municípios de maior PIB e população do Estado, mas possui uma renda *per capita* muito abaixo da de Garibaldi, com PIB e população menores”. Segundo o autor (2014, p.255) a diferença também pode estar nos atributos individuais de seus moradores “se, em uma localidade, os trabalhadores são mais qualificados do que em outra, é natural que produzam mais riqueza e tenham maiores salários”.

Comparado com os demais estados do país, o Rio Grande do Sul é um dos estados mais ricos e prósperos, porém internamente a realidade é de grandes desigualdades em seu território. O que se via, em linhas gerais, era um estado metade norte rica, relacionada à pequena propriedade e à produção diversificada e metade sul pobre, historicamente ligada à grande propriedade, à pecuária extensiva e à lavoura de arroz. Mas esta visão entra em confronto com uma divisão leste-oeste onde Caxias do Sul, Porto Alegre e Pelotas formam um eixo leste que se destaca em produto e produção (FIALKOW, 2014).

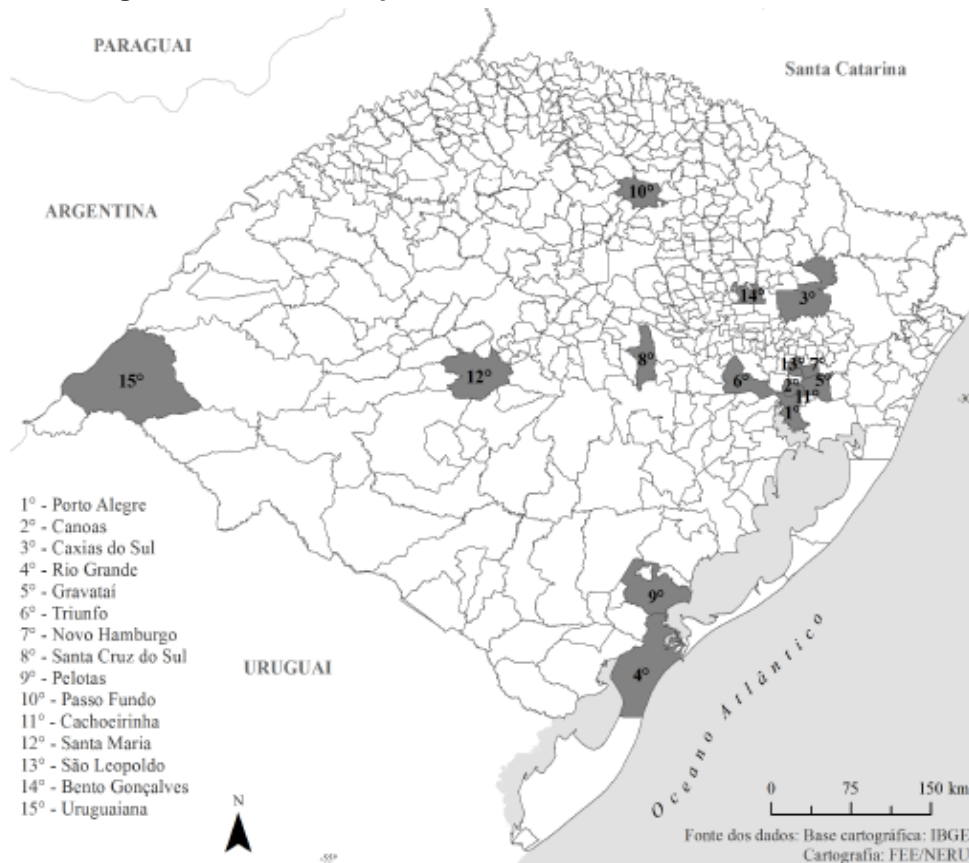
Fialkow (2014, p. 265 e 266) explica que as razões para a falta de maiores centros econômicos a Oeste são diferentes no Norte e no Sul desta região.

Ao Norte, a Mesorregião Noroeste é constituída de 216 municípios, 43,5% do total do Estado, mas contém 18,2% da população em 24,1% da área. É uma região formada por uma série de municípios de pequeno porte, tanto em população quanto em área, com um bom número de polos de tamanho médio, onde se destacam Erechim mais ao norte e mais a oeste Ijuí, Cruz Alta e Santa Rosa. Essa configuração certamente vai ao encontro das características econômicas da região, baseada fortemente na atividade agrícola de pequena e média propriedade, que exige e gera incentivos para uma produção industrial e de serviços espalhados, ao contrário do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, fortemente industrial, atividade cuja natureza tende a exercer um papel concentrador. Já ao Sul, o perfil dos principais municípios é diferente. A Mesorregião Sudoeste apresenta apenas 19 municípios e 6,8% da população em 23,1% da área do Estado. É uma região com poucos municípios de área extensa, quase todos de porte médio a grande em termos populacionais. Além de Uruguaiana, Bagé, São Borja, Alegrete, Santana do Livramento e São Gabriel possuem populações importantes. São, porém, centros urbanos antigos, com suas imensas áreas rurais ocupadas por grande propriedade de pecuária ou agricultura extensiva e uma indústria pouco dinâmica.

Fialkow (2014) sinaliza que esta divisão entre “metade leste” e “metade oeste”, é bastante limitada, assim como se tornou a divisão entre “metade norte” e

“metade sul”. Como todas as grandes divisões, deixam escapar particularidades. Na Figura 4 podemos ver os 15 municípios com maior PIB no estado.

Figura 4: Os 15 municípios com maior PIB do RS em 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação de Economia e Estatística/FEEDADOS

São como cidades de serviços que se destacam os 15 maiores municípios, em que o setor gera 55% do PIB e 39% nos demais 481 municípios do Estado. Porto Alegre tem nos serviços mais de 80% do PIB.

Passo Fundo também se destaca como cidade de serviços, assim como Pelotas e Santa Maria — essas duas, em grande parte, pelos hospitais e universidades federais – e Santa Maria também pela presença do Exército. Canoas e Caxias do Sul aparecem como os grandes centros industriais do Estado. Assim como Gravataí, ambas ligam-se à indústria automotiva e metal-mecânica. Santa Cruz do Sul tem a função de polo industrial para a região, cuja economia gira, em grande parte, ao redor do complexo agroindustrial do fumo. São Leopoldo e Novo Hamburgo, polos industriais tradicionais, aparecem sofrendo os efeitos da crise no setor de couro e calçados, mas seguem tendo um perfil industrial. Uruguaiana não

aparece nem como centro industrial, nem como de serviços. A administração pública tem papel importante, assim como a agropecuária — muito pela extensa área do município, entre as maiores do Estado. Fica evidente aqui, a pouca dinâmica da Região Sudoeste, refletida no seu município com maior força econômica (FIALKOW, 2014).

Comparando a mesorregião onde os egressos trabalham e o vínculo com a organização/empresa percebemos a maior concentração de servidores públicos nas regiões sudoeste e noroeste. Em mesorregiões menos desenvolvidas é natural que isso aconteça porque no serviço público estão os postos de trabalho com maior qualificação. Na região metropolitana de Porto Alegre encontram-se 11,9% de estagiários. São egressos que continuam seus estudos e encontram no estágio oportunidade de desenvolvimento e renda.

Tabela 26: Vínculo dos egressos com a organização/empresa por mesorregião (N=456).

Frequência	Metropolitana de POA		Nordeste		Noroeste		Centro Oriental		Sudoeste	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estágio (remunerado ou não), voluntário e outros	14	11,9%	4	4,7%	4	4,1%	1	3,7%	7	10,1%
Funcionário público concursado e cargo em comissão	38	32,2%	36	41,9%	45	45,9%	10	37,0%	38	55,1%
Funcionário de empresa privada (com ou sem carteira assinada) e terceirizado	45	38,1%	32	37,2%	41	41,8%	12	44,4%	21	30,4%
Trabalha em empresa/negócio familiar, trabalha por conta própria/autônomo/MEI, Dono e/ou sócio/associado/cooperado de uma empresa	21	17,8%	14	16,3%	8	8,2%	4	14,8%	3	4,3%
Total	118	100,0%	86	100,0%	98	100,0%	27	100,0%	69	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Dos egressos respondentes, 12,7% não estão trabalhando atualmente. Não é possível verificar uma concentração deles em nenhuma mesorregião.

Tabela 27: Egressos que estão trabalhando atualmente por mesorregião (N=456).

Frequência	Metropolitana de POA		Nordeste		Noroeste		Centro Oriental		Sudoeste	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	118	88,7%	86	87,8%	98	84,5%	27	84,4%	69	89,6%
Não	15	11,3%	12	12,2%	18	15,5%	5	15,6%	8	10,4%
Total	133	100,0%	98	100,0%	116	100,0%	32	100,0%	77	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Ao serem questionados sobre a afirmação “As atividades econômicas predominantes no município onde eu trabalho influenciaram na minha inserção no mercado de trabalho”, a média geral de concordância foi de 2,97. Os egressos dos cursos superiores de tecnologia apresentaram média mais alta (3,08) e os egressos da licenciatura a média de concordância mais baixa (2,85). 117 egressos não se sentiram em condições de opinar. Em relação a afirmação “O curso superior que cursei tem relação com as atividades econômicas predominantes do município ou região onde estudei”, a média geral de concordância foi de 3,40. Os egressos dos cursos superiores de tecnologia apresentaram a média de concordância mais alta (3,60). Os cursos superiores de tecnologia ofertados pela Uergs estão na área da vida e meio ambiente, com exceção do curso superior de tecnologia em automação industrial. Daí pode-se inferir a média de concordância alta.

Tabela 28: Atividades econômicas do município e a inserção profissional dos egressos (N=456).

Afirmarões sobre a influência do contexto econômico e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
As atividades econômicas predominantes no município onde eu trabalho influenciaram na minha inserção no mercado de trabalho	339	117	2,85	2,94	3,08	2,97
O curso superior que cursei tem relação com as atividades econômicas predominantes do município ou região onde estudei	456	0	3,18	3,39	3,60	3,40

Fonte: elaborado pela autora.

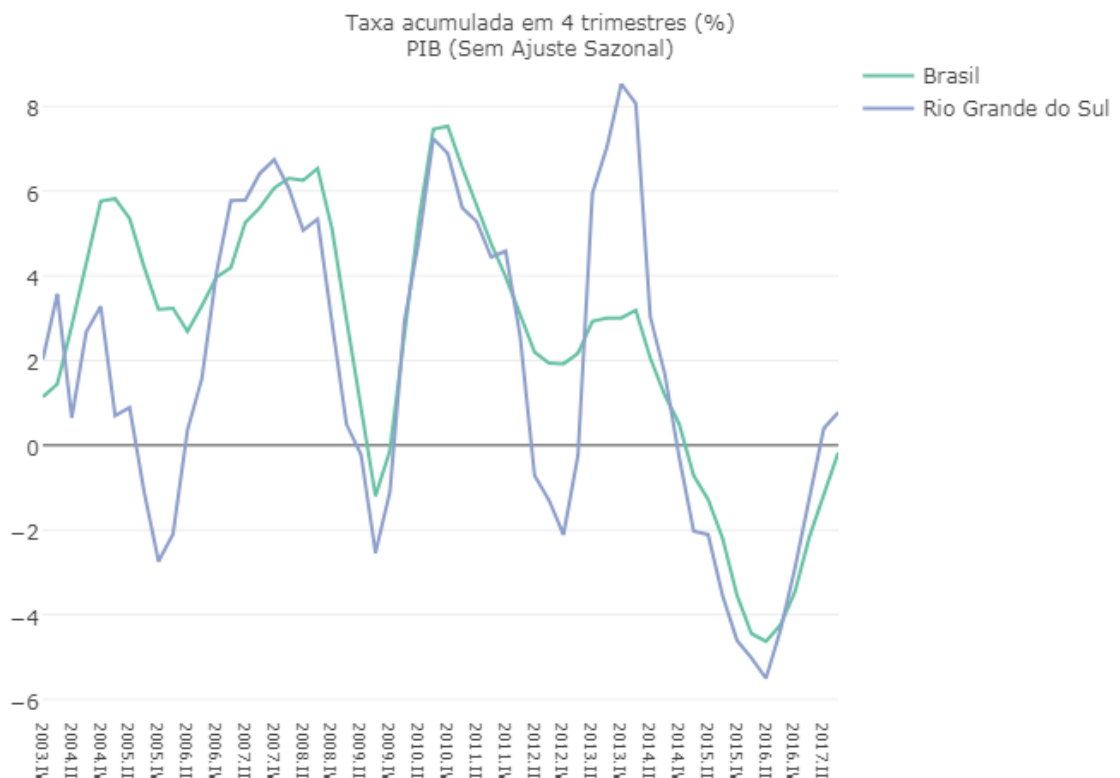
A nível nacional, dados do IBGE (2017d) mostram que na última década, o mercado de trabalho brasileiro presenciou transformações significativas, alternando um período de dinamismo, com uma fase de estagnação e crise. Nos anos seguintes à crise econômica internacional de 2008 e até 2014, as políticas públicas voltadas para a expansão da demanda contribuíram para o aquecimento do

mercado de trabalho brasileiro, com crescimento do emprego e da renda do trabalho. Em 2015 e 2016, observou-se forte reversão do ciclo econômico com queda do PIB, do consumo das famílias e do emprego, sobretudo o formalizado.

A economia do Rio Grande do Sul, entre 2000 e 2010, foi impulsionada pela agropecuária, devido ao aumento de preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional e à perda de dinâmica do crescimento industrial. (FIALKOW, 2014)

O Rio Grande do Sul é dependente das questões climáticas e a seca entre 2004 e 2005 e novamente em 2012, afetou a produção de grãos e o PIB despencou como podemos perceber no gráfico 15. O RS também é bastante dependente do mercado externo. Ele exporta 74,3% da indústria de transformação e 24,4% da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, por isso o Rio Grande do Sul está mais suscetível a crises cambiais e reduções da demanda externa, como a que ocorreu no mundo em 2008 (FEE, 2016).

Gráfico 15: PIB Brasil-RS de 2003 a 2017.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Quando questionados sobre a afirmação “O período de expansão da economia foi favorável para minha inserção no mercado de trabalho”, 108 egressos

não opinaram. Dos 348 que responderam a afirmação, a média de concordância foi de 3,09. Comparando as informações do gráfico 15 (PIB Brasil-RS) com gráfico 12 (egressos por ano e modalidade) percebemos que metade dos egressos respondentes concluíram seus cursos em momentos de expansão e metade em momentos de retração da economia gaúcha. A média de concordância dos tecnólogos é mais baixa (2,96), porque grande parte deles (41,6%) se formaram em 2009, 2012, 2014 e 2015, anos que crise econômica no RS. Já os bacharéis têm a média de concordância mais alta (3,30) porque grande parte se formou entre os anos de 2006 a 2008 (41,4%), anos de expansão na economia.

Em relação à afirmação “O período de crise na economia foi desfavorável para minha inserção no mercado de trabalho”, a média geral de concordância dos 315 egressos que responderam foi de 3,08. 141 egressos não se sentiram em condições de opinar. Os egressos da licenciatura, como observamos na tabela x (aquela que fala sobre os vínculos com o organização, q.26) são 56,7% concursados ou ocupam cargo em comissão no serviço público e 51,8% dos egressos concluíram seus cursos em anos de crise econômica no RS e no Brasil (2014 a 2017). A abertura de concursos é afetada pelas oscilações econômicas e também políticas do governo do Estado e dos municípios, mesmo assim, esta foi a modalidade em que a média de concordância foi mais baixa (2,90). Assim como os licenciados, um grande número de egressos da modalidade bacharelado (46%) colou grau entre 2014 e 2017, anos de crise nacional e estadual, mas ao contrário dos licenciados, os bacharéis apresentaram a média de concordância mais alta (3,41) sobre o período de crise e suas inserções.

Tabela 29: Influência do contexto econômico na inserção profissional por modalidade e geral (N=456).

Afirmações sobre a influência do contexto econômico e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
O período de expansão da economia foi favorável para minha inserção no mercado de trabalho	348	108	3,02	3,30	2,96	3,09
O período de crise na economia foi desfavorável para minha inserção no mercado de trabalho	315	141	2,90	3,41	2,92	3,08

Fonte: elaborado pela autora.

4.2.3 Trabalho atual

Os dados que seguem trazem o perfil da amostra de egressos em relação ao seu trabalho atual. Dos 456 egressos que responderam a pesquisa, 398 (87,3%) estão trabalhando atualmente, havendo menor concentração entre os egressos com bacharelado.

Tabela 30: Trabalhando atualmente (estágio, emprego formal, trabalho voluntário, trabalho informal remunerado, autônomo, bolsa de iniciação científica) geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	127	88,2%	128	84,2%	143	89,4%	398	87,3%
Não	17	11,8%	24	15,8%	17	10,6%	58	12,7%
Total	144	100,0%	152	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Quando questionados sobre seu trabalho atual, 70,1% dos egressos dizem estar satisfeitos com ele. Os egressos da licenciatura são os que apresentam maior porcentagem de satisfação (78%), seguido pelos bacharéis (68%) e por último os tecnólogos (65%).

Tabela 31: Opinião sobre trabalho atual geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Está satisfeito	99	78,0%	87	68,0%	93	65,0%	279	61,2%
Está insatisfeito, mas não está buscando outro	6	4,7%	13	10,2%	18	12,6%	37	8,1%
Está insatisfeito e procurando outro	15	11,8%	20	15,6%	29	20,3%	64	14,0%
Está em vias de trocar de emprego	7	5,5%	8	6,3%	3	2,1%	18	4,0%
Perdidos (não estão trabalhando atualmente)							58	12,7%
Total	127	100,0%	128	100,0%	143	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Os 82,9% dos egressos trabalhavam (incluídos estágios e bolsas) durante a maior parte do ensino superior (tabela 29, variável 20). Indagados sobre quantas vezes trocaram de trabalho durante o ensino superior, 38,2% disseram que nenhuma (trabalharam sempre na mesma organização/empresa). Os 44,1% afirmaram terem trocado de trabalho pelo menos uma vez. Entre as modalidades, os licenciados foram os que mais permaneceram no mesmo trabalho (48,6%) contra 41% dos que trocaram pelo menos uma vez. Os bacharéis foram os que mais trocaram de trabalho durante o curso, 47,4% trocaram de trabalho pelo menos uma

vez, enquanto 21,7% permaneceram no mesmo. Já os tecnólogos a porcentagem dos que não trocaram de trabalho e dos que trocaram foi praticamente a mesma, 44,4% e 43,8% respectivamente.

Tabela 32: Número de vezes que trocou de trabalho durante o ensino superior geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma, pois não trabalhei	15	10,4%	47	30,9%	19	11,9%	81	17,8%
Nenhuma, pois trabalhei na mesma organização/empresa	70	48,6%	33	21,7%	71	44,4%	174	38,2%
1 vez	19	13,2%	32	21,1%	36	22,5%	87	19,1%
2 vezes	24	16,7%	23	15,1%	20	12,5%	67	14,7%
3 ou mais vezes	16	11,1%	17	11,2%	14	8,8%	47	10,3%
Total	144	100,0%	152	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Questionados sobre quanto tempo permaneceram sem trabalho depois de formados, 57,2% dos egressos responderam que nenhum mês. Se levarmos em consideração que 82,9% deles trabalharam (incluindo estágios e bolsas) durante a maior parte do ensino superior, já era de se esperar que muitos seguiriam nos mesmos trabalhos após formados. Os que tinham estágios e bolsas os perderiam ao final do curso. Os bacharéis por serem a segunda modalidade com maior número de egressos bolsistas (42,1%) e a modalidade com o maior número de egressos que não trabalhou durante a graduação (24,3%) é a modalidade que mais demorou a conseguir trabalho depois de formada. O alto índice de egressos que demorou mais de três anos para conseguir trabalho em todas as modalidades (8,6%), após duas faixas de tempo de menor índice (13 a 24 meses e 25 a 36 meses) pode estar relacionada aos egressos que buscam o concurso público como entrada no mercado de trabalho.

Tabela 33: Tempo que permaneceu sem trabalho depois que se formou geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0 meses	87	60,4%	73	48,0%	101	63,1%	261	57,2%
1 a 5 meses	23	16,0%	26	17,1%	21	13,1%	70	15,4%
6 a 12 meses	13	9,0%	26	17,1%	17	10,6%	56	12,3%
13 a 24 meses	6	4,2%	11	7,2%	7	4,4%	24	5,3%
25 a 36 meses	1	0,7%	3	2,0%	2	1,3%	6	1,3%
Mais de 3 anos	14	9,7%	13	8,6%	12	7,5%	39	8,6%
Total	144	100,0%	152	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

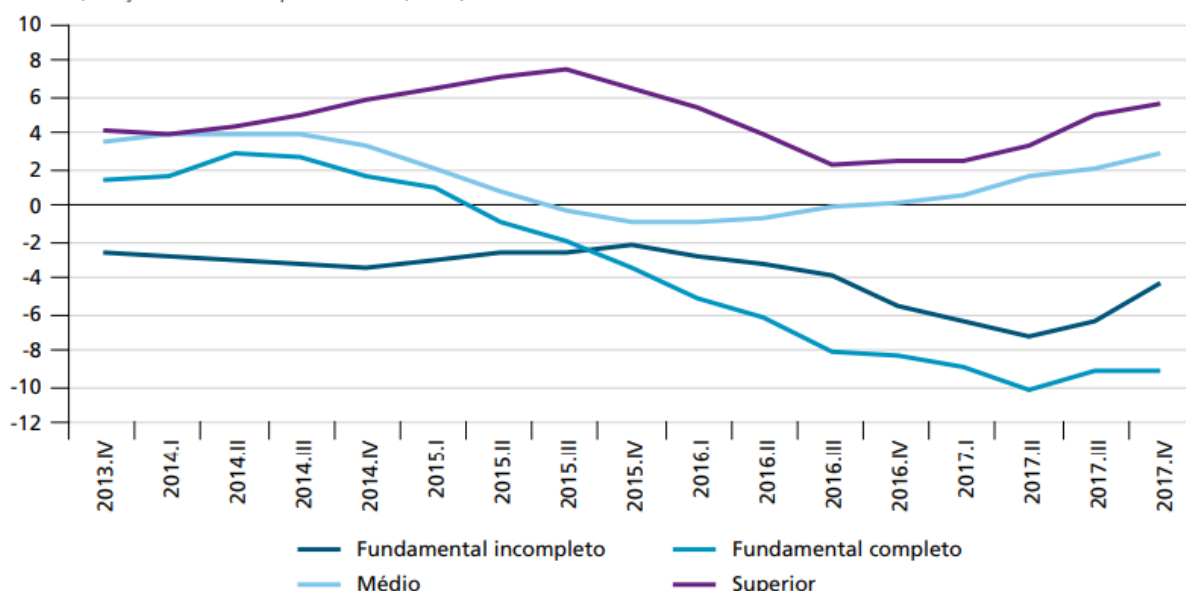
Fonte: elaborado pela autora.

Lameiras *et al* (2018) apresenta no gráfico 16, a variação da população brasileira ocupada por nível de instrução. Dados de 2013 a 2017 mostram que a população com ensino superior é que apresenta maior porcentagem de ocupados, com leve declínio em 2016 e retomada a normalidade em 2017. Os trabalhadores que têm ensino fundamental são os que mais perderam seus trabalhos com a crise econômica.

Gráfico 16: A variação da população brasileira ocupada por nível de instrução.

População ocupada, por grau de instrução

(Variação acumulada em quatro trimestres, em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em relação à questão “depois que se formou trocou de trabalho quantas vezes?” mais da metade dos egressos da licenciatura segue no mesmo trabalho (50,7%). Isso pode ser explicado pelo fato de 56,7% deles serem funcionários públicos concursados ou cargo em comissão. Os 45,5% dos egressos bacharéis e 51,9% dos egressos tecnólogos trocaram de trabalho após a formatura pelo menos uma vez.

Tabela 34: Quantas vezes trocou de trabalho depois que se formou geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma, e não estou trabalhando no momento	10	6,9%	22	14,5%	16	10,0%	48	10,5%
Nenhuma, pois nunca trabalhei	6	4,2%	5	3,3%	1	0,6%	12	2,6%
Nenhuma, trabalho na mesma organização/empresa	73	50,7%	56	36,8%	60	37,5%	189	41,4%
1 vez	27	18,8%	32	21,1%	35	21,9%	94	20,6%
2 vezes	18	12,5%	15	9,9%	24	15,0%	57	12,5%
3 ou mais vezes	10	6,9%	22	14,5%	24	15,0%	56	12,3%
Total	144	100,0%	152	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Nesta pesquisa nas questões 28 (cargo/função atual dos respondentes), 78 e 79 (sobre o trabalho dos pais aos 14 anos), as respostas foram classificadas em uma escala de 1 a 11 segundo Volkmer Martins (2016, p. 63 e 64), que propõe uma escala comparativa de status ocupacional a partir de “uma combinação da escala CASMIN, com a divisão de classes proposta por Bourdieu e os elementos enfatizados por Souza em seus estudos, os quais são entendidos como fundamentais para pensar a sociedade brasileira”. Para adequar a realidade desta pesquisa, foi inserida a categoria não trabalha/do lar, não se aplica e outros. Para facilitar a análise após a coleta, optou-se por juntar a opção 8 com a opção 12 do questionário. Para melhor compreensão das tabelas a seguir, o quadro 7 traz o detalhamento de cada estrato ocupacional após as adequações explicitadas.

Quanto ao cargo dos respondentes a questão aberta teve as respostas classificadas por estratos (quadro 7) para facilitar a análise¹⁰.

Em relação ao status ocupacional geral dos egressos que trabalham, 47,4% estão nos estratos 3 e 4. Estes estratos compreendem trabalhos típicos de classe média e trabalhadores não manuais de rotina grau superior (estrato 3) e rotina grau inferior (estrato 4).

Os 36,1% dos egressos que trabalham pertencem aos status ocupacionais das classes populares (estrato 5 ao 10), onde se encontram os trabalhadores não

¹⁰ Para melhor compreensão dos estratos ver Volkmer Martins, 2016, p. 63 e 64

manuais de baixa qualificação, pequenos proprietários, agricultores, pequenos proprietários rurais, trabalhadores manuais qualificados, semi e não qualificados. Observando com mais cautela verifica-se que destes 36,1%, 27,6% estão nos estratos 5 e 6 onde se encontram os trabalhadores que ocupam funções não manuais de baixa qualificação e os pequenos proprietários (inclusos aqui os autônomos).

Os egressos da licenciatura se concentram (70,1%) no estrato 4, onde encontram-se os professores da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Os egressos do bacharelado (75,9%) e dos cursos superiores de tecnologia (74,2%) estão distribuídos, principalmente, nos estratos 3, 5 e 6.

Observando a tabela, percebe-se que praticamente não existe egressos nos estratos 1 e 2 que compreendem trabalhos de classes superiores e onde estão os trabalhadores não manuais de alta qualificação.

Quadro 6: Estratos ocupacionais utilizados nas questões 28,78 e 79 e estratos ocupacionais dos egressos geral e por modalidade (N=456).

	Frequência	Egressos (N=398)*			
		Licenciatura	Bacharelado	Tecnologia	Total
Estrato 1	Gerentes de grandes empresas, funcionários públicos de alto cargo, grandes proprietários de empresas e grandes fazendeiros.	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Estrato 2	Profissões liberais (médico, advogado, dentista).	0,0%	1,6%	0,0%	0,4%
Estrato 3	Professores ensino superior, produtores artísticos, patrões do comércio grande ou da indústria, quadros do setor privado (qualificado), engenheiros, arquiteto, veterinário, quadros intermediários do setor público, quadros intermediários do setor privado, trabalhadores da indústria com alta qualificação, psicólogos, contadores, analista de sistemas, desenvolvedor de <i>software</i> .	7,9%	39,1%	33,6%	23,7%
Estrato 4	Patrões do comércio médio, professores primários/ensino médio, enfermeiro, agente social, jornalista, bibliotecário, fotógrafo, publicitário, músico, bancário, militar, radialista, fisioterapeuta, coreógrafa, designer gráfico, projetista, produtor.	70,1%	7,0%	7,0%	23,7%
Estrato 5	Quadros médios do comércio (lojas e restaurantes), técnicos, empregados de escritório, funcionário público de cargos baixos, policial, corretor de imóveis, comprador, representante comercial.	12,6%	18,0%	24,5%	16,2%
Estrato 6	Serviços médico-sociais (técnicos da saúde), pequenos comerciantes, quadros médios administrativos, administradores de pequenos estabelecimentos industriais e de serviços, gerentes em pequenos estabelecimentos.	3,9%	18,8%	16,1%	11,4%
Estrato 7	Pequenos proprietários sem empregados, pequenos produtores rurais, assalariados agrícolas	0,8%	5,5%	10,5%	5,0%
Estrato 8	Atendente de telemarketing, frentista, caixa de supermercado, trabalhadores domésticos (diarista, empregada doméstica, babá, jardineiro, motorista), cuidadora geriátrica, garçom, cobrador, vendedor ambulante, vigilante, zelador.	3,1%	1,6%	1,4%	1,8%
Estrato 9	Técnicos: metalúrgico, mecânico, eletricista, confeitiro, padeiro, cozinheiro, cabeleireiro.	0,0%	0,8%	4,2%	1,5%
Estrato 10	Pintores, pedreiros, azulegista, gesseiro, encanador, sapateiro, artesãos, operário sem qualificação, camareira, auxiliar de cozinha, copeiro, açougueiro, auxiliar transporte, agente funerário, soldador, merendeira, separador, recepcionista, catador de reciclados, manicure, operários de baixa qualificação.	0,8%	0,0%	0,0%	0,2%
Estrato 11	Não trabalha/do lar	0%*	0%*	0%*	12,7%*
Estrato 12	Outros	0,8%	7,8%	2,8%	3,3%

*12,7% dos egressos que responderam a pesquisa disseram não estar trabalhando atualmente e por isso não tiveram acesso a esta questão, já que o próprio questionário direciona pelas respostas anteriores.

Fonte: elaborado pela autora com base em Volkmer Martins, 2016, p. 63 e 64.

A análise dos egressos por sexo em relação aos estratos ocupacionais mostra que a maior concentração de homens está no estrato 3 (42,8%) e as mulheres no estrato 4 (34,3%). Os egressos da licenciatura, majoritariamente mulheres, se concentram no estrato 4, o que pode ser uma das explicações para esta disparidade. Mas não podemos esquecer que, mesmo tendo estudado tanto quanto os homens, muitas mulheres ainda ocupam cargos/funções inferiores às ocupadas por eles no mercado de trabalho.

Tabela 35: estratos ocupacionais dos egressos geral e por sexo (N=456).

Estratos ocupacionais	Sexo dos Egressos (N=398)*		
	Feminino	Masculino	Total
Estrato 1	0,0%	0,0%	0,0%
Estrato 2	0,4%	0,6%	0,4%
Estrato 3	16,8%	42,8%	23,7%
Estrato 4	34,3%	16,4%	23,7%
Estrato 5	19,2%	17,6%	16,2%
Estrato 6	15,1%	10,1%	11,4%
Estrato 7	4,6%	7,5%	5,0%
Estrato 8	2,9%	0,6%	1,8%
Estrato 9	1,3%	2,5%	1,5%
Estrato 10	0,0%	0,6%	0,2%
Estrato 11	0*	0*	12,7%*
Estrato 12	5,4%	1,3%	3,3%
Total	100,0%	100,0%	100,00%

Fonte: elaborado pela autora.

Os 31,1% dos egressos trabalham em organizações/empresas de grande porte (mais de 500 funcionários). Os demais estão espalhados em micro, pequenas e médias. Uma porcentagem baixa (5,7%) dos egressos trabalha por conta própria, é autônomo ou MEI. Os 72,8% estão vinculados a alguma organização/empresa. Não é evidente diferenças de porte da organização/empresa em relação às modalidades.

Tabela 36: Porte da organização/empresa geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Micro (até 19 funcionários)	22	17,3%	24	18,8%	22	15,4%	68	14,9%
Pequeno (20 a 99 funcionários)	19	15,0%	11	8,6%	22	15,4%	52	11,4%
Médio (100 a 500 funcionários)	15	11,8%	25	19,5%	30	21,0%	70	15,4%
Grande (mais de 500 funcionários)	45	35,4%	45	35,2%	52	36,4%	142	31,1%
Trabalho por conta própria/autônomo/MEI	9	7,1%	10	7,8%	7	4,9%	26	5,7%
Outro	17	13,4%	13	10,2%	10	7,0%	40	8,8%
Perdidos (não estão trabalhando atualmente)							58	12,7%
Total	127	100,0%	128	100,0%	143	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre o tipo de organização que os egressos trabalham 42,3% atualmente trabalham em instituições públicas, 32,5% em empresas privadas, 4,6% em organizações não governamentais (ONGs), fundações, associações, etc. e 7,2% trabalham por conta própria, autônomos ou micro empreendedores individuais (MEIs). Chama à atenção a alta porcentagem em todas as modalidades, no mínimo um terço dos egressos, que trabalham em instituições públicas. Os licenciados, como já era esperado, se concentram nas instituições públicas (62,2%). Os bacharéis estão aglomerados no setor público (46,1%) e também em empresas privadas (39,1%). Os tecnólogos estão reunidos nas empresas privadas (46,9%), seguido das públicas (38,5%). Em todas as modalidades aparece uma baixa porcentagem de egressos que trabalham por conta própria.

Tabela 37: Tipo de organização/empresa geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pública	79	62,2%	59	46,1%	55	38,5%	193	42,3%
Privada	31	24,4%	50	39,1%	67	46,9%	148	32,5%
Terceiro setor (ONG, Fundação, Associação, etc.)	7	5,5%	7	5,5%	7	4,9%	21	4,6%
Trabalho por conta própria/autônomo/MEI	8	6,3%	11	8,6%	14	9,8%	33	7,2%
Outro	2	1,6%	1	0,8%	0	0,0%	3	0,7%
Perdidos (não estão trabalhando atualmente)							58	12,7%
Total	127	100,0%	128	100,0%	143	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

4.2.4 Inserção qualificante e não qualificante

Cordeiro (2002) estudou a inserção profissional dos quadros superiores em contextos empresariais com capacidade de inovação diferenciada em Portugal e a partir disso construiu os conceitos de inserção qualificante e não qualificante. O autor partiu da ideia de que pluralidade de práticas de recursos humanos podem definir diferentes modalidades de inserção profissional. Ele realizou uma análise em dois momentos-chave: o processo de inserção na empresa, através das políticas de recrutamento, e os processos de pós-inserção, através das práticas de gestão de mão de obra.

As questões apresentadas a seguir ajudam a entender se o processo de inserção dos egressos da Uergs foi qualificante ou não-qualificante.

Os 29,6% dos respondentes afirmaram já terem sido discriminados em processos seletivos. Um dado que chamou a atenção foram as respostas dos 35 egressos (7,3%) que registraram as discriminações que sofreram no campo “outros” do questionário. Quinze deles disseram ter sido discriminados pelo curso que fizeram. Pela nomenclatura diferente, por ser novo e pouco conhecido e por ser superior de tecnologia foram os principais motivos alegados.

Como já mencionado por Prates e Silva (2014), os cursos de bacharelado e licenciatura são tradicionais e oportunizam cargos de maior prestígio em relação aos cursos tecnológicos.

Tabela 38: Discriminação em processos seletivos geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não, nunca	106	71,1%	113	69,3%	118	70,6%	337	70,4%
Sim, já me senti discriminado por motivo de cor/etnia	4	2,7%	4	2,5%	6	3,6%	14	2,9%
Sim, já me senti discriminado por motivo de gênero/sexo	7	4,7%	10	6,1%	8	4,8%	25	5,2%
Sim, já me senti discriminado pela minha idade	16	10,7%	14	8,6%	9	5,4%	39	8,1%
Sim, já me senti discriminado pela minha classe social	10	6,7%	10	6,1%	9	5,4%	29	6,1%
Outro	6	4,1%	12	7,4%	17	10,2%	35	7,3%
Total	149	100,0%	163	100,0%	167	100,0%	479	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Oliveira *et al* (2014), por exemplo, comenta sobre as novas habilitações na área da engenharia, além das tradicionais (civil, elétrica, mecânica, química e geral).

Para ele, a variedade de habilitações não é uma política desejável em um mundo de contínuas transformações tecnológicas que exige um profissional dinâmico, com sólida formação geral e capaz de se adaptar rapidamente a novos conhecimentos e técnicas. As habilitações específicas demais acabam dificultando a empregabilidade. Ele cita, como exemplo, um engenheiro mecânico que pode, mediante formação continuada em serviço ou por meio de uma formação complementar relativamente rápida, vir a se tornar um bom engenheiro de petróleo e que o contrário tende a ser mais difícil, em função das especificidades da própria formação inicial do engenheiro de petróleo, muito mais especializada do que a de um engenheiro de formação mais geral.

Barbosa (2014, p.60) apresenta a questão de como os empregadores enxergam os cursos tecnológicos, citados por alguns egressos como discriminatórios:

Se as empresas confiam na qualidade da formação oferecida nos cursos do SENAI, eles constituem apenas uma ínfima minoria de todos os diplomados como tecnólogos nas mais diferentes áreas e Instituições. No geral, sabe-se muito pouco sobre quais seriam as qualificações efetivas oferecidas por esses cursos. Junte-se a isso o fato de que a nomenclatura desses cursos é bastante complexa, mesmo depois de seguidas tentativas de sistematização.

Sobre a afirmação “Em processos seletivos percebi que os cursos de bacharelado são preferidos aos de tecnólogo”, a média geral de concordância foi de 3,5. Os 195 egressos (42,7%) disseram não ter condições de opinar. A média mais alta foi a dos tecnólogos (3,89), seguida pela dos bacharéis (3,33) e licenciados (3,00). A partir desta afirmação podemos concluir que a percepção dos tecnólogos sobre a preferência de modalidade de formação nos processos é diferente das percepções dos bacharéis e licenciados com margem de erro de 0%.

O mercado de trabalho é menos favorável para os tecnólogos, segundo Barbosa (2014, p. 58) “empresas brasileiras de grande porte, mesmo estatais, recusam-se a contratar tecnólogos, sendo que algumas delas, apesar de não bloquearem formalmente o acesso destes profissionais, não contam com o cargo de “tecnólogo” no seu organograma”. E isto acontece mesmo as empresas valorizando o conhecimento prático que é a característica principal na formação do tecnólogo.

Sobre a afirmação “Em processos seletivos percebi que os cursos de bacharelado são preferidos aos de licenciatura” a média geral de concordância foi de 3,12. 204 egressos (44,7%) não se sentiram aptos a opinar. Dos que opinaram a média mais alta foi dos egressos tecnólogos 3,42, seguida pelos bacharéis (3,30) e licenciados (2,51). Os licenciados apresentam uma percepção diferente da dos bacharéis e tecnólogos om margem de erro de 0%.

Pode-se deduzir destas questões sobre processo seletivo que os tecnólogos se sentem discriminados em relação às outras modalidades de curso.

Tabela 39: Processo seletivo e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade (n=456).

Afirmações sobre processos seletivos e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
Em processos seletivos percebi que os cursos de bacharelado são preferidos aos de tecnólogo	261	195	3,00	3,33	3,89	3,50
Em processos seletivos percebi que os cursos de bacharelado são preferidos aos de licenciatura	252	204	2,51	3,30	3,42	3,12

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre a afirmação “Possuo autonomia para realizar minhas tarefas”, em uma escala de 1 a 5, a média geral de concordância foi de 4,07, não havendo diferenças significativas entre as modalidades. Em relação a afirmação “Em geral nos postos de trabalho que já ocupei possuía autonomia para realizar as tarefas” a média de concordância cai para 3,89, porque aqui entram todos os trabalhos que o egresso já obteve. Também não se observa diferença entre as modalidades. De forma geral os egressos possuem autonomia em seus trabalhos, característica da inserção profissional qualificante.

Tabela 40: Autonomia profissional geral e por modalidade (N=456).

Afirmarões sobre autonomia profissional e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Perdidos - Não estão trabalhando atualmente	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
Possuo autonomia para realizar minhas tarefas	398	58	0	4,12	4,02	4,07	4,07
Em geral nos postos de trabalho que já ocupei possuía autonomia para realizar as tarefas	390	0	66	3,93	3,88	3,86	3,89

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação à qualificação profissional 62,9% dos egressos afirmam ter algum tipo de plano de qualificação na organização/empresa contra 37,1% que dizem não ter nenhum. Entre as modalidades os tecnólogos são os que menos têm acesso a estas políticas com 45,7% dos egressos. Os licenciados por sua vez são os que mais têm acesso a qualificação profissional 70,5%, destes 38,9% frequentam cursos oferecidos pela própria organização.

Tabela 41: Plano de qualificação profissional na organização/empresa (marque quantas opções forem necessárias) geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	44	29,5%	50	35,0%	75	45,7%	169	37,1%
Sim, possui cursos organizados pela própria instituição	58	38,9%	43	30,1%	34	20,8%	135	29,6%
Sim, contrata empresas para dar cursos na própria instituição	18	12,1%	9	6,2%	16	9,8%	43	9,4%
Sim, a organização paga uma porcentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição e que estejam ligados ao trabalho	14	9,4%	17	11,9%	20	12,2%	51	11,2%
Sim, a organização paga uma porcentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição, mesmo que não estejam ligados diretamente ao trabalho	0	0,0%	3	2,1%	2	1,2%	5	1,1%
Não se aplica ao meu caso/sem condições de responder	14	9,4%	17	11,9%	15	9,1%	46	10,1%
Outro	1	0,7%	4	2,8%	2	1,2%	7	1,5%
Perdidos (não estão trabalhando atualmente)							58	12,7%
Total	149	100,0%	143	100,0%	164	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação à afirmativa “A organização/empresa na qual trabalho não possui um sistema claro de progressão de carreira”, a média geral de concordância foi de 2,91. Os tecnólogos apresentam a média mais alta (3,16) Os licenciados têm a média de concordância mais baixa, 65,4%. A diferença de percepção entre tecnólogos e licenciados tem margem de erro de 1%. Sobre a afirmação “Sou o principal responsável pela minha qualificação profissional”, a média de concordância foi de 4,39. Independentemente de a organização possuir plano de qualificação, são os profissionais os principais responsáveis por suas qualificações. As diferenças de percepção entre os bacharéis e tecnólogos têm margem de erro de 0%.

Tabela 42: Qualificação profissional geral e por modalidade (N=456).

Afirmações sobre as contribuições do ensino superior para a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Perdidos - Não estão trabalhando atualmente	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
A organização/empresa na qual trabalho não possui um sistema claro de progressão de carreira	292	58	106	2,63	2,90	3,16	2,91
Sou o principal responsável pela minha qualificação profissional	398	58	0	4,40	4,58	4,22	4,39

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação ao contrato de trabalho, 68% dos egressos têm contrato por tempo indeterminado (há data de início, mas não consta a de término), 10,1% por tempo determinado (que tem datas de início e término antecipadamente combinadas entre o trabalhador e o empregador) e 9,2% trabalham por conta própria. Não há diferenças expressivas entre as modalidades

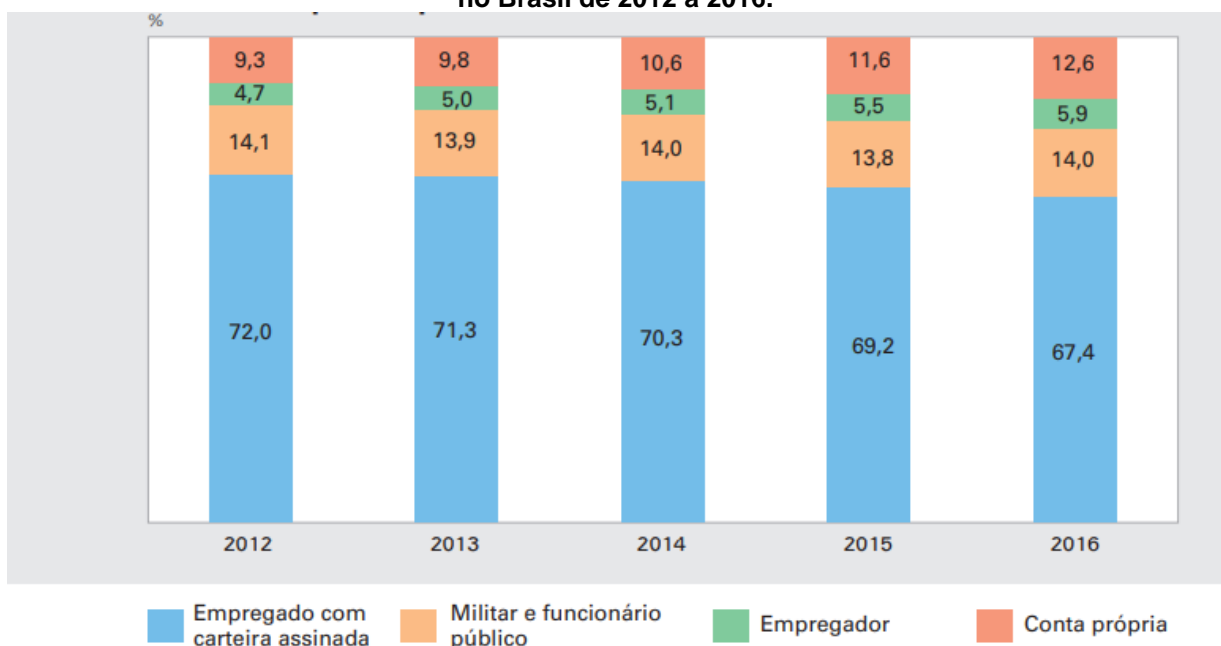
Tabela 43: Tempo do contrato de trabalho geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Determinado	13	10,2%	18	14,1%	15	10,5%	46	10,1%
Indeterminado	102	80,3%	95	74,2%	113	79,0%	310	68,0%
Trabalha por conta própria	12	9,4%	15	11,7%	15	10,5%	42	9,2%
Perdidos (não estão trabalhando atualmente)							58	12,7%
Total	127	100,0%	128	100,0%	143	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Entre 2012 e 2016, a proporção de trabalhadores formais no Brasil passou de 59% para 61,2%. Mesmo com a crise econômica, iniciada em meados de 2014, a proporção de trabalhadores formais não sofreu alterações significativas, o que está relacionado, segundo IBGE (2018d) , ao crescimento da participação dos trabalhadores por conta própria que contribuíam para a previdência social, compensando a queda na proporção de trabalhadores com carteira assinada.

Gráfico 17: distribuição percentual da população de 16 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência, segundo a participação das categorias que compõem o trabalho formal no Brasil de 2012 a 2016.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

Na Uergs os egressos que trabalham (87,3%) estão concentrados em 2 categorias de trabalho formal, 33,6% são funcionários públicos concursados e 27,9% são funcionários de empresa privada com carteira assinada. Percentagens bem diferentes das observadas nos dados do IBGE (gráfico 17). O grupo que mais se aproxima da porcentagem nacional são dos que trabalham em empresa/negócio familiar, por conta própria, são autônomos, microempreendedores individuais (MEI) ou donos do próprio negócio que representam 11% dos egressos. No entanto antes de olhar apenas para os números é necessário lembrar que a amostra de egressos da Uergs é formada por trabalhadores com ensino superior completo, diferente da amostra do IBGE que abrange trabalhadores formais de todos os níveis de escolaridade.

Os egressos da licenciatura são majoritariamente funcionários públicos concursados (53,6%). Este resultado já era esperado entre os licenciados, porque docentes das redes municipal, estadual e federal só passam a integrar o quadro após aprovação em concurso público. O que surpreendeu foi a porcentagem expressiva de funcionários públicos concursados entre os bacharéis (33,7%) e tecnólogos (29,4%). Pode ser que estes egressos tenham buscado a formação depois de estarem concursados.

Tabela 44: Vínculo com a organização/empresa geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Estágio não remunerado	0	0,0%	0	0,0%	1	0,7%	1	0,2%
Estágio remunerado	1	0,8%	2	1,6%	1	0,7%	4	0,9%
Funcionário público concursado	68	53,6%	43	33,7%	42	29,4%	153	33,6%
Cargo em comissão	4	3,1%	5	3,9%	5	3,5%	14	3,1%
Funcionário de empresa privada com carteira assinada	22	17,4%	42	32,8%	63	44,1%	127	27,9%
Funcionário de empresa privada sem carteira assinada	7	5,5%	5	3,9%	2	1,4%	14	3,1%
Voluntário	1	0,8%	0	0,0%	1	0,7%	2	0,4%
Terceirizado	6	4,7%	3	2,3%	1	0,7%	10	2,2%
Trabalha em empresa/negócio familiar	2	1,6%	4	3,1%	3	2,1%	9	2,0%
Trabalha por conta própria/autônomo/MEI	6	4,7%	9	7,0%	6	4,2%	21	4,6%
Sou dono e/ou sócio/associado/cooperado de uma empresa	4	3,1%	5	3,9%	11	7,7%	20	4,4%
Outro	6	4,7%	10	7,8%	7	4,8%	23	5,0%
Perdidos (não estão trabalhando atualmente)							58	12,7%
Total	127	100,0%	128	100,0%	143	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação ao sexo e vínculo formal, em 2016, os homens apresentavam maior participação de trabalhadores por conta própria que contribuíam para previdência social previdência social (8,9%), as mulheres tinham maior representatividade entre militares e funcionários públicos (11,3%) (IBGE, 2018d).

Comparando os dados do IBGE com os dados dos egressos, as mulheres realmente são a maioria dos servidores públicos (46%). Isso se deve ao fato delas serem egressas de curso de licenciatura e em sua maioria professoras concursadas. Corroborando com os dados, os homens também aparecem com maior porcentagem entre os trabalhadores por conta própria e afins (16,4%).

Tabela 45: Vínculo com a organização/empresa por sexo e geral (N=456).

Frequência	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Funcionário público concursado e cargo em comissão	57	35,8%	110	46,0%	167	36,6%
Funcionário de empresa privada (com ou sem carteira assinada) e terceirizado	66	41,5%	85	35,6%	151	33,1%
Trabalha em empresa/negócio familiar, trabalha por conta própria/autônomo/MEI, dono e/ou sócio/associado/cooperado de uma empresa	26	16,4%	24	10,0%	50	11,0%
Estágio (remunerado ou não), voluntário e outros	10	6,3%	20	8,4%	30	6,6%
Perdidos (não estão trabalhando atualmente)					58	12,7%
Total	149	100,0%	219	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

O cenário que se vê entre os trabalhadores que contribuem para a previdência social são menos empregados com carteira de trabalho assinada, mais trabalhadores por conta própria e empregadores. Isso significa que a população ocupada está menos protegida. Além dos direitos previdenciários (aposentadoria e licenças médicas, à maternidade ou por acidentes de trabalho), os empregados com carteira possuem outros direitos, como férias e décimo terceiro salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que não são facultados aos demais trabalhadores que contribuem para a previdência social (IBGE, 2017d).

Atualmente, 309 (67,8%) dos 456 egressos que responderam a pesquisa estão contribuindo com a previdência social. Entre as modalidades os egressos dos cursos de tecnologia são os que mais contribuem (73,8%), seguido dos bacharéis (67,8%) e por último os licenciados (61,1%).

Tabela 46: Contribuição para previdência social (INSS) geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não, nunca contribuí	11	7,6%	19	12,5%	8	5,0%	38	8,3%
Sim, estou contribuindo atualmente	88	61,1%	103	67,8%	118	73,8%	309	67,8%
No momento não, mas já contribuí	45	31,3%	30	19,7%	34	21,3%	109	23,9%
Total	144	100,0%	152	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Quando questionados sobre a afirmação “A formação recebida na instituição de ensino do curso superior permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho”, a média geral de concordância foi de 3,23, sendo a média dos licenciados (3,56) a mais alta e a média dos tecnólogos (2,79) a mais baixa. Da mesma forma na afirmação “Independente da formação recebida, ter cursado o ensino superior permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho”, a média geral de concordância foi de 3,02, sendo a dos licenciados (3,36) a mais alta e a dos tecnólogos (2,63) a mais baixa. Nestas duas afirmações mais de 30% dos egressos aptos a responder optaram por marcar a opção “sem condições de responder/não se aplica”. A percepção dos tecnólogos difere das percepções dos bacharéis e licenciados com margem de erro de 0%. Estes dados mostram que a formação superior contribuiu mais no crescimento dos licenciados e dos bacharéis nos seus locais de trabalho do que na dos tecnólogos.

Sobre as afirmativas “Na organização/empresa onde trabalho a remuneração de quem é bacharel é maior do que a de quem é tecnólogo” e “Na organização/empresa onde trabalho a remuneração de quem é bacharel é maior do que a de quem é licenciado” a média de concordância foi de 2,64 e 2,25 respectivamente. Uma porcentagem bem expressiva, 46% dos egressos aptos a responder, optaram pela alternativa “sem condições de responder/não se aplica ao meu caso”. Os tecnólogos tendem a concordar mais com as afirmações (médias 2,85 e 2,55) enquanto os licenciados tendem a concordar menos (2,27 e 1,87) e os bacharéis ficam em um meio termo (2,66 e 2,26).

Barbosa (2014, p. 59) afirma que os tecnólogos:

(...) não estão diante de diferenças de remuneração, mas da criação de diferentes níveis de autoridade profissional e social. As atribuições dos profissionais no processo produtivo são diferentes segundo sua posição na hierarquia do conselho profissional: as responsabilidades técnicas e administrativas são maiores para engenheiros que para tecnólogos assim como as oportunidades de ascensão a cargos de chefia.

Em relação à segunda afirmação os tecnólogos pensam diferente dos licenciados com margem de erro de 0%. Os licenciados na sua grande maioria trabalham em instituições públicas (62,2%) onde geralmente não há diferenças entre modalidades de ensino superior, por isso o grau de concordância deles é mais baixo. Já 46,9% dos egressos tecnólogos trabalham em instituições privadas e

percebem uma diferenciação de remuneração entre as modalidades de ensino superior.

Tabela 47: Políticas de cargos e salários e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade (N=456).

Afirmarões sobre políticas de cargos e salários e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Perdidos - Não estão trabalhando atualmente	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
A formação recebida na instituição de ensino do curso superior permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho	280	58	118	3,56	3,41	2,79	3,23
Independente da formação recebida, ter cursado o ensino superior permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho	285	58	113	3,36	3,16	2,63	3,02
Na organização/empresa onde trabalho a remuneração de quem é bacharel é maior do que a de quem é tecnólogo	215	58	183	2,27	2,66	2,85	2,64
Na organização/empresa onde trabalho a remuneração de quem é bacharel é maior do que a de quem é licenciado	214	58	184	1,87	2,26	2,55	2,25

Fonte: elaborado pela autora.

Segundo Cordeiro (2002), a inserção profissional qualificante acontece quando a empresa desenvolve uma verdadeira política de valorização dos seus recursos humanos (contratos estáveis, condições de trabalho satisfatórias, políticas de formação dentro da empresa, sistema de progressão na carreira, salários mais vantajosos, etc.) contribuindo para o desenvolvimento de competências individuais e coletivas de seus trabalhadores. Já a inserção profissional não-qualificante acontece quando a empresa desenvolve uma política de não valorização de seus recursos humanos (contratos precários, inexistência de políticas de formação e sistemas de progressão, salários menos atraentes, etc.) contribuindo para uma crescente desvalorização dos trabalhadores.

Em linhas gerais, os egressos da Uergs apresentam características de inserção qualificante. 62,9% dos egressos afirmam ter algum tipo de plano de qualificação na organização/empresa; 68% dos egressos tem contratos de trabalho

estáveis (por tempo indeterminado); dos 87,3% egressos que trabalham atualmente, 33,6% são servidores públicos concursados e 27,9% trabalham em empresas privadas com carteira assinada; 309 (67,8%) dos 456 egressos que responderam a pesquisa estão contribuindo com a previdência social e de forma geral os egressos possuem autonomia em seus trabalhos atuais.

Para entender como as oportunidades de trabalho chegam para os indivíduos e como operam os mercados contemporâneos de trabalho, Guimarães (2008), em suas pesquisas, verificou que a grande maioria dos indivíduos costumava procurar trabalho através das instituições de intermediação do mercado (agências de emprego e empresas de trabalho temporário), mas os empregos que acabavam obtendo eram através de suas redes de contatos. Essas informações são importantes, porque através delas verifica-se que nem todos os indivíduos têm iguais acesso as informações ocupacionais pertinentes e, nesse sentido, nem todos se beneficiam de modo igual de suas redes de relações.

As médias de concordância dos egressos em relação as afirmações “A rede de contatos que construí no ensino superior foi importante para eu conseguir me inserir no mercado de trabalho”, “Meus amigos mais próximos e meus familiares me ajudaram a me inserir no mercado de trabalho” e “Agências de emprego e de estágio foram importantes para eu conseguir entrar no mercado de trabalho” reforçam os resultados das pesquisas de Guimarães, pois para os egressos não foram as agências de emprego e estágio que os ajudaram a se inserir no mercado e sim amigos mais próximos e familiares e principalmente a rede de contatos que construíram no ensino superior.

Tabela 48: Agentes intermediadores e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade (N=456).

Afirmações sobre agentes intermediadores e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Perdidos - Não estão trabalhando atualmente	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
A rede de contatos que construí no ensino superior foi importante para eu conseguir me inserir no mercado de trabalho	398	58	0	2,98	2,65	2,88	2,84
Meus amigos mais próximos e meus familiares me ajudaram a me inserir no mercado de trabalho	398	58	0	2,56	2,62	2,54	2,57
Agências de emprego e de estágio foram importantes para eu conseguir entrar no mercado de trabalho	398	58	0	1,99	1,82	1,85	1,89

Fonte: elaborado pela autora.

4.2.5 Mobilidade ocupacional intergeracional

Analisando os dados, encontramos uma situação complexa e marcada por disparidades. De um lado, a maioria dos respondentes possui uma formação superior a dos seus pais e está numa atividade em estrato superior. No entanto, nota-se um movimento de rebaixamento dos diplomas.

Peugny (2014) estudou nos anos 2000, na França, o rebaixamento dos diplomados – quando os empregos ocupados não estão à altura das qualificações – o que ele chamou de *déclassement*. Obter um diploma de ensino superior é importante para se inserir em boas condições no mercado de trabalho, mas ter o diploma não é garantia contra o rebaixamento. A desvantagem dos egressos do ensino superior, segundo ele, não está relacionada à probabilidade de conseguir um emprego, a diferença é percebida pela categoria profissional do emprego obtido. Ainda, segundo o autor, a condição socioeconômica familiar representa um fator predominante no futuro dos filhos.

Grande parte dos egressos representa a primeira geração da família a concluir o ensino superior. A Universidade tem um papel importante na mobilidade destes indivíduos, uma vez que aparece como oportunidade para ascensão social e econômica.

Conforme o art. 2º da Lei nº 11.646 de 10 de julho de 2001 (Lei de criação da Uergs) “a Uergs foi criada com o foco na inclusão social e no desenvolvimento socioeconômico local e regional (...)” (PDI, 2017, p.11). Como pode ser observado na tabela 48, 92,8% dos egressos que responderam a pesquisa nasceram em uma das 5 mesorregiões onde a Uergs tem suas Unidades de ensino. Apenas 3,5% nasceram em outros estados e 3,5% em outras mesorregiões do Rio Grande do Sul. Nas motivações para a escolha do curso, 111 egressos (10,5%) disseram que uma delas foi a possibilidade de estudar no município onde residia. No questionário também havia uma questão sobre o município de residência durante os estudos de ensino superior em que é possível perceber uma pequena mobilidade dos egressos entre as modalidades e as mesorregiões em relação à tabela da cidade de origem. Não é possível afirmar que os egressos continuam morando nos municípios onde estudaram depois de formados, mas é possível deduzir - 82,9% deles já trabalhavam durante a graduação e 50,7% deles não trocou de trabalho após a conclusão a formatura- que pelo menos uma parte deles se inseriu no mercado de trabalho daquela mesorregião contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Tabela 49: Cidade de origem geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mesorregião Metropolitana de POA	31	21,5%	53	35,1%	32	20,0%	116	25,4%
Mesorregião Nordeste	20	13,9%	12	7,9%	47	29,4%	79	17,3%
Mesorregião Noroeste	33	22,9%	52	34,4%	41	25,6%	126	27,6%
Mesorregião Centro Oriental	5	3,5%	13	8,6%	17	10,6%	35	7,7%
Mesorregião Sudoeste	49	34,0%	7	4,6%	11	6,9%	67	14,7%
Outras mesorregiões do RS	3	2,1%	8	5,3%	5	3,1%	16	3,5%
Outros estados	3	2,1%	6	4,0%	7	4,4%	16	3,5%
Perdidos							1	0,2%
Total	144	100,0%	151	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre as motivações para a escolha do curso superior os egressos poderiam escolher até três alternativas. No geral, os egressos escolheram como principais motivações a gratuidade do curso (28,5%), a identificação com o curso (18,7%) e a

possibilidade de estudar no município onde reside (10,5%). Para os licenciados a gratuidade do curso foi a principal motivação (23,4%), seguida da identificação com o curso (22,2%) e o fato de já trabalhar na área (14,8%). Para os bacharéis a gratuidade do curso também foi a principal motivação (30,7%), depois a identificação com o curso (24,2%) e as oportunidades de emprego na área (9,7%). Os tecnólogos também citaram a gratuidade do curso (30,8%) com uma das motivações para a escolha da formação no ensino superior, o curso ser noturno (13%) veio logo em seguida e após a possibilidade de estudar no município onde reside (12%).

Tabela 50: Motivações para a escolha do curso de formação no ensino superior (marque até 3 alternativas) (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Influência familiar	16	4,9%	27	8,0%	22	5,5%	65	6,1%
Oportunidade de emprego na área	19	5,9%	33	9,7%	27	6,8%	79	7,4%
Duração do curso	3	0,9%	1	0,3%	9	2,3%	13	1,2%
Gratuidade do curso	76	23,4%	104	30,7%	123	30,8%	303	28,5%
Influência de amigos	2	0,6%	1	0,3%	9	2,2%	12	1,1%
Influência de professores ou da escola de ensino médio	6	1,8%	3	0,9%	3	0,8%	12	1,1%
Já trabalhava na área	48	14,8%	13	3,8%	25	6,3%	86	8,1%
Para fazer concurso público	16	4,9%	13	3,8%	13	3,3%	42	4,0%
O curso ser noturno	18	5,5%	15	4,4%	52	13,0%	85	8,0%
Falta de outras opções que me interessassem	9	2,8%	8	2,4%	14	3,5%	31	2,9%
Identificação com o curso	72	22,2%	82	24,2%	45	11,3%	199	18,7%
Possibilidade de estudar no município que reside	31	9,5%	32	9,4%	48	12,0%	111	10,5%
Outras	9	2,8%	7	2,1%	9	2,2%	25	2,4%
Total	325	100,0%	339	100,0%	399	100,0%	1063	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação à afirmação “Percebo que o status da instituição que realizei o ensino superior foi importante para a minha inserção no mercado de trabalho” a média geral de concordância foi de 2,94. Os licenciados apresentaram a média de concordância mais alta (3,35). Através do teste ANOVA é possível verificar que existe diferença de percepção dos licenciados em relação aos bacharéis e tecnólogos com margem de erro de 0%. Sobre a afirmação “Tive que buscar cursos fora da minha instituição de ensino para complementar minha formação para o

mercado de trabalho” a média geral de concordância foi de 3,08. Os bacharéis apresentam a média de concordância mais alta (3,21).

A afirmação “durante o curso percebi que a instituição de ensino promoveu ações para auxiliar minha inserção profissional” mostrou média geral de concordância de 2,98. A média de concordância dos licenciados foi a mais alta (3,69). Existe diferença de percepção dos licenciados em relação aos bacharéis e tecnólogos com margem de erro de 0%.

Sobre a afirmação “O preparo para inserção profissional oferecido pela instituição de ensino é insuficiente”, a média geral de concordância foi de 2,68. A média de concordância dos bacharéis foi a mais alta (3,08). Há diferença significativa de percepção dos licenciados em relação aos tecnólogos e bacharéis com margem de erro de 0%.

Em relação à afirmação “Estar no ensino superior fez que eu começasse a frequentar lugares que antes não frequentava” mostrou média de concordância geral de 3,80. Sobre a afirmação “No ensino superior construí uma rede de relacionamentos/contatos que possivelmente não teria antes de entrar nesse nível de ensino” a média geral de concordância foi de 4,10. Sobre a afirmação “O ensino superior permitiu que eu conseguisse trabalhos que dificilmente conseguiria sem esse nível de ensino” a média geral de concordância foi de 3,65. Nestas três últimas afirmações a média de concordância mais alta foi a dos licenciados.

Em relação às declarações sobre ensino superior, os licenciados foram os que mais concordaram com as contribuições deste nível de ensino para sua inserção profissional. Já os bacharéis são os que mais concordaram que tiveram que buscar cursos fora da instituição e que o preparo para inserção oferecido é insuficiente.

Tabela 51: Ensino superior e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade (n=456).

Afirmações sobre as contribuições do ensino superior para a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
Percebo que o status da instituição que realizei o ensino superior foi importante para a minha inserção no mercado de trabalho	456	0	3,35	2,77	2,73	2,94
Tive que buscar cursos fora da minha instituição de ensino para complementar minha formação para o mercado de trabalho	456	0	2,90	3,21	3,12	3,08
Durante o curso percebi que a instituição de ensino promoveu ações para auxiliar minha inserção profissional	456	0	3,69	2,43	2,85	2,98
O preparo para inserção profissional oferecido pela instituição de ensino é insuficiente	456	0	2,10	3,08	2,83	2,68
Estar no ensino superior fez que eu começasse a frequentar lugares que antes não frequentava	456	0	3,99	3,76	3,66	3,80
No ensino superior construí uma rede de relacionamentos/contatos que possivelmente não teria antes de entrar nesse nível de ensino	456	0	4,24	4,02	4,04	4,10
O ensino superior permitiu que eu conseguisse trabalhos que dificilmente conseguiria sem esse nível de ensino	345	111	3,93	3,70	3,37	3,65

Fonte: elaborado pela autora.

Como mencionado anteriormente, nesta pesquisa, as respostas das questões 28 (cargo/função atual dos respondentes), 78 e 79 (sobre o trabalho dos pais aos 14 anos) foram classificadas em uma escala de 1 a 11, segundo Volkmer Martins (2016, p. 63 e 64) e foram inseridas as categorias não trabalha/do lar, não se aplica e outros. Para facilitar a análise após a coleta, optou-se por juntar a opção 8 com a opção 12 do questionário. Para melhor compreensão das tabelas a seguir, o quadro

7 traz o detalhamento de cada estrato ocupacional, após as adequações explicitadas.

Segundo IBGE (2018d, p. 87):

Independentemente da perspectiva teórica adotada, a comparação entre status ou classe ocupacional dos filhos em relação à situação dos pais revela como são redistribuídas as oportunidades de inserção na estrutura social a cada nova geração. Quanto menor for a coincidência entre a situação dos filhos em relação à dos pais, mais igualitária é a sociedade em termos de oportunidades, pois as características da origem familiar são menos determinantes na posição social alcançada.

Segundo dados da PNAD de 2014, a comparação entre a estrutura ocupacional de filhos com a dos seus pais, evidencia uma redução considerável dos estratos ligados à ocupação agrícola e uma mobilidade ascendente de 50,0%, especialmente destinada aos estratos ocupacionais inferiores (trabalhadores manuais e não manuais urbanos de baixa qualificação). Os 16,9% foi a porcentagem de mobilidade descendente, ou seja, quando o estrato ocupacional alcançado pelo filho tem status socioeconômico inferior ao do pai. O percentual restante dos filhos permaneceu no mesmo estrato que possuíam os seus pais, o que quer dizer que o Brasil apresentou 33,0% de imobilidade intergeracional (IBGE 2018d).

Ao serem questionados sobre qual era o trabalho dos pais deles, quando tinham 14 anos, 72,7% dos egressos da Uergs responderam que seus pais realizavam trabalhos que pertenciam aos status ocupacionais das classes populares (estrato 5 ao 11), onde se encontram os trabalhadores não manuais de baixa qualificação, pequenos proprietários, agricultores, pequenos proprietários rurais, trabalhadores manuais qualificados, semi e não qualificados. Dentre estes estratos os que apresentaram porcentagens mais significativas foram o estrato 7 (pequenos proprietários sem empregados, pequenos produtores rurais ou assalariados agrícolas) com 29,4%, seguido do estrato 10 (trabalhadores manuais semi e não qualificados) com 15,4%. Observa-se que na Uergs os achados corroboram com os resultados encontrados na PNAD 2014, em que há redução no estrato 7 de 29,4% dos pais para 5% dos filhos. Em relação à ocupação dos pais por modalidade, percebe-se diferença entre licenciados e os bacharéis e tecnólogos. Na modalidade licenciado existe uma porcentagem significativa (64,6%) espalhadas por 4 estratos: 22,2% no estrato 7, 16% no estrato 5 (trabalhadores não manuais de baixa qualificação), 14,6% no estrato 10 e 11,8% no estrato 8 (atendente de telemarketing,

frentista, caixa de supermercado, trabalhadores domésticos, etc.). Já nas modalidades bacharel e tecnólogo as maiores porcentagens se concentram em apenas 2 estratos. Os 31,5% dos pais dos bacharéis estão no estrato 7 e 14,5% no estrato 10, enquanto 33,7% dos pais dos tecnólogos estão no estrato 7 e 16,9% no estrato 10.

Em relação ao status ocupacional dos egressos, 36,1% dos egressos que trabalham pertencem aos status ocupacionais das classes populares (estrato 5 ao 10), onde se encontram os trabalhadores não manuais de baixa qualificação, pequenos proprietários, agricultores, pequenos proprietários rurais, trabalhadores manuais qualificados, semi e não qualificados. Isso é praticamente a metade da porcentagem dos pais que estavam nestes estratos. Observando com mais cautela verifica-se que destes 36,1%, 27,6% estão nos estratos 5 e 6 onde se encontram os trabalhadores que ocupam funções não manuais de baixa qualificação e os pequenos proprietários (inclusos aqui os autônomos).

Ainda em relação ao status ocupacional dos egressos, 47,4% estão nos estratos 3 e 4, status ocupacional das classes médias e trabalhos não manuais mais qualificados.

Comparando as modalidades percebe-se novamente que a licenciatura difere do bacharelado e da tecnologia. Os 70,1% dos egressos da licenciatura estão no estrato 4, enquanto 75,9% dos bacharéis e 74,2% dos tecnólogos se dividem entre os estratos 3,4 e 6.

Tabela 52: Estratos ocupacionais dos egressos e de seus pais quando eles tinham 14 anos de idade, geral e por modalidade (N=456).

Estratos ocupacionais	Egressos (N=398)*				Pais dos Egressos (N=456)			
	Licenciatura	Bacharelado	Tecnologia	Total	Licenciatura	Bacharelado	Tecnologia	Total
Estrato 1	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%	3,3%	0,6%	2,0%
Estrato 2	0,0%	1,6%	0,0%	0,4%	2,1%	2,6%	0,6%	1,8%
Estrato 3	7,9%	39,1%	33,6%	23,7%	4,9%	7,9%	4,4%	5,7%
Estrato 4	70,1%	7,0%	7,0%	23,7%	7,6%	7,9%	8,8%	8,1%
Estrato 5	12,6%	18,0%	24,5%	16,2%	16,0%	7,9%	4,4%	9,2%
Estrato 6	3,9%	18,8%	16,1%	11,4%	4,2%	4,6%	3,1%	3,9%
Estrato 7	0,8%	5,5%	10,5%	5,0%	22,2%	31,5%	33,7%	29,4%
Estrato 8	3,1%	1,6%	1,4%	1,8%	11,8%	6,6%	7,5%	8,6%
Estrato 9	0,0%	0,8%	4,2%	1,5%	3,5%	2,0%	7,5%	4,4%
Estrato 10	0,8%	0,0%	0,0%	0,2%	14,6%	14,5%	16,9%	15,4%
Estrato 11	0,0%	0,0%	0,0%	12,7%*	1,4%	1,3%	2,50%	1,80%
Estrato 12	0,8%	7,8%	2,8%	3,3%				
Estrato 13					9,7%	9,9%	10,0%	9,9%

*12,7% dos egressos que responderam a pesquisa disseram não estar trabalhando atualmente e por isso não tiveram acesso a esta questão, já que o próprio questionário direciona pelas respostas anteriores.

Fonte: elaborado pela autora.

Quando questionados sobre o trabalho da mãe aos 14 anos, os egressos responderam que 78,7% delas, assim como os pais, realizavam trabalhos que pertenciam aos status ocupacionais das classes populares (estrato 5 ao 11), onde se encontram os trabalhadores não manuais de baixa qualificação, pequenos proprietários, agricultores, pequenos proprietários rurais, trabalhadores manuais qualificados, semi e não qualificados. Deste percentual de 78,7%, 31,6% são de mães que não trabalhavam fora e se dedicavam aos cuidados com o lar (estrato 11) e 19,5% são de mães no estrato 7 (pequenos proprietários sem empregados, pequenos produtores rurais ou assalariados agrícolas).

Tabela 53: Estratos ocupacionais dos egressos e de suas mães quando eles tinham 14 anos de idade, geral e por modalidade (N=456).

Estratos ocupacionais	Egressos (N=398)*				Mães dos Egressos (N=456)			
	Licenciatura	Bacharelado	Tecnologia	Total	Licenciatura	Bacharelado	Tecnologia	Total
Estrato 1	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,2%
Estrato 2	0,0%	1,6%	0,0%	0,4%	1,4%	0,7%	0,6%	0,9%
Estrato 3	7,9%	39,1%	33,6%	23,7%	3,5%	5,9%	3,1%	4,2%
Estrato 4	70,1%	7,0%	7,0%	23,7%	9,7%	15,1%	12,5%	12,5%
Estrato 5	12,6%	18,0%	24,5%	16,2%	6,3%	7,2%	5,0%	6,1%
Estrato 6	3,9%	18,8%	16,1%	11,4%	0,0%	4,6%	1,9%	2,2%
Estrato 7	0,8%	5,5%	10,5%	5,0%	9,7%	23,1%	25,0%	19,5%
Estrato 8	3,1%	1,6%	1,4%	1,8%	12,5%	10,5%	8,8%	10,5%
Estrato 9	0,0%	0,8%	4,2%	1,5%	1,4%	0,0%	0,6%	0,7%
Estrato 10	0,8%	0,0%	0,0%	0,2%	11,1%	5,3%	8,1%	8,1%
Estrato 11	0,0%	0,0%	0,0%	12,7%*	41,7%	23,0%	30,6%	31,6%
Estrato 12	0,8%	7,8%	2,8%	3,3%				
Estrato 13					2,8%	3,9%	3,8%	3,5%

*12,7% dos egressos que responderam a pesquisa disseram não estar trabalhando atualmente e por isso não tiveram acesso a esta questão, já que o próprio questionário direciona pelas respostas anteriores.

Fonte: elaborado pela autora.

Através desta análise intergeracional é possível verificar, em linhas gerais, que houve uma mobilidade ascendente entre o status ocupacional do pai e da mãe em relação ao status ocupacional do filho. Esta mobilidade é de curta distância, pois os pais tinham trabalhos típicos de classes populares e os filhos passam a ter trabalhos típicos de classe média. Para que houvesse uma mobilidade de longa distância os filhos precisariam estar nos estratos 1 e 2 onde encontram-se os trabalhos típicos das classes superiores.

4.2.6 Mobilidade educacional e rebaixamento dos diplomas

Os dados de mobilidade educacional da PNAD de 2014 evidenciam a expansão educacional dos últimos anos, na medida em que o nível de instrução dos filhos é consideravelmente superior ao dos pais, totalizando uma mobilidade ascendente de 68,9% (IBGE, 2018d).

A tabela 53 mostra o nível de instrução das mães e pais dos egressos da Uergs. No geral as mães estudaram mais que os pais. Conforme dados do IBGE (2018d), as mulheres estão mais escolarizadas que os homens.

As mães dos egressos bacharéis são as que têm o nível maior de instrução, 23% delas concluíram o ensino médio, 7,2% interromperam o ensino superior 13,8% concluíram o ensino superior e 7,9% tem pós-graduação (especialização ou mestrado).

No geral, 53,1% das mães têm ensino fundamental (incompleto ou completo), 21,9% (tem ensino médio incompleto ou completo), 15,6% têm ensino superior (incompleto ou completo) e 7,2% têm pós-graduação (especialização ou mestrado). No caso dos pais, 55,9% têm ensino fundamental (incompleto ou completo), 23,9% (tem ensino médio incompleto ou completo), 12,5% têm ensino superior (incompleto ou completo) e 2,9% têm pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

A partir destes dados é possível perceber que mais de 50% dos egressos são filhos de pais (um ou ambos) com no máximo ensino fundamental completo e chegaram até o ensino superior. Dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que dos estudantes que participaram do Enade¹¹ em 2015, 33,8% deles foram os primeiros na família a concluir o Ensino Superior.

¹¹ Áreas dos cursos avaliados no Enade 2015: bacharelados nas áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins; eixos tecnológicos em gestão e negócios, apoio escolar, hospitalidade e lazer, produção cultural e design.

Tabela 54: Nível de instrução das mães e dos pais dos egressos geral e por modalidade (N=456).

Nível de Instrução	Mães dos Egressos (N=456)				Pais dos Egressos (N=456)			
	Licenciatura	Bacharelado	Tecnologia	Total	Licenciatura	Bacharelado	Tecnologia	Total
Nenhum	2,8%	1,3%	1,3%	1,8%	3,5%	2,0%	1,9%	2,4%
Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)	32,6%	27,6%	35,2%	31,8%	36,1%	31,6%	41,9%	36,6%
Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)	21,5%	17,8%	24,5%	21,3%	19,4%	19,1%	19,4%	19,3%
Ensino Médio incompleto	5,6%	1,3%	4,4%	3,7%	11,8%	3,3%	6,3%	7,0%
Ensino Médio completo	17,4%	23,0%	14,5%	18,2%	17,4%	18,4%	15,0%	16,9%
Ensino Superior incompleto	5,6%	7,2%	3,8%	5,5%	2,8%	5,9%	4,4%	4,4%
Ensino Superior – cursando	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,7%	1,9%	1,1%
Ensino Superior – completo	7,6%	13,8%	8,8%	10,1%	4,2%	11,8%	5,0%	7,0%
Pós-Graduação – especialização	6,3%	5,9%	6,3%	6,1%	0,7%	2,6%	1,9%	1,8%
Pós-Graduação – mestrado	0,7%	2,0%	0,6%	1,1%	0,7%	1,3%	0,6%	0,9%
Pós-Graduação – doutorado	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,2%
Não se aplica/sem condições de responder	0,0%	0,0%	0,6%	0,2%	2,1%	3,3%	1,9%	2,4%
Perdidos				0,2%				0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Ao comparar o nível de instrução dos pais em relação à idade dos filhos egressos, pode-se perceber que filhos até 35 anos de idade possuem pais mais escolarizados. Nos níveis de instrução do ensino fundamental (completo e incompleto), por exemplo, estão 73,6% de mães e 69,6% de pais de egressos com mais de 36 anos e 41,3% de mães e 41,9% de pais de egressos com até 30 anos. Os pais de filhos com até 35 anos de idade apresentam maiores porcentagens de ensino médio e ensino superior.

Tabela 55: Nível de instrução das mães e pais dos egressos em relação à idade dos filhos (N=456).

Nível de Instrução	Mães dos Egressos (N=456)			Pais dos Egressos (N=456)		
	Até 30 anos	31 a 35 anos	mais de 36 anos	Até 30 anos	31 a 35 anos	mais de 36 anos
Nenhum	0,6%	2,2%	2,6%	2,4%	1,5%	3,3%
Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)	22,7%	26,9%	46,4%	24,5%	36,3%	49,7%
Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)	18,6%	18,7%	27,2%	17,4%	21,5%	19,9%
Ensino Médio incompleto	2,4%	5,2%	4,0%	7,2%	5,2%	8,6%
Ensino Médio completo	22,7%	22,4%	9,8%	22,2%	17,0%	10,5%
Ensino Superior incompleto	7,8%	7,5%	0,7%	6,5%	5,2%	1,3%
Ensino Superior – cursando	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	0,7%	0,7%
Ensino Superior – completo	13,8%	11,2%	5,3%	10,2%	9,7%	1,3%
Pós-Graduação – especialização	9,6%	5,2%	2,6%	4,2%	0,0%	0,7%
Pós-Graduação – mestrado	1,8%	0,7%	0,7%	1,2%	1,5%	0,0%
Pós-Graduação – doutorado	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%
Não se aplica/sem condições de responder	0,0%	0,0%	0,7%	2,4%	0,7%	4,0%
Perdidos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Na Uergs 82,7% dos filhos têm nível de instrução maior que o de suas mães e 90,1% dos filhos têm nível de instrução maior que o de seus pais. A mobilidade educacional ascendente é visível e ocorre de forma mais rápida que a ocupacional. Cursar o ensino superior é mais acessível para esta geração do que foi para seus pais.

A reserva de vagas no ensino superior tornou-se obrigatória nas IES públicas a partir de 2012 com a Lei Federal nº 12.711, mas antes disso muitas Instituições já adotavam esta política, inclusive a Uergs. Conforme Silva e Silva (2012), em um levantamento feito em janeiro de 2009, antes da lei, 51 instituições no Brasil adotavam ações afirmativas, entre universidades estaduais e federais, faculdades, centros universitários e centro federal de educação tecnológica - Cefets. Segundo Heringer e Honorato (2014), em 2014, após a lei, 98 instituições de ensino superior públicas adotavam algum tipo de ação afirmativa.

Sabe-se que não são fáceis as condições de permanência do cotista nas Universidades brasileiras, como destacam Bezerra e Gurgel (2012). De um lado, estas instituições não oferecem muitas formas de acolhimento aos estudantes; do outro, grande parte destes alunos não possui condições de sobreviver a um curso acadêmico, seja pelo alto custo, transporte, aquisição de material didático, o curso ser diurno e não ser possível conciliar com o trabalho. Segundo os autores, esses

são alguns motivos que justificam as chances de uma evasão. Em relação à reserva de vagas, 30% dos egressos disseram ter ingressado por elas.

Tabela 56: Ingresso por reserva de vagas geral e por modalidade (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem reserva de vagas/Ampla concorrência	98	68,1%	103	67,8%	118	73,8%	319	70,0%
Economicamente hipossuficiente (baixa renda)	45	31,2%	47	30,9%	41	25,6%	133	29,1%
Pessoa com deficiência	1	0,7%	2	1,3%	1	0,6%	4	0,9%
Total	144	100,0%	152	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre a política de bolsas, as autoras Heringer e Honorato (2014, p.326) destacam que neste conjunto de políticas encontram-se “tanto ações relacionadas à permanência (bolsas de extensão, iniciação científica, monitoria, apoio pedagógico e intercâmbio) quanto ações relacionadas com a assistência (ajuda financeira, moradia, alimentação, transporte, creche e assistência médica)”.

Sobre a importância das políticas de permanência, as autoras afirmam que estudantes menos privilegiados, que não podem contar com a família ou contam com pouco apoio durante uma escolarização prolongada, acabam tendo que criar suas próprias práticas e estratégias ou contar com eventuais mecanismos institucionais de apoio a sua permanência (HERINGER e HONORATO, 2014).

Os 40,4% dos egressos que responderam a pesquisa possuíam algum tipo de bolsa durante o ensino superior. Em todas as modalidades de curso, o tipo de bolsa que prevaleceu entre os respondentes foi a de pesquisa. Na licenciatura, no campo outros tipos, apareceram principalmente as bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) que não estava entre as opções. A licenciatura foi a modalidade em que os egressos respondentes mais possuíam bolsas durante o curso superior com 52,8%, seguido da modalidade bacharelado com 42,1% e por último a modalidade superior de tecnologia com apenas 27,5%.

Tabela 57: Bolsa durante o ensino superior por modalidade e geral (N=456).

Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	68	47,2%	88	57,9%	116	72,5%	272	59,6%
Sim, bolsa prodiscência (auxílio permanência)	16	11,1%	16	10,5%	11	6,9%	43	9,4%
Sim, bolsa de monitoria	15	10,4%	8	5,3%	10	6,3%	33	7,2%
Sim, bolsa de extensão	13	9,0%	4	2,6%	5	3,1%	22	4,8%
Sim, bolsa de pesquisa	20	13,9%	31	20,4%	16	10,0%	67	14,7%
Outras	12	8,3%	5	3,3%	2	1,3%	19	4,2%
Total	144	100,0%	152	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

A média geral de concordância para a afirmação “As políticas de bolsas da universidade foram importantes para que eu pudesse cursar o ensino superior” foi de 2,69, em uma escala de 1 a 5, sendo maior para os egressos da licenciatura (média 3,10), que foram os que mais possuíram bolsas durante o ensino superior entre as 3 modalidades (52,8%). Através do teste ANOVA verifica-se aqui que existe diferença de percepção dos licenciados em relação aos bacharéis e tecnólogos com margem de erro de 1%. 118 egressos afirmaram não ter condições de opinar ou a afirmativa não se aplica ao caso deles. A média geral de concordância para a afirmação “A política de reserva de vagas foi importante para que eu tivesse acesso ao ensino superior” foi de 2,33, sendo maior para os egressos do bacharelado (2,53) dos quais 30,9% ingressaram como alunos de baixa renda.

Tabela 58: Política de bolsas e reserva de vagas por modalidade e geral (N=456).

Afirmações sobre as contribuições do ensino superior para a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
As políticas de bolsas da universidade foram importantes para que eu pudesse cursar o ensino superior	338	118	3,10	2,60	2,42	2,69
A política de reserva de vagas foi importante para que eu tivesse acesso ao ensino superior	328	128	2,30	2,53	2,16	2,33

Fonte: elaborado pela autora.

Se por um lado nota-se um avanço nos postos de trabalho e no nível de formação, por outro percebe-se um processo de rebaixamento dos diplomados, como pode-se observar na tabela 58.

Na afirmação “Ocupo uma vaga de emprego inferior ao meu nível de qualificação” a média geral de concordância foi de 2,71. Os tecnólogos são os que apresentam maior média de concordância (3,12) e os licenciados a menor (2,16). A percepção dos licenciados difere da percepção dos bacharéis e tecnólogos com margem de erro de 0%. A afirmação “Recebo remuneração inferior ao meu nível de qualificação” a média geral de concordância foi de 3,30. As médias entre as modalidades estão próximas, o que faz com que mostra percepções entre os egressos sejam similares.

Sobre a afirmação “Uma pessoa com menos qualificação que eu poderia realizar as atividades que desempenho na organização/empresa”, a média geral foi de 2,58. A menor média de concordância foi dos licenciados (1,93) e a maior dos bacharéis (2,98). A percepção dos licenciados difere da dos bacharéis e dos tecnólogos com margem de erro de 0%.

Tabela 59: Rebaixamento dos diplomados e inserção profissional dos egressos geral e por modalidade (N=456).

Afirmarões sobre rebaixamento dos diplomados (<i>déclassement</i>) e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Perdidos - Não estão trabalhando atualmente	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
Ocupo uma vaga de emprego inferior ao meu nível de qualificação	322	58	76	2,16	2,82	3,12	2,71
Recebo remuneração inferior ao meu nível de qualificação	398	58	0	3,20	3,23	3,44	3,30
Uma pessoa com menos qualificação que eu poderia realizar as atividades que desempenho na organização/empresa	335	58	63	1,93	2,98	2,80	2,58
Sinto que com a minha idade meus pais tinham um trabalho melhor que o meu	398	58	0	1,84	1,81	1,83	1,83

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação ao rebaixamento intergeracional os egressos responderam a seguinte afirmação “Sinto que com a minha idade meus pais tinham um trabalho melhor que o meu”. A média geral de concordância foi de 1,83. Não há diferenças significativas entre as modalidades.

Os egressos não sentem que os trabalhos dos seus pais possuíam quando tinham sua idade era melhor do que os que eles têm hoje, porém percebem que recebem remuneração inferior ao seu nível de qualificação. Eles estudaram mais e esperavam mais. Isso é efeito do rebaixamento social e econômico dos diplomas.

Nas questões a seguir sobre vagas de trabalho e remuneração nas diferentes modalidades percebe-se um número elevado de respondentes (variam de 39,9% a 47,5%) que disseram não ter em condições de opinar.

Em relação às afirmações “Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para bacharéis/tecnólogos/licenciados são para tarefas inferiores a sua qualificação”, em cada uma delas a modalidade citada na afirmação foi a que apresentou maior média de concordância, exceto na afirmação da modalidade licenciatura onde a maior média de concordância foi dos tecnólogos (3,27) seguidos dos bacharéis (3,01).

Tabela 60: Vagas de trabalho nas diferentes modalidades de curso e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade (N=456).

Afirmarões sobre as vagas de trabalho nas diferentes modalidades e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para bacharéis são para tarefas inferiores a sua qualificação	274	182	2,90	3,55	3,06	3,23
Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para tecnólogos são para tarefas inferiores a sua qualificação	256	200	2,89	3,14	3,65	3,35
Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para licenciados são para tarefas inferiores a sua qualificação	257	199	2,69	3,01	3,27	2,99

Fonte: elaborado pela autora.

Nas afirmações seguintes sobre remuneração “Percebo que a remuneração paga para bacharéis/tecnólogos/licenciados é inferior ao nível de qualificação que possuem”, as percepções foram distribuídas da mesma forma que nas anteriores sobre vaga de trabalho. A modalidade citada na afirmação foi a que apresentou maior média de concordância, exceto licenciatura onde a maior média de concordância foi dos bacharéis (3,83).

Tabela 61: Remuneração nas diferentes modalidades de curso e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade (N=456).

Afirmações sobre remuneração nas diferentes modalidades e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
Percebo que a remuneração paga para bacharéis é inferior ao nível de qualificação que possuem	271	185	3,19	3,95	3,27	3,54
Percebo que a remuneração paga para tecnólogos é inferior ao nível de qualificação que possuem	259	197	3,18	3,63	3,95	3,69
Percebo que a remuneração paga para licenciados é inferior ao nível de qualificação que possuem	279	177	3,76	3,83	3,52	3,70

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre as afirmações “Percebo que a remuneração para bacharéis no mercado de trabalho é superior a paga para tecnólogos” e “Percebo que a remuneração para bacharéis no mercado de trabalho é superior a paga para licenciados” a maior média de concordância para as duas afirmações foi dos tecnólogos (4,15 e 3,78 respectivamente).

Tabela 62: Remuneração nas diferentes modalidades de curso e a inserção profissional dos egressos geral e por modalidade (N=456).

Afirmações sobre remuneração nas diferentes modalidades e a inserção dos egressos no mercado de trabalho	N válidos	Sem condições de opinar/não se aplica	Média licenciatura	Média bacharelado	Média tecnologia	Média geral
Percebo que a remuneração para bacharéis no mercado de trabalho é superior a paga para tecnólogos	262	194	3,67	3,62	4,15	3,87
Percebo que a remuneração para bacharéis no mercado de trabalho é superior a paga para licenciados	239	217	3,52	3,61	3,78	3,64

Fonte: elaborado pela autora.

A modalidade de egressos que mais percebe o rebaixamento social é a dos tecnólogos, apesar de ser um fenômeno que atinge todas elas. Outro dado importante é se os egressos precisaram continuar se qualificando para entrar ou se manter no mercado de trabalho. Apenas 14% disseram que não precisaram mais se qualificar. Os 26,3% dos egressos tecnólogos iniciaram outro curso superior, 56,3% dos licenciados iniciaram um curso de especialização e 30,5% dos bacharéis iniciaram um mestrado/doutorado. Pode-se observar na tabela 61 a diferença entre as modalidades e os diferentes caminhos acadêmicos percorridos por seus egressos.

Tabela 63: Continuação dos estudos após conclusão do ensino superior geral e por modalidade (N=456).

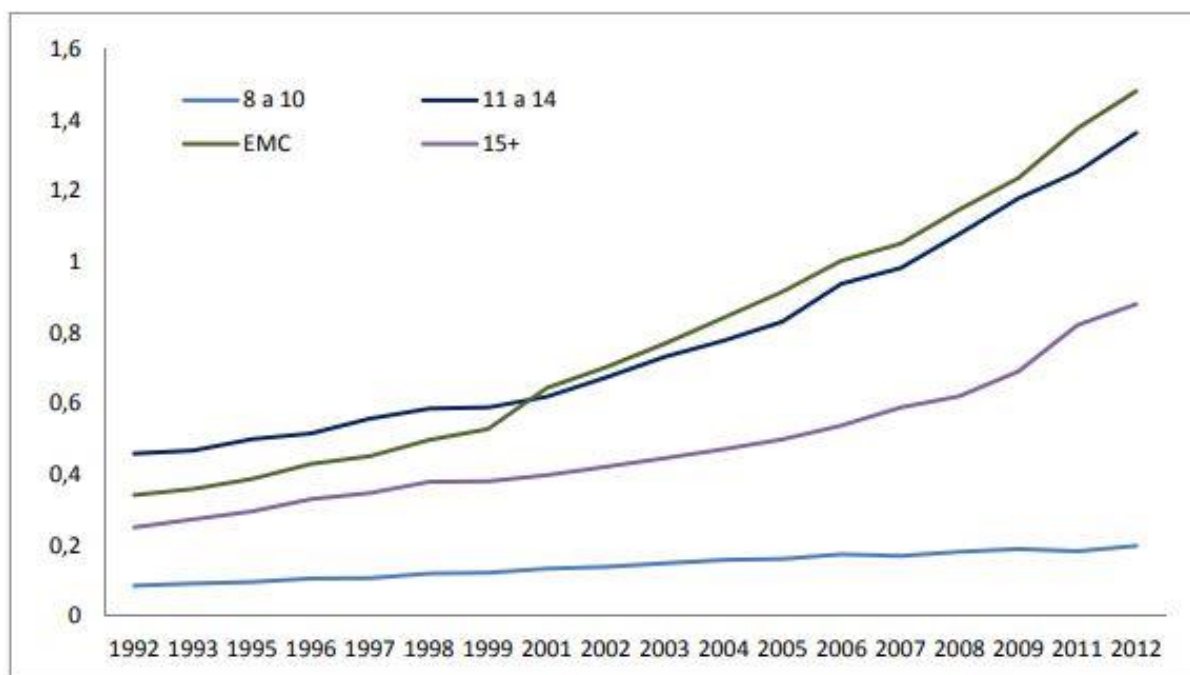
Frequência	Licenciatura		Bacharelado		Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não precisou mais estudar	17	11,8%	22	14,6%	25	15,6%	64	14,0%
Fez somente cursos de capacitação oferecidos pela organização/empresa	12	8,3%	10	6,6%	13	8,1%	35	7,7%
Iniciou outro curso superior	8	5,6%	11	7,3%	42	26,3%	61	13,4%
Iniciou uma pós-graduação (especialização)	81	56,3%	48	31,8%	54	33,8%	183	40,1%
Iniciou uma pós-graduação (mestrado/doutorado)	15	10,4%	46	30,5%	17	10,6%	78	17,1%
Outros	11	7,6%	14	9,3%	9	5,6%	34	7,5%
Perdidos							1	0,2%
Total	144	100,0%	151	100,0%	160	100,0%	456	100,0%

Fonte: elaborado pela autora.

Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) analisaram dados do PNAD do IBGE das duas últimas décadas (1992 – 2012) e observaram que há um aumento da escolaridade da força de trabalho brasileira, e que ao mesmo tempo o retorno salarial desta qualificação vem diminuindo, ou seja, o aumento da oferta de profissionais mais qualificados fez a média salarial baixar (IPEA, 2013).

O gráfico 18 exibe a evolução dos grupos de trabalhadores por anos de estudo: fundamental completo e médio incompleto (8 a 10 anos de estudo) ensino médio completo (EMC), algum ensino superior (11 a 14 anos) e ensino superior completo ou mais (15 ou mais anos de estudo). Durante o período analisado há uma expansão da qualificação dos trabalhadores, especialmente nos grupos com ensino médio completo (EMC) e algum ensino superior (11 a 14). A partir dos anos 2000, principalmente na segunda metade desta década o grupo dos trabalhadores com ensino superior completo ou mais começa a crescer (IPEA, 2013).

Gráfico 18: Oferta relativa de mão de obra por diferentes níveis de qualificação.

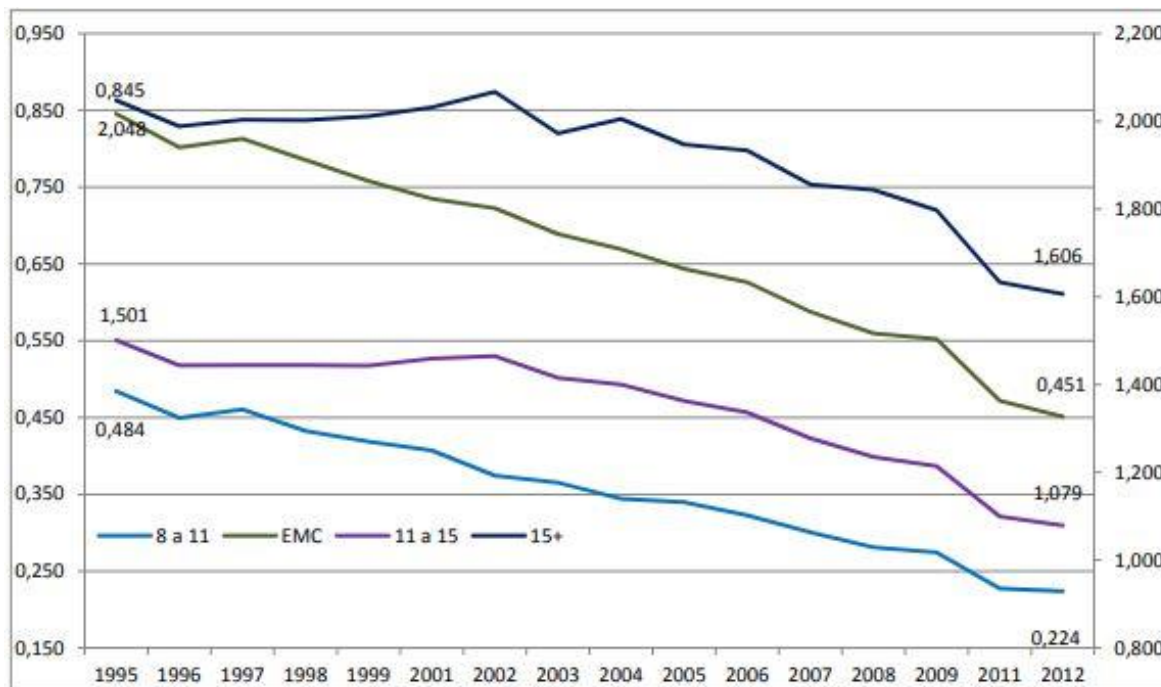


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

No gráfico 19, podem ser observados os retornos desta escolaridade para cada grupo de trabalhadores. Os grupos com maior qualificação apresentam retornos decrescentes em relação aos trabalhadores menos qualificados. Os trabalhadores com ensino superior completo ou mais passam a ter um retorno sobre

a qualificação (salário) menor justamente quando mais egressos passam a integrar o mercado de trabalho (IPEA, 2013).

Gráfico 19: Retorno (salário) por nível de escolaridade.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Neste capítulo foram apresentados os resultados das duas etapas da pesquisa. Os resultados da etapa exploratória foram organizados em histórico da Uergs e dados secundários. Esta etapa foi importante para conhecer o local escolhido para coleta e entender em que contexto ela está inserida. Através da análise dos dados secundários foi possível compreender os elementos que influenciaram no ingresso e permanência dos alunos. Os resultados da etapa descritiva quantitativa foram organizados em 6 grupos para facilitar a análise. São eles: caracterização da amostra, contexto econômico, trabalho atual, inserção qualificante e não qualificante, mobilidade ocupacional intergeracional e mobilidade educacional e rebaixamento de diplomas. Fica claro neste trabalho que o tipo de diploma (modalidade, área e mesorregião) influencia no retorno financeiro e social no mercado de trabalho. Os egressos da Uergs apresentam características de inserção profissional qualificante. Existe mobilidade ascendente entre o status ocupacional do pai e da mãe em relação ao status ocupacional do filho. A mobilidade educacional entre pais e filhos é ascendente e ocorre de forma mais rápida que a ocupacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desta pesquisa mostra-se relevante por lançar pistas sobre o processo de inserção no mercado de trabalho dos egressos do ensino superior, acompanhamento que apesar de ser solicitado pelo MEC não tem sido foco de atenção de muitas instituições.

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar e analisar os elementos que interferem na inserção profissional dos egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, diante da expansão e diversificação do ensino superior, das mudanças no mercado de trabalho e do contexto sócio-econômico do Estado e do País.

Para subsidiar a discussão teórica foi realizado um levantamento bibliográfico a fim de compreender o ensino superior, a formação, o mercado de trabalho e a inserção profissional.

Optou-se por uma pesquisa quantitativa e com amostra representativa para que os resultados encontrados pudessem representar o todo.

A fase exploratória teve como objetivo conhecer a história da Uergs e levantar e sistematizar dados secundários que serviram de base para a criação do instrumento de coleta de dados e definição dos critérios da amostra.

Na fase descritiva quantitativa foi identificado o perfil da amostra e os elementos que interferem na inserção foram analisados nas diferentes modalidades.

O conceito de inserção que foi utilizado neste estudo não é apenas a obtenção de um emprego, e sim uma inserção profissional qualificada e socialmente reconhecida e valorizada. Rocha-de-Oliveira (2012) apresenta em seus estudos uma série de elementos que permeiam este processo e que serviram de base teórica para esta pesquisa.

A expansão e diversificação do ensino superior trouxeram consigo grandes ganhos para a população e também, como qualquer outro fenômeno social, consequências não tão positivas. A sociedade está cada vez mais escolarizada, mas o rebaixamento de diplomados – *déclassement* – (PEUGNY, 2014), que aconteceu na França e também em Portugal na década de 1970, nos permite refletir sobre o que acontece hoje no Brasil, mostrando que a inserção não é um fato alheio ao contexto social.

O mercado de trabalho também passou por transformações nas últimas décadas. A reestruturação produtiva e políticas macroeconômicas colaboraram para o surgimento de modalidades atípicas de trabalho. Associado a isso os trabalhadores vivenciaram ciclos de grande crescimento e crise na economia.

Os indivíduos fazem parte e são influenciados o tempo todo, mesmo que não percebam, por elementos sócio-históricos, institucionais e individuais sobre os quais não tem nenhum controle. A meritocracia é apenas uma variável no meio deste grande contexto permeado por elementos muitas vezes invisíveis.

A teoria do capital humano associa o investimento em educação/qualificação a um retorno em forma de melhores salários, mas esta premissa já está em descrédito. O ensino superior é cada vez mais necessário, porém sozinho não garante uma boa inserção. Como as pessoas estudam mais é natural que haja uma expectativa maior por uma boa inserção no mercado de trabalho.

A IES escolhida para realizar a pesquisa foi a Uergs, criada em 2001, com o foco na inclusão social e no desenvolvimento socioeconômico local e regional. Presente em 24 municípios gaúchos e 5 mesorregiões do Estado, os primeiros cursos ofertados foram de licenciatura e bacharelado. Em 2004, parte destes cursos foi substituída por cursos superiores de tecnologia. Em 2013 a Universidade optou novamente por oferecer somente cursos de licenciatura e bacharelado.

A sistematização de dados dos ingressantes, matriculados e egressos, desde o início de suas atividades em 2002 até 2017, mostrou que a Uergs foi diversas vezes afetada por elementos sócio-históricos e institucionais. A falta de docentes desde o ano de 2007, quando foram extintos os contratos temporários sem a reposição total das vagas; a interferência direta do governo até o ano de 2010, quando aconteceu a primeira eleição para Reitor; a alta rotatividade de docente até a implementação do plano de carreira em 2012; a transição do vestibular para o SISU entre os anos de 2010 a 2013 e falta de regularidade na oferta de cursos, foram fatores que influenciaram o ingresso e permanência dos alunos.

A partir da teoria estudada e dos dados encontrados na etapa exploratória foi elaborado um questionário *on line*, que foi respondido por 456 egressos das mais diversas modalidades, áreas e mesorregiões do Estado.

Os dados encontrados mostraram que houve uma participação de 33,6% de egressos dos primeiros cursos da Uergs. Profissionais que se formaram e estão no mercado de trabalho a mais de 10 anos.

Os egressos da Uergs ingressaram cedo no mercado de trabalho (74,4% ingressaram até os 20 anos de idade) e conciliaram estudo e trabalho durante o ensino superior (82,9%), indo de encontro aos achados nos estudos de Hasenbalg (2003) e Corrochano (2013) que afirmam que no Brasil, em geral, as primeiras inserções não estão ligadas a formação.

Sobre os respondentes a média de idade é de 34 anos, 62,1% são mulheres, 88,2% são brancos, 44,3% ingressaram no ensino superior até os 20 anos de idade,

Em linhas gerais, os licenciados e os tecnólogos ingressaram mais cedo no mercado de trabalho, mais tarde no ensino superior, se sustentavam ou colaboravam com o sustento da família durante os estudos e estão concentrados nas faixas mais baixas de renda. Já os bacharéis ingressaram mais cedo no ensino superior, mais tarde no mercado de trabalho, foram sustentados total ou parcialmente pela família durante os estudos e estão concentrados nas faixas de renda mais altas.

Fica claro neste trabalho que o tipo de diploma (modalidade, área e mesorregião) influencia no retorno financeiro e social no mercado de trabalho.

Os egressos da modalidade bacharelado, da área das exatas e engenharias e da mesorregião metropolitana de Porto Alegre são os que se concentram nas maiores faixas salariais. Já os egressos dos cursos de tecnologia, área da vida e meio ambiente e mesorregiões Nordeste, Noroeste e Sudoeste são os que estão aparecem nas menores faixas.

Infelizmente, os resultados desta pesquisa mostram que as diferenças de gênero ainda são muito fortes. Mesmo tendo o mesmo nível educacional dos homens, as egressas se concentram nos estratos ocupacionais inferiores e nas faixas salariais mais baixas.

Em relação aos contextos econômicos, os bacharéis foram os que mais concordaram que os períodos de expansão e crise influenciaram na inserção deles. Os tecnólogos são os que mais concordam que as atividades econômicas preponderante nos municípios onde eles trabalham influenciou na inserção profissional deles.

Sobre o trabalho atual dos egressos, dos 398 que estão trabalhando atualmente 70,1% dizem estar satisfeitos com ele. Os bacharéis foram os que mais demoraram a conseguir trabalho após formados. No geral, 57,2% dos egressos não ficaram nenhum mês sem trabalho, após concluírem seus cursos. Em relação ao

estrato ocupacional atual, 47,4% estão em estratos de classe média e trabalhos não manuais de rotina de grau superior.

Os 72,8% dos egressos estão vinculados a alguma organização/empresa. Um dado que chama bastante a atenção é o fato de 33,6% de a amostra ser de funcionários públicos concursados (53,6% licenciados, 33,7% bacharéis e 29,4% tecnólogos).

Os egressos da Uergs apresentam características de inserção profissional qualificante, segundo Cordeiro (2002): 62,9% afirmam ter algum tipo de plano de qualificação na organização/empresa, 68% têm contratos de trabalho estáveis (por tempo indeterminado), 33,6% são servidores públicos concursados e 27,9% trabalham em empresas privadas com carteira assinada, 67,8% estão contribuindo para a previdência social e de forma geral os egressos possuem autonomia em seus atuais trabalhos.

Segundo as percepções dos egressos sobre processos seletivos, os tecnólogos se sentem mais discriminados em relação às outras modalidades de curso. Eles também sentem mais as diferenças de políticas de valorização dos recursos humanos dentro das empresas.

Os amigos mais próximos, familiares e a rede de contatos construída no ensino superior ajudaram mais os egressos na inserção profissional que agências de emprego e estágio, corroborando com os estudos de Guimarães (2008).

Essa primeira geração das famílias que chega ao ensino superior e conclui vive em um contexto muito diferente daquele vivido por gerações anteriores. Os avós de um jovem egresso viveram em uma geração (1960) em que o Brasil tinha apenas 93.902 pessoas cursando o ensino superior. Os pais deste mesmo jovem egresso viveram em uma geração (1980) onde 1.345.000 pessoas conseguiam cursar este nível de ensino. O jovem egresso entrou para Universidade na década que começou (anos 2000) com 3.000.000 de matriculados no ensino superior e tem hoje mais 8.000.000. São mais de 1.000.000 de novos egressos do ensino superior no mercado de trabalho todos os anos (VOLKMER MARTINS, 2016 e INEP, 2016). Esta expansão parece ter influenciado no valor social e econômico dos diplomas.

A modalidade que mais percebe o rebaixamento social e econômico dos diplomas é dos tecnólogos, apesar de ser um fenômeno que atinge todas as modalidades. Os dados mostram que os egressos continuam estudando, após a conclusão do ensino superior (57,2%), mas os caminhos acadêmicos são diferentes

para cada modalidade: 26,3% dos egressos tecnólogos iniciaram outro curso superior, 56,3% dos licenciados iniciaram um curso de especialização e 30,5% dos bacharéis iniciou um mestrado.

A análise intergeracional ocupacional mostrou que houve uma mobilidade ascendente entre o status ocupacional do pai e da mãe em relação ao status ocupacional do filho. Esta mobilidade foi de curta distância, pois os pais tinham trabalhos típicos de classes populares e os filhos passaram a ter trabalhos típicos de classe média.

Sobre a mobilidade educacional, os números mostraram que mais de 50% dos egressos são filhos de pais (um ou ambos) com no máximo nível fundamental completo. Considerando que os egressos têm nível superior completo, 82,7% deles têm nível de instrução maior que os de suas mães e 90,1% maior que o de seus pais. A mobilidade educacional ascendente é visível e ocorre de forma mais rápida que a ocupacional.

A Universidade aparece como oportunidade de ascensão social e econômica para esta primeira geração de egressos das famílias. Os licenciados são os que mais concordam com as contribuições do ensino superior enquanto nível de ensino para a inserção deles. Sobre a formação recebida no nível superior e o crescimento na organização/empresa, os licenciados e os bacharéis percebem maior crescimento em seus locais de trabalho que os tecnólogos.

Os 92,8% dos egressos que responderam a pesquisa nasceram em uma das 5 mesorregiões onde a Uergs tem suas Unidades. Não é possível afirmar que eles continuam morando nos municípios onde estudaram depois de formados, mas os dados nos levam a deduzir que grande parte se inseriu no mercado de trabalho daquelas mesorregiões, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Infelizmente, o acompanhamento dos egressos por parte da Instituição ainda é muito raro. As IES que não utilizam esta estratégia institucional perdem a oportunidade de obter sugestões de mudanças necessárias em seus currículos e processos de ensino-aprendizagem, interesses por parte de egressos para cursos de pós-graduação e também informações quanto às necessidades do mercado de trabalho (MICHELAN *et. al.*, 2009 e ANDRIOLA, 2014).

Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012) vão ainda mais longe e sugerem que estes dados sejam sistematizados nacionalmente, sendo assim, poderia se

identificar, por exemplo, a demanda de profissionais em cada área de atuação e o número de formados, permitindo o monitoramento da capacidade do mercado de absorver estes egressos.

Diante da carência de estudos sobre a inserção dos egressos do ensino superior nas diferentes modalidades, espera-se com esta pesquisa ter colaborado para despertar o interesse das IES para formulação de políticas de acompanhamento dos seus estudantes após a formatura, além de fornecer informações que poderão embasar outros estudos.

Esta pesquisa quantitativa proporcionou uma grande quantidade de dados para análise. Várias limitações em relação ao questionário e a coleta de dados já foram mencionadas. Outra grande limitação foi o tempo. Como a dissertação tem prazo para ser concluída, muitas análises não puderam ser feitas e ficarão como sugestões para estudos futuros.

Apesar de o estudo contemplar uma amostra de egressos bem diversificados, o fato de estudar os egressos de apenas uma Instituição de Ensino Superior também pode ser visto como outra limitação.

Como sugestões para estudos futuros, com os dados já coletados, podem-se: analisar os elementos que interferem na inserção por área e mesorregião; comparar informações de dois grupos de egressos - os que se formaram entre 2006 a 2008 (já estão no mercado de trabalho a 10 ou mais anos) com os que se formaram mais recentemente - para verificar, se as inserções foram mais ou menos qualificantes; realizar testes estatísticos mais complexos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Natália. **Inserção Profissional de Jovens : do problema social ao objecto sociológico.** 2007. Disponível em <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-02.htm>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 54, p. 203-219, out./dez. 2014. Editora UFPR

ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016.** Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

BALTAR, Paulo. **Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. In: Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro.** Editores: André Bojikian Calixtre, André Martins Biancarelli, Marcos Antonio Macedo Cintra. Brasília: IPEA, 2014.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Destinos, escolhas e a democratização do ensino superior. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 14 - Nº 31 - Set./Dez. de 2015.**

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **O ensino superior no Brasil: credencial, mérito e os coronéis. In: Ensino superior: expansão e democratização.** 1ª ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Trabalho docente e modelos de formação: velhos e novos embates e representações.** Cad. Pesquisa. [online]. 2010, vol.40, n.140, pp. 427-443. ISSN 0100-1574.

BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. R. M. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **Pensamento & Realidade**, v. 27, n.2, p. 95-117, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/43587/a-politica-publica-de-cotas-em-universidades--enquanto-instrumento-de-inclusao-social/i/pt-br>>. Acesso em julho de 2017.

BONELLI, Maria da Gloria. **O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 39, p. 61-81, fev. 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Expansão da Rede Federal. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>> Acesso em: 21 de maio de 2017a.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Fundo de Financiamento Estudantil: FIES. Disponível em: < <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em: 13 de maio de 2017b.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/reuni/reuni>>. Acesso em: 13 de maio de 2017c.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni: Sul ganhará mais 33 unidades de ensino superior e profissional. Disponível em: < <http://reuni.mec.gov.br/noticias/39-noticias-principais/982-sul-ganhara-mais-33-unidades-de-ensino-superior-e-profissional>>. Acesso em: 13 de maio de 2017d.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008: Relatório de Primeiro Ano. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 de maio de 2017e.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa Universidade para Todos: ProUni. Disponível em: < <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 13 de maio de 2017f.

CACETE, Núria Hanglei. **Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária**. Educ. Pesquisa. [online]. 2014, vol.40, n.4, pp. 1061-1076.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A trajetória da política de diversificação institucional na educação superior brasileira: 1995 a 2012**. Nucleo de Estudios e Investigaciones em Educacion Superior del Mercosur.nº2, 2014.

CATTANI, Antonio David. Capital Humano, Teoria do. In: CATTANI, Antonio David; HOL-ZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Aprovada a exigência de curso superior para professores da educação básica**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/3955-aprovada-a-exigencia-de-curso-superior-para-professores-da-educacao-basica>>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

CORDEIRO, João Pedro. Modalidades de Inserção Profissional dos Quadros Superiores nas Empresas. **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 38, 2002, pp. 79-98

CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior**. Avaliação (Campinas): Sorocaba, v. 18, n.1, Mar. 2013.

FIALKOW, Jaime Carrion. **Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: leitura histórica e contexto atual**. In: **Panorama socioeconômico e perspectivas para a**

economia gaúcha. Organização de Walter Arno Pichler et al. Porto Alegre: FEE, 2014. 400 p.: il. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/20141223ebook-panorama.pdf>> Acesso em 02 de janeiro de 2017.

FRANZOI, N. L. Inserção profissional. In: Antonio David Cattani; Lorena Holzamann. (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia.** 2 ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011, p. 229-231.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **RS em números: 2016.** Coordenação de Bruna Kasprzak Borges. Porto Alegre: FEE, 2016. 32 p.: il. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/20160919livros-em-numeros2016_site_p.pdf> Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

GUIMARAES, Nadya A. Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos. **Dados.** 2008, vol.51, n.2, pp. 275-311.

HAIR, Joseph F. *et al.* **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

HASENBALG, C. A transição da escola para o trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 147-172.

HELAL, Diogo Henrique; ROCHA, Maíra. O discurso da empregabilidade: o que pensam a academia e o mundo empresarial. **CADERNOS EBAPE.** BR, v. 9, nº 1, artigo 8, Rio de Janeiro, Mar. 2011, p. 139-154.

HERINGER, Rosana e HONORATO, Gabriela de Souza. Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). In: **Ensino superior: expansão e democratização.** 1ª ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2018a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga resultados de estudo sobre cor ou raça.** Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/14057-asi-ibge-divulga-resultados-de-estudo-sobre-cor-ou-raca.html>> Acesso em 12 de maio de 2018b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Educa.** Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/?utm_source=portal&utm_medium=banner&utm_campaign=Portal%20Educa> Acesso em 12 de maio de 2018c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017 / IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017 147p. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em 13 de maio de 2018d.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (IPEA). **Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando PNAD**. Comunicados do IPEA. Brasília: IPEA, 2013.

KROTON EDUCACIONAL. **Parcelamento Estudantil Privado - PEP**. Disponível em <<http://www.parceleafaculdade.com.br/>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente; CARVALHO, Sandro Sacchet de; CORSEUIL, Carlos Henrique L.; RAMOS, Lauro R. A. Análise do mercado de trabalho. In: **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**. IPEA, nº 64, abril 2018.

LAZZARI, Martinho Roberto. A economia gaúcha de 1947 a 2013: uma análise panorâmica. In: **Panorama socioeconômico e perspectivas para a economia gaúcha**. Organização de Walter Arno Pichler et al. Porto Alegre: FEE, 2014. 400 p.: il. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2014/12/20141223ebook-panorama.pdf>> Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

LE MOS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 7, n. 2, artigo 8, Rio de Janeiro, Jun. 2009, p. 368-384.

LE MOS, Ana Heloisa da Costa; NEVES, Diana Rebello; FARIAS RODRIGUES, Patricia dos Reis. Inserção de alunos bolsistas no mercado de trabalho: qual o valor do diploma brasileiro? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.7, n.4, p.24-41, 2013.

LEWER, Laura e FAJARDO, Vanessa. **Kroton e Estácio terão 23% do mercado, diz consultoria**. G1 – O portal de notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/kroton-e-estacio-terao-23-do-mercado-diz-consultoria.ghtml>>. Acesso em: 13 de maio de 2017

MICHELAN, Luciano Sergio; HARGER, Carlos Augusto; EHRHARDT, Giovanni; MORE, Rafael Pereira Ocampo. **Gestão de egressos em instituições de ensino superior: possibilidades e potencialidades**. IX Colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.

NUNES, Mário Luiz Ferrari e NEIRA, Marcos Garcia. **Processos de inclusão excludente presentes no ensino superior privado**. Educ. Real. [online]. 2014, vol.39, n.4, pp. 1209-1228.

OLIVEIRA, Marina Pereira Pires de; NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M.; MACIENTE, Aguinaldo Nogueira; CARUSO, Luiz Antonio; Schneider, Eduardo Miguel (Org.). **Rede de pesquisa: formação e mercado de trabalho: coletânea de artigos: volume IV, formação de profissionais das áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM)**, Brasília : ABDI : IPEA, 2014.

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2009, vol.14, n.1, pp. 71-84. ISSN 1414-4077.

PESSOA, M. L. (Org.). PIB e VAB do RS. **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: 2 de junho de 2018.

PEUGNY, Camille. **O destino vem do berço?** Desigualdades e reprodução social. Campinas, SP: Papirus, 2014.

POCHMANN, Marcio. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Parcerias Estratégicas** – Número 22 – junho 2006.

PRATES, Antônio Augusto Pereira e SILVA, Matheus Faleiros. Os efeitos diferenciais do tipo de instituição de ensino superior sobre o prestígio dos seus egressos no mercado de trabalho. In: **Ensino superior: expansão e democratização**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul: Decreto 43.240 de 15 de julho de 2004**. Disponível em: < <http://www.uergs.edu.br/upload/arquivos/201607/05144306-decreto-n43240-15-julho-2004.pdf> >. Acesso em: 28 de janeiro de 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei de criação da Uergs: Lei nº 11.646, de 10 de julho de 2001**. Disponível em <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/05142127-lei-n11646-10-julho-2001.pdf.> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

ROCHA DE OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C. Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, p. 63-73, 2012.

ROCHA DE OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Rev. Adm. Pública**, vol.45, n.5 pp. 1517-1538, 2011.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. **Inserção Profissional: Perspectivas Teóricas e Agenda de Pesquisa**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v.6, n.1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2012, 124-135.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Ponto de partidas: a juventude e o ingresso no mercado de trabalho. In: **Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**, FERRAZ, Deise Luiza da Silva; OLTRAMARI, Andrea Poletto; PONCHIROLLI, Osmar (Org.). São Paulo: Atlas, 2011.

SAMPAIO, Helena. Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos. In: **Ensino superior: expansão e democratização**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

SILVA, Paula Bacellar e; SILVA, Patrícia da. Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 525-542, 2012. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922012000300007>>. Acesso em julho de 2017.

SIMÕES, Pedro Henrique de Castro; ALVES, José Eustáquio Diniz; SILVA, Pedro Luis do Nascimento. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v.33, n.3, p.541-566, set./dez. 2016.

SOBRINHO, Guilherme G. de F. Xavier; PESSOA, Mariana Lisboa; STERNBERG, Sheila Sara W. O mercado de trabalho gaúcho: exercícios de regionalização com base nos últimos Censos Demográficos. **Indicadores Econômicos**. Fundação de Economia e Estatística (FEE), Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 109-120, 2014.

SOUZA, Felipe Augusto Silveira de; LEMOS, Ana Heloisa da Costa. **Terceirização e resistência no Brasil: o projeto de lei 4.330 e a ação dos atores coletivos**. Anais XXXIX Encontro da ANPAD, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, Jessé; colaboradores ARENARI, Brand *et al.* Uma nova classe trabalhadora brasileira? In: **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TARTUCE, Gisela. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021**. Disponível em: <<http://www.uergs.rs.gov.br/upload/arquivos/201704/03105631-pdi-2017-2021.pdf>> Acesso em: 10 de maio de 2017.

VECCHIO, Rafael Augusto. **Universidades e Desenvolvimento: Um Estudo sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**. 2010. 274f. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

VOLKMER MARTINS, Bibiana. **Expansão e Diversificação do Ensino Superior no Brasil: a mobilidade social e a inserção profissional dos jovens estudantes e egressos de cursos superiores tecnológicos na região metropolitana de Porto Alegre-RS**. 2016. 437f. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA EGRESSOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Prezado Egresso:

Esta pesquisa faz parte de uma dissertação de mestrado em Administração da UFRGS que tem como objetivo compreender como ocorrem os processos de inserção profissional dos egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Para tanto, precisamos da sua contribuição preenchendo este questionário que é formado por questões objetivas e pode ser respondido em 15 minutos. O questionário não é identificado e os resultados obtidos serão analisados no conjunto, nunca individualmente. Obrigada pela sua colaboração!

P.1. Qual a sua idade? _____

P.2. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

P.3. Cidade de origem: _____

P.4. Ao iniciar o curso superior na Uergs você já havia concluído algum outro curso superior?

P.5. Ao iniciar o curso superior na Uergs você já havia iniciado algum outro curso superior?

As demais questões que seguem se referem ao curso superior realizado na Uergs:

P.6. Com que idade iniciou o ensino superior? _____

P.7. Cidade de residência no momento dos estudos de ensino superior _____

P.8. Unidade em que realizou o curso: _____

P.9. Curso: _____

P.10. Ano de Ingresso no curso: _____

P.11. Ano de conclusão do curso : _____

P.12. Ingressou por alguma reserva de vagas?

- (1) Sem reserva de vagas/Ampla concorrência
- (2) Economicamente hipossuficiente (baixa renda)
- (3) Pessoa com deficiência

P.13. Quais foram as principais motivações para a escolha do curso de formação no ensino superior?

(marque até 3 alternativas)

- (1) Influência familiar
- (2) Oportunidades de emprego na área
- (3) Duração do curso
- (4) Gratuidade do curso
- (5) Influência de amigos
- (6) Influência de professores ou da Escola de Ensino Médio
- (7) Já trabalhava na área
- (8) Para fazer concurso público

- (9) O curso ser noturno
- (10) Falta de outras opções que me interessassem
- (11) Identificação com o curso
- (12) Possibilidade de estudar no município onde reside
- (13) Outras: _____

P.14. Você possuiu algum tipo de bolsa durante o ensino superior?

- (1) Não
- (2) Sim, bolsa prodiscência
- (3) Sim, bolsa de monitoria
- (4) Sim, bolsa de extensão
- (5) Sim, bolsa de pesquisa
- (6) Outras: _____

P.15. Depois da sua formação no ensino superior você:

- (1) Não precisou mais estudar
- (2) Fez somente cursos de capacitação oferecidos pela organização/empresa
- (3) Iniciou outro curso superior
- (4) Iniciou uma pós-graduação (especialização)
- (5) Iniciou uma pós-graduação (mestrado/doutorado)
- (6) Outros: _____

P.16. Com que idade começou a trabalhar? _____

P.17. Durante o ensino superior trocou de trabalho quantas vezes?

- (1) Nenhuma, pois não trabalhei
- (2) Nenhuma, trabalhei na mesma organização/empresa
- (3) 1 vez
- (4) 2 vezes
- (5) 3 ou mais vezes

P.18. Quanto tempo você permaneceu sem trabalho depois que se formou?

- (1) 0 meses
- (2) de 1 a 5 meses
- (3) de 6 a 12 meses
- (4) de 13 a 24 meses
- (5) de 25 a 36 meses
- (6) mais de 3 anos

P.19. Depois que se formou você trocou de trabalho quantas vezes?

- (1) Nenhuma, e não estou trabalhando no momento
- (1) Nenhuma, pois nunca trabalhei
- (2) Nenhuma, trabalho na mesma organização/empresa
- (3) 1 vez
- (4) 2 vezes
- (5) 3 ou mais vezes

P.20. Assinale a situação abaixo que melhor descreve o seu caso durante a maior parte do curso superior:

- (1) Sem trabalho e meus gastos financiados pela família
- (2) Trabalhando* e gastos integralmente financiados pela família
- (3) Trabalhando* e gastos parcialmente financiados da família
- (4) Trabalhando* e me sustentando
- (5) Trabalhando* e contribuindo para o sustento da família
- (6) Trabalhando* e sendo o principal responsável pelo sustento da família
- (7) Sem trabalho e vivendo de rendimentos (poupança, por exemplo)

* incluindo estágio e bolsas

P.21. Você já contribuiu para previdência social (INSS)?

- (1) Não, nunca contribuí
- (2) Sim, estou contribuindo atualmente
- (3) No momento não, mas já contribuí

P.22. Você já se sentiu discriminado em processos seletivos? (marque até 3 alternativas)

- (1) Não, nunca
- (2) Sim, já me senti discriminado por motivo de cor/etnia
- (3) Sim, já me senti discriminado por motivo de gênero/sexo
- (4) Sim, já me senti discriminado pela minha idade
- (5) Sim, já me senti discriminado pela minha classe social
- (6) Outro: _____

P.23. Está trabalhando atualmente (estágio, emprego formal, trabalho voluntário, trabalho informal remunerado, autônomo, bolsa de iniciação científica)?

- (1) Sim
- (2) Não

Se está trabalhando responda as perguntas seguintes, se não, pule direto para a afirmação P.47.

P.24. Qual o porte da organização/empresa?

- (1) Micro (até 19 funcionários)
- (2) Pequeno (20 a 99)
- (3) Médio (100 a 500 funcionários)
- (4) Grande (mais de 500 funcionários)
- (5) Trabalho por conta própria/autônomo/MEI
- (6) Outro: _____

P.25. Qual o tipo de organização/empresa?

- (1) Pública
- (2) Privada
- (3) Terceiro Setor (ONG, Fundação, Associação, etc.)
- (4) Trabalho por conta própria/autônomo/MEI
- (5) Outro: _____

P.26. Qual o seu vínculo com a organização/empresa?

- (1) Estágio não remunerado
- (2) Estágio remunerado
- (3) Funcionário público concursado
- (4) Cargo em comissão
- (5) Funcionário de empresa privada com carteira assinada
- (6) Funcionário de empresa privada sem carteira assinada
- (7) Voluntário
- (8) Terceirizado
- (9) Trabalha em empresa/negócio familiar
- (10) Trabalha por conta própria/autônomo/MEI
- (11) Sou dono e/ou sócio/associado/cooperado de uma empresa
- (12) Outro: _____

P.27. O seu contrato de trabalho é por tempo:

- (1) Determinado (que tem datas de início e término antecipadamente combinadas entre o trabalhador e o empregador)
- (2) Indeterminado (há data de início, mas não consta a de término)
- (3) Trabalha por conta própria
- (4) Outro: _____

P.28. Qual o seu cargo/função? _____

P.29. Quanto ao seu tempo semanal de trabalho:

- (1) Você trabalha em tempo integral (40 horas semanais ou mais)
- (2) Você trabalha em tempo parcial (menos de 40h semanais) por escolha própria
- (3) Você trabalha em tempo parcial (menos de 40h semanais) por determinação da organização/empresa

(4) Você trabalha em tempo parcial (20h semanais), pois é bolsista ou estagiário

P.30. A sua organização/empresa possui algum plano de qualificação profissional? (Marque quantas opções forem necessárias)

- (1) Não
- (2) Sim, possui cursos organizados pela própria instituição
- (3) Sim, contrata empresas para dar cursos na própria instituição
- (4) Sim, a organização paga uma porcentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição e que estejam ligados ao trabalho
- (5) Sim, a organização paga uma porcentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição, mesmo que não estejam ligados diretamente ao trabalho
- (6) Não se aplica ao meu caso/sem condições de responder
- (7) Outro: _____

P.31. Em relação ao seu trabalho atual, você:

- (1) Está satisfeito
- (2) Está insatisfeito, mas não está buscando outro
- (3) Está insatisfeito e procurando outro
- (4) Está em vias de trocar de emprego

Você verá a seguir uma série de **afirmações sobre a sua organização/empresa e a sua inserção do mercado de trabalho**. Por favor, indique o seu grau de concordância a cada uma das afirmações utilizando a escala que varia de 1=discordo totalmente até 5=concordo totalmente. Marque 6 (SCO) – sem condições de opinar ou quando a afirmação não se aplicar ao seu caso.

		Discorda Totalmente ← → Concorda Totalmente					SCO
		1	2	3	4	5	
P.32	Possuo autonomia para realizar minhas tarefas	1	2	3	4	5	-
P.33	A organização/empresa na qual trabalho não possui um sistema claro de progressão de carreira	1	2	3	4	5	6
P.34	Sou o principal responsável pela minha qualificação profissional	1	2	3	4	5	-
P.35	Ocupo uma vaga de emprego inferior ao meu nível de qualificação	1	2	3	4	5	6
P.36	Recebo remuneração inferior ao meu nível de qualificação	1	2	3	4	5	-
P.37	Uma pessoa com menos qualificação que eu poderia realizar as atividades que desempenho na organização/empresa	1	2	3	4	5	6
P.38	Sinto que com a minha idade meus pais tinham um trabalho melhor que o meu	1	2	3	4	5	-
P.39	A formação recebida na instituição de ensino do curso superior permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho	1	2	3	4	5	6
P.40	Independente da formação recebida, ter cursado o ensino superior permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho	1	2	3	4	5	6
P.41	O curso permitiu melhorar a minha situação econômica	1	2	3	4	5	-
P.42	Na organização/empresa onde trabalho a remuneração de quem é bacharel é maior do que a de quem é tecnólogo	1	2	3	4	5	6
P.43	Na organização/empresa onde trabalho a remuneração de quem é bacharel é maior do que a de quem é licenciado	1	2	3	4	5	6
P.44	A rede de contatos que construí no ensino superior foi importante para eu conseguir me inserir no mercado de trabalho	1	2	3	4	5	-
P.45	Meus amigos mais próximos e meus familiares me ajudaram a me inserir no mercado de trabalho	1	2	3	4	5	-
P.46	Agências de emprego e de estágio formam importantes para eu conseguir entrar no mercado de trabalho	1	2	3	4	5	-

Daqui em diante todos devem responder às questões.

Você verá a seguir uma série de **afirmações sobre as contribuições do ensino superior para a sua inserção no mercado de trabalho**. Por favor, indique o seu grau de concordância a cada uma das afirmações utilizando a escala que varia de 1=discordo totalmente até 5=concordo totalmente. Marque 6 (SCO) – sem condições de opinar ou quando a afirmação não se aplicar ao seu caso.

		Discorda Totalmente			Concorda Totalmente		SCO
		1	2	3	4	5	
P.47	Percebo que o status da instituição que realizei o ensino superior foi importante para a minha inserção no mercado de trabalho	1	2	3	4	5	-
P.48	Tive que buscar cursos fora da minha instituição de ensino para complementar minha formação para o mercado de trabalho	1	2	3	4	5	-
P.49	Durante o curso percebi que a instituição de ensino promoveu ações para auxiliar minha inserção profissional	1	2	3	4	5	-
P.50	Em processos seletivos percebi que os cursos de bacharelado são preferidos aos de tecnólogo	1	2	3	4	5	6
P.51	Em processos seletivos percebi que os cursos de bacharelado são preferidos aos de licenciatura	1	2	3	4	5	6
P.52	Estar no ensino superior fez que eu começasse a frequentar lugares que antes não frequentava	1	2	3	4	5	-
P.53	No ensino superior construí uma rede de relacionamentos/contatos que possivelmente não teria antes de entrar nesse nível de ensino	1	2	3	4	5	-
P.54	O preparo para inserção profissional oferecido pela instituição de ensino é insuficiente	1	2	3	4	5	-
P.55	Meus pais relatam que quando eles eram jovens era mais difícil chegar ao ensino superior	1	2	3	4	5	-
P.56	Quando terminei o ensino médio minha prioridade era fazer o ensino superior	1	2	3	4	5	-
P.57	Quando terminei o ensino médio minha prioridade era encontrar trabalho	1	2	3	4	5	6
P.58	O ensino superior permitiu que eu conseguisse trabalhos que dificilmente conseguiria sem esse nível de ensino	1	2	3	4	5	6
P.59	Em geral nos postos de trabalho que já ocupei possuía autonomia para realizar as tarefas	1	2	3	4	5	6
P.60	Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para bacharéis são para tarefas inferiores a sua qualificação	1	2	3	4	5	6
P.61	Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para tecnólogos são para tarefas inferiores a sua qualificação	1	2	3	4	5	6
P.62	Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para licenciados são para tarefas inferiores a sua qualificação	1	2	3	4	5	6
P.63	Percebo que a remuneração paga para bacharéis é inferior ao nível de qualificação que possuem	1	2	3	4	5	6
P.64	Percebo que a remuneração paga para tecnólogos é inferior ao nível de qualificação que possuem	1	2	3	4	5	6
P.65	Percebo que a remuneração paga para licenciados é inferior ao nível de qualificação que possuem	1	2	3	4	5	6
P.66	Percebo que a remuneração para bacharéis no mercado de trabalho é superior a paga para tecnólogos	1	2	3	4	5	6
P.67	Percebo que a remuneração para bacharéis no mercado de trabalho é superior a paga para licenciados	1	2	3	4	5	6
P.68	As políticas de bolsas da universidade foram importantes para que eu pudesse cursar o ensino superior	1	2	3	4	5	6
P.69	A política de reserva de vagas foi importante para que eu tivesse acesso ao	1	2	3	4	5	6

ensino superior						
-----------------	--	--	--	--	--	--

Você verá a seguir uma série de **afirmações sobre a influência do contexto econômico para a sua inserção no mercado de trabalho**. Por favor, indique o seu grau de concordância a cada uma das afirmações utilizando a escala que varia de 1=discordo totalmente até 5=concordo totalmente. Marque 6 (SCO) – sem condições de opinar ou quando a afirmação não se aplicar ao seu caso.

		Discorda Totalmente ← → Concorda Totalmente					SCO
		1	2	3	4	5	
P.70	O período de expansão da economia foi favorável para minha inserção no mercado de trabalho	1	2	3	4	5	6
P.71	O período de crise na economia foi desfavorável para minha inserção no mercado de trabalho	1	2	3	4	5	6
P.72	As atividades econômicas predominantes no município onde eu trabalho influenciaram na minha inserção no mercado de trabalho	1	2	3	4	5	6
P.73	O curso superior que cursei tem relação com as atividades econômicas predominantes do município ou região onde estudei	1	2	3	4	5	-

P.74. Você cursou a maior parte do ensino fundamental em escola:

(1) Pública (2) Privada

P.75. Você cursou a maior parte do ensino médio em escola:

(1) Pública (2) Privada

P.76. e P.77. Qual o grau de escolaridade da sua mãe e do seu pai?

Escolaridade	Mãe	Pai
1. Nenhum		
2. Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)		
3. Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)		
4. Ensino Médio Incompleto/interrompido		
5. Ensino Médio completo		
6. Ensino Superior incompleto/interrompido		
7. Ensino Superior – cursando		
8. Ensino Superior – completo		
9. Pós-Graduação – especialização		
10. Pós-Graduação – mestrado		
11. Pós-Graduação – doutorado		
12. Não se aplica/sem condições de responder		

P.78. e P.79. Qual era o trabalho da sua mãe e do seu pai quando você tinha cerca de 14 anos?

Categoria	Mãe	Pai
1. Não trabalhava/do lar		
2. Gerentes de grandes empresas, funcionários públicos de alto cargo, grandes proprietários de empresas e grandes fazendeiros.		
3. Profissões liberais (médico, advogado, dentista).		
4. Professores ensino superior, produtores artísticos, patrões do comércio grande ou da indústria, quadros do setor privado (qualificado), engenheiros, arquiteto, veterinário, quadros intermediários do setor público, quadros intermediários do setor privado, trabalhadores da indústria com alta qualificação, psicólogos, contadores, analista de sistemas, desenvolvedor de <i>software</i> .		

5. Patrões do comércio médio, professores primários/ensino médio, enfermeiro, agente social, jornalista, bibliotecário, fotógrafo, publicitário, músico, bancário, militar, radialista, fisioterapeuta, coreógrafa, designer gráfico, projetista, produtor.		
6. Quadros médios do comércio (lojas e restaurantes), técnicos, empregados de escritório, funcionário público de cargos baixos, policial, corretor de imóveis, comprador, representante comercial.		
7. Serviços médico-sociais (técnicos da saúde), pequenos comerciantes, quadros médios administrativos, administradores de pequenos estabelecimentos industriais e de serviços, gerentes em pequenos estabelecimentos.		
8. Pequenos proprietários sem empregados, incluindo pequenos produtores rurais.		
9. Atendente de telemarketing, frentista, caixa de supermercado, trabalhadores domésticos (diarista, empregada doméstica, babá, jardineiro, motorista), cuidadora geriátrica, garçom, cobrador, vendedor ambulante, vigilante, zelador.		
10. Técnicos: metalúrgico, mecânico, eletricista, confeitiro, padeiro, cozinheiro, cabeleireiro.		
11. Pintores, pedreiros, azulegista, gesseiro, encanador, sapateiro, artesãos, operário sem qualificação, camareira, auxiliar de cozinha, copeiro, açougueiro, auxiliar transporte, agente funerário, soldador, merendeira, separador, recepcionista, catador de reciclados, manicure, operários de baixa qualificação.		
12. Assalariados agrícolas, pequenos produtores rurais		
13. Não se aplica/sem condições de responder		

14. Outro. Qual?

Pai: _____

Mãe: _____

P.80. Você possui conhecimento de língua inglesa?

- (1) Não
- (2) Sim, básico
- (3) Sim, intermediário
- (4) Sim, avançado

P.81. Você possui conhecimento de língua espanhola?

- (1) Não
- (2) Sim, básico
- (3) Sim, intermediário
- (4) Sim, avançado

P.82. Tem conhecimento de algum outro idioma além de inglês e espanhol?

- (1) Sim (2) Não

P.83. Qual seu estado civil?

- (1) Solteiro(a) (4) Separado(a)
- (2) União Estável (5) Divorciado(a)
- (3) Casado(a) (6) Viúvo(a)

P.84. Qual sua cor/etnia?

- (1) Negro
- (2) Branco
- (3) Pardo/Mulato
- (4) Indígena
- (5) Amarelo/Oriental
- (6) Outra: _____

P.85. O número total de pessoas que moram em seu domicílio, incluindo você:

(1) (2) (3) (4) (5) (6) ou mais

P.86. Você possui filhos e/ou enteados?

- (1) Não
- (2) Sim, 1
- (3) Sim, 2
- (4) Sim, 3
- (5) Sim, 4 ou mais

P.87. Qual sua renda bruta mensal (total de rendimentos individuais antes dos descontos)? _____

P.88. Qual a renda bruta mensal da sua família (total de rendimentos, incluindo os seus, antes dos descontos)? _____

Muito obrigada pela sua participação!
Daniela Basso Poletto
Mestranda do programa de Pós-Graduação em Administração
PPGA-EA/UFRGS
daniipoletto@gmail.com